



Comissão Própria
de Avaliação do IFPE

**RELATÓRIO DE
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2011**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
Comissão Própria de Avaliação – Relatório de Autoavaliação Institucional 2011**

REITORA

Professora Cláudia da Silva Santos

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Profª Cristiane Conde

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Weidson Luiz de Luna Macedo

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Prof. Iran José Oliveira da Silva

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Profª Maria José Amaral

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Profª Ana Patrícia Falcão

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* BARREIROS

Prof. Jorge Nascimento de Carvalho

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* BELO JARDIM

Prof. Geraldo Vieira da Costa

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* CARUARU

Prof. Erick Viana

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* IPOJUCA

Ênio Camilo de Lima

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* PESQUEIRA

Prof. Mário Antônio Alves Monteiro

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* RECIFE

Prof. Valbérico Cardoso

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS* VITÓRIA

Profª Velda Maria Amilton Martins

Comissão Própria de Avaliação

Presidente

Glauco Reinaldo Ferreira de Oliveira – *Campus* Pesqueira

Representantes do Corpo Docente

Campus Barreiros: Paulo André Albuquerque Marques

Campus Belo Jardim: Frederico Cunha Andrade

Campus Ipojuca: Rosemeri Oliveira Pontes

Campus Pesqueira: Glauco Reinaldo Ferreira de Oliveira

Campus Recife: Cristiano de Santana Pereira

Campus Recife: Roberto Álvares de Andrade

Campus Vitória de Santo Antão: Kilma da Silva Lima

EAD: Maria de Fátima Neves Cabral

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo

Campus Barreiros: Antônio Fernando Melo

Campus Belo Jardim: Juraci Torres Galindo

Campus Ipojuca: Kely Cristina dos Santos

Campus Pesqueira: Tarciza Tibúrcio de Melo Leite

Campus Recife: Mirian Pereira Lima

Campus Vitória de Santo Antão: Francisca Maria Silva Miranda

EAD: Maria das Graças Melo

Representantes do Corpo Discente

Campus Barreiros: Rafael Silva

Campus Belo Jardim: José Cláudio Barbosa Silva Zebarsy

Campus Ipojuca: Thomaz de Souza Nino

Campus Pesqueira: Fernando Henrique Antunes de Araújo

Campus Recife: Edméia Gomes de Andrade

Campus Vitória de Santo Antão: Inês Girlane dos Santos Monteiro

EAD: Andréa Melo da Costa Rodrigues

Representante do IFPE – Reitoria

Josenilde Bezerra Gaspar – Pedagoga da Reitoria

Suplentes – Corpo Docente

Campus Barreiros: Gilson Bezerra da Silva

Campus Belo Jardim: Arlindo Mozart Vieira do Nascimento

Campus Ipojuca: André Câmara Alves do Nascimento

Campus Pesqueira: Airlan Arnaldo Nascimento

Campus Vitória: Cláudio Henrique Alves Perdigão

Campus Recife: Rômulo César Carvalho de Araújo

Campus Recife: Sérgio José Pessoa da Silva Barreto

EAD: Thiago Affonso de Melo Novaes Viana

Suplentes – Corpo Técnico-Administrativo

Campus Barreiros: Sérgio Roberto Assis dos Santos

Campus Belo Jardim: Rosa Maria de Oliveira Vasconcelos

Campus Ipojuca: Thiago Melo de Freitas Alves

Campus Pesqueira: Francisco Siqueira Galindo Viana

Campus Vitória: Ana Patrícia Santana Rocha

Campus Recife: Gerline Marciel Almeida da Costa

Reitoria: Sônia da Silva Cabral

Suplentes – Corpo Docente

Campus Barreiros: Guilherme Jeremias

Campus Belo Jardim: Ivanar Nunes da Silva Pereira

Campus Ipojuca: Eva Macedo Silva

Campus Pesqueira: Cícero Jailton Moraes Souza

Campus Vitória: João Pedro Ferreira

Campus Recife: Joacy Gomes Ferreira

Comissão de Sistematização

Campus Barreiros: Paulo André Albuquerque Marques

Campus Barreiros: Antônio Fernando Melo

Campus Barreiros: Gilson Bezerra da Silva

Campus Belo Jardim: Juraci Torres Galindo

Campus Pesqueira: Glaucio Reinaldo Ferreira de Oliveira,

Campus Pesqueira: Tarciza Tibúrcio de Melo Leite

Campus Recife: Cristiano de Santana Pereira

Campus Recife: Mirian Pereira Lima

Campus Vitória de Santo Antão: Kilma da Silva Lima

Campus Vitória de Santo Antão: Francisca Maria Silva Miranda

Reitoria: Josenilde Bezerra Gaspar

Revisão

Maria do Rosário de Fátima de Aguiar Sá Barreto dos Santos – Docente do IFPE

Campus Pesqueira

Apresentação

Este Relatório de Autoavaliação Institucional do IFPE apresenta os resultados do processo avaliativo realizado em 2011 pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Essa Autoavaliação é um dos instrumentos do Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES) que, conjuntamente com outros instrumentos, tem como finalidade a melhoria da qualidade da Educação Superior.

O IFPE incorpora o processo de Autoavaliação Institucional em sua cultura organizacional enquanto instrumento/prática da gestão institucional. Para tanto, a CPA coordenou o processo de Autoavaliação, que contou com a participação dos atores da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos).

Diante disso, esse relatório, tomando como base as dez dimensões propostas pelo SINAES, expõe os resultados aqui apresentados numa perspectiva crítico-propositiva. Além disso, traz ainda a metodologia aplicada, os dados institucionais e a análise dos resultados do instrumento avaliativo usado com a comunidade acadêmica. Por fim, traz a avaliação da CPA acerca dos dados coletados e sugestões para a minimização das fragilidades detectadas na análise.

O processo de análise e interpretação dos dados e as proposições para superação das fragilidades desenvolveram-se numa perspectiva em que se buscou contemplar as particularidades e diversidades de uma instituição multicampi, ou seja, analisou-se o singular sem perder de vista a perspectiva global do IFPE.

Os resultados da avaliação serão publicizados e constituirão objeto de análise e discussão no Conselho Superior, Reitoria, Direções de *Campi* e comunidade acadêmica em geral na perspectiva de produzir sentidos para a avaliação institucional, de consolidar uma cultura de autoavaliação, além de contribuir com o planejamento institucional do IFPE, seu aprimoramento e o melhor desempenho de sua missão.

Glauco Reinaldo Ferreira de Oliveira
Presidente da CPA

Dados da Instituição

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
(Instituído nos termos da Lei nº 11.892 de 29/12/2008)

Código INEP: 1809

Categorização: Instituição Pública Federal

Estado: Pernambuco

Município: Recife

Endereço: Av. Prof. Luis Freire nº 500, Cidade Universitária, Recife-PE. CEP: 50.740-540.

Fone: (81) 2125-1607/1618

E-mail: gabinete@reitoria.ifpe.edu.br

Site da unidade: www.ifpe.edu.br

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Total de avaliadores aptos e percentual de participação	18
Tabela 2- Licenciatura em Química - Barreiros.....	20
Tabela 3- Licenciatura em Música Belo Jardim.....	22
Tabela 4- Licenciatura em Química Ipojuca.....	24
Tabela 5- Licenciatura em Matemática – Pesqueira.....	26
Tabela 6 - Licenciatura em Física – Pesqueira.....	27
Tabela 7 - Engenharia de Produção Civil – Recife.....	29
Tabela 8- Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico – Recife	30
Tabela 9 - Curso Superior Tecnológico de Gestão em Turismo - Recife.....	31
Tabela 10- Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Recife	33
Tabela 11 - Curso de Tecnologia em Radiologia – Recife	34
Tabela 12- Curso Superior de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental – Recife	35
Tabela 13- Licenciatura Plena em Química – Vitória de Santo Antão.....	37
Tabela 14- Licenciatura em Matemática na modalidade EaD	39
Tabela 15- Tecnologia em Gestão Ambiental na modalidade EaD.....	40
Tabela 16- Licenciatura em Geografia na modalidade EaD.....	42
Tabela 17 - Formulários e perfis de aplicação.....	47
Tabela 18 - Parâmetros usados para a análise.....	48
Tabela 19 - projetos aprovados no edital PIBEX 2011	67
Tabela 20 - Titulação e Regime de Trabalho.....	75

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Breve Histórico.....	16
2.1. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil 16	
2.2. Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) 17	
3. Apresentação dos <i>Campi</i> e dos Cursos	18
3.1. <i>Campus</i> Barreiros.....	19
3.1.1. Curso de Licenciatura em Química	19
3.2. <i>Campus</i> Belo Jardim.....	20
3.2.1. Curso de Licenciatura em Música.....	21
3.3. <i>Campus</i> Ipojuca	22
3.3.1. Curso de Licenciatura em Química	23
3.4. <i>Campus</i> Pesqueira	24
3.4.1. Curso de Licenciatura em Matemática	25
3.4.2. Curso de Licenciatura em Física.....	26
3.5. <i>Campus</i> Recife	27
3.5.1. Engenharia de Produção Civil	28
3.5.2. Curso de Tecnologia em <i>Design</i> Gráfico	29
3.5.3. Curso Superior Tecnológico de Gestão em Turismo	30
3.5.4. Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.....	32
3.5.5. Curso Superior de Tecnologia em Radiologia	33
3.5.6. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.....	34
3.6. <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão	36
3.6.1. Curso de Licenciatura Plena em Química	36
3.7. Ensino a Distância.....	37
3.8. Ensino a Distância.....	38
3.8.1. Curso de Licenciatura em Matemática	38
3.8.2. Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental.....	39
3.8.3. Curso de Licenciatura em Geografia.....	40
4. Autoavaliação no IFPE.....	42

5. METODOLOGIA.....	45
5.1. Questionário	46
6. DIMENSÕES AVALIADAS.....	48
6.1. Dados Institucionais	48
6.1.1. ENSINO.....	48
6.1.2. PESQUISA	50
DINTER.....	55
6.1.3. POLÍTICA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO	56
6.1.4. INTEGRAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.....	56
6.1.5. FORMAÇÃO DE PESQUISADORES E DE PROFISSIONAIS PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR	57
6.1.6. EXTENSÃO.....	60
6.1.7. PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO	62
6.1.8. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	68
6.1.8.1. Política de Atendimento aos Estudantes.....	68
6.1.9. PESSOAL	73
7. IFPE E SOCIEDADE – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	75
8. RESPONSABILIDADE SOCIAL	77
9. GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NO IFPE.....	78
10. Análise dos Resultados do Instrumento Avaliativo	87
DIMENSÃO 01	87
10.1. Avaliação da Missão Institucional e do PDI no IFPE.....	87
10.2. Avaliação do PDI no IFPE	87
10.3. Avaliação de aspectos relativos à pontualidade e assiduidade.....	88
10.4. Avaliação de aspectos relativos à participação em atividades escolares desenvolvidas em sala de aula e extraclasse e o tempo dedicado ao curso.....	88
10.5. Avaliação na situação das relações interpessoais na instituição.....	89
10.6. Avaliação qualidade docente	89
DIMENSÃO 02	89
10.7. Avaliação da extensão, monitoria pesquisa e implantação de Pós- Graduação	90
10.8. Avaliação das políticas adotadas em relação a convênios de cooperação com órgãos públicos, empresas privadas e organização da sociedade civil	90
10.9. Avaliação do acesso dos estudantes ao acervo	91
10.10. Avaliação das políticas adotadas em relação a convênios de cooperação com órgãos públicos, empresas privadas e organização da sociedade civil	92

10.11. Avaliação dos Núcleos de Atendimentos às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e PROEJA	92
10.12. Avaliação da função social do Ensino Superior e da pertinência e qualidade dos projetos pedagógicos de seus cursos	93
DIMENSÃO 04	94
10.13. Avaliação da política de comunicação interna e externa	94
DIMENSÃO 05	94
10.14. Avaliação das políticas para os técnicos administrativos e docentes da Avaliação das políticas de Pessoal	94
DIMENSÃO 06	95
10.15. Avaliação da independência e autonomia dos colegiados	95
DIMENSÃO 07	96
10.16. Avaliação da existência de órgãos de representação estudantil.....	96
10.17. Avaliação em relação ao tratamento dos egressos.....	97
10.18. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes	97
10.19. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes	97
10.20. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes	98
10.21. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes	98
10.22. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes	99
10.23. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes	99
10.24. Avaliação da qualidade dos serviços de limpeza e conservação das dependências 100	
10.25. Avaliação da qualidade dos serviços oferecidos em relação ao departamento ou coordenação acadêmica do curso e da secretaria.....	100
10.26. Avaliação da qualidade relativa à iluminação, climatização e acústica do auditório para atividades acadêmicas.....	100
10.27. Avaliação do material didático utilizado pelos docentes e alunos.....	101
DIMENSÃO 08	101
10.28. Avaliação da dos processos de avaliação da CPE.....	101
10.29. Avaliação das políticas adotadas destinadas a estudantes cotistas e a portadores de necessidades	101
10.30. Avaliação das políticas relativas ao acesso, permanência e êxito	102

10.31.	Avaliação da qualidade de Assistência Estudantil	102
10.32.	Avaliação dos serviços de segurança grau	103
11.	SUGESTÕES DA CPA	104
11.1.	Ensino, Pesquisa e Extensão	104
11.2.	Biblioteca.....	104
11.3.	Criação de Espaços	105
11.4.	Melhoria dos serviços	105
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
13.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
14.	ANEXOS	113
14.1.	Relatório Geral SAI.....	113
15.	AUTO-AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE PERFIL: ALUNO	113
18.	AVALIAÇÃO DO CURSO E DA INFRA-ESTRUTURA DO IFPE PERFIL: ALUNO	115
21.	ESTUDANTES AVALIANDO PROFESSORES PERFIL: ALUNO.....	120
24.	AUTO-AVALIAÇÃO DO PROFESSOR PERFIL: PROFESSOR	121
27.	AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ADOTADAS NA INSTITUIÇÃO PERFIL: PROFESSOR.....	123
28.	AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ADOTADAS NA INSTITUIÇÃO PERFIL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO	124
31.	AVALIAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA GESTÃO PERFIL: PROFESSOR.....	127
32.	AVALIAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA GESTÃO PERFIL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO	127
34.1.	Cópia de ofício de convocação.....	129
34.2.	Instrumento de Divulgação	130
34.3.	Cópia de Portaria de composição da CPA	134
34.4.	1ª. Reunião da CPA	137

1. Introdução

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPE, atendendo ao que estabelece o Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES, Lei n. 10.861/04) e o Regimento da CPA/IFPE, acredita que se consolidará como uma instância em que a prática cotidiana de acompanhamento avaliativo das dimensões institucionais e a institucionalização de práticas de avaliação colaborarão com a Gestão no sentido de aprimorar as análises de resultados e as decisões a serem tomadas para promover a melhoria dos cursos superiores.

O acompanhamento dos aspectos das diferentes dimensões institucionais constitui um processo de trabalho contínuo que ajuda o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos e a análise dos resultados obtidos nos diferentes anos. Isso nos levará a um conjunto de práticas que acreditamos serem importantes para superar as diferenças políticas. Esse acompanhamento dará a devida dimensão da real condição da instituição e comporá a estrutura de análises das políticas de investimento e sustentação para o desenvolvimento institucional do IFPE. Essa perspectiva tem a propriedade de ajudar a superação de uma visão míope de formação para uma abrangente, a qual caracteriza o Ensino Superior e contraria as posições de conservadorismo desagregador que estão nos ambientes nos quais o desenvolvimento é tomado como um obstáculo.

O acompanhamento das realidades das dez dimensões propostas pelo SINAES foi colocado no modelo adotado por esta comissão cujo foco é a qualidade da formação de seus estudantes. O modelo partiu da coleta de dados resultantes da avaliação do grau de satisfação da comunidade acadêmica em relação aos serviços oferecidos. Para tal, foram comparados esses dados com as ações realizadas pelas diversas instâncias e chegou-se a um conjunto de propostas a partir das quais deverão ser tomadas novas decisões no intuito de ajudar a gestão na contínua melhoria da qualidade de seus cursos superiores.

A Autoavaliação Institucional no IFPE estimulou o envolvimento dos alunos, professores e técnicos administrativos, na medida em que propôs o diálogo com a comunidade, utilizou a análise crítica e legitimou os resultados obtidos pelo conjunto das avaliações das diferentes dimensões da instituição. Acreditamos que a institucionalização de práticas avaliativas se impõe pela necessidade de ampliação da apreensão da realidade institucional. Nesse sentido, a dinâmica avaliativa descortina as fragilidades e amplia as potencialidades do projeto pedagógico adotado pelo IFPE. Assim, a avaliação é evocada por pessoas sensatas, tornando-se a pedra angular para a tomada de decisões conscientes que gerem reorientação das ações e superação de deficiências.

No relatório avaliativo 2009/2010, foi construído o Sistema de Avaliação Institucional (SAI), cuja principal função foi a de otimizar o tempo despendido pela CPA na coleta de dados relativos ao grau de satisfação da comunidade acadêmica em relação aos serviços. No relatório 2011, a CPA apresentará os resultados das análises de todas as dimensões institucionais: Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, Atendimento ao Estudante, Política de Pessoal, Responsabilidade Social, Comunicação com a Sociedade, Organização e Gestão, Sustentabilidade Financeira, Planejamento/Avaliação e Infraestrutura. Parte-se de uma visão global da instituição e contempla-se cada unidade (curso), oferecendo-se subsídios para a revisão do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a fim de proceder-se a uma reflexão particularizada, como parte do contexto da instituição enquanto componente de uma área de conhecimento.

O presente relatório utilizou dados referentes ao ano de 2011. O foco principal desse relatório foram as análises da Autoavaliação de Curso de Graduação por as considerarmos importantes para o aprimoramento da educação superior proposta pelo Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), na medida em que se enfatiza a importância do acompanhamento do trabalho educacional desenvolvido na graduação. Na perspectiva da Autoavaliação Institucional, esse foco representou um salto qualitativo, devido ao aumento significativo dos participantes e, sem desconsiderar as especificidades dos cursos e seus encaminhamentos avaliativos, foi possível realizar análises e sugerir ações para possibilitar e fundamentar decisões institucionais e definição de políticas.

O desenvolvimento da Autoavaliação da Instituição ganhou maior importância devido aos interesses da Reitoria e das pró-reitorias que não mediram esforços no sentido de colaborar com os trabalhos desta comissão. Esse desenvolvimento, além de atender ao SINAES, também contempla as preocupações dos gestores que buscam apreender a qualidade no contexto da realidade institucional, a possibilidade de formar profissionais capazes de transcender os aspectos da transmissão para o de criação.

Este Relatório de Autoavaliação Institucional do IFPE apresenta os resultados do processo avaliativo realizado em 2011 pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Essa Autoavaliação é um dos instrumentos do Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES) que tem como finalidade a melhoria da qualidade da Educação Superior.

O IFPE incorpora o processo de Autoavaliação Institucional em sua cultura organizacional enquanto instrumento/prática da gestão institucional. A CPA coordenou, então, o processo de autoavaliação, que contou com a participação dos atores da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos).

Diante disso, este relatório, tomando como base as dez dimensões propostas pelo SINAES, apresenta os resultados numa perspectiva crítico-propositiva. Além disso, traz a metodologia aplicada, os dados institucionais e a análise dos resultados do instrumento

avaliativo usado com a comunidade acadêmica. Por fim, traz a avaliação da CPA acerca dos dados coletados e sugestões para a minimização das fragilidades detectadas na análise.

O processo de análise e interpretação dos dados e as proposições para superação das fragilidades desenvolveram-se numa perspectiva em que se buscou contemplar as particularidades e diversidades de uma instituição multicampi, ou seja, analisou-se o singular sem perder de vista a perspectiva global do IFPE.

Os resultados da avaliação serão publicados e constituirão objeto de análise e discussão no Conselho Superior, Reitoria, Direções de *Campi* e comunidade acadêmica em geral na perspectiva de produzir sentidos para a avaliação institucional, de consolidar uma cultura de autoavaliação, além de contribuir com o planejamento institucional do IFPE, seu aprimoramento e o melhor desempenho de sua missão.

2. Breve Histórico

2.1. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil

A Educação Profissional no Brasil apresenta uma trajetória de construção centenária. Seu marco regulatório remonta a 1909, através do Decreto nº 7.566, do Presidente Nilo Peçanha, como desafio de ordem econômica e política, que herdava do passado de escravidão a valorização negativa do trabalho manual.

Hoje, a Educação Profissional Brasileira traz em sua organização uma importante estrutura para que os indivíduos tenham acesso também às conquistas científicas e tecnológicas, alcançando, assim, um padrão de qualidade que a torna singular no contexto da educação profissional brasileira.

Podemos citar como um dos pilares dessa estrutura a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos 38 Institutos Federais. Nessa expansão, atualmente, dezenas de Instituições Federais de Ensino Médio e Tecnológico, em todo o Brasil, através da Lei nº 11.892, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de dezembro de 2008, ganham uma nova denominação: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diante disso, grandes mudanças são introduzidas, em diversos níveis, nas Instituições.

De acordo com o art. 1º da Lei supracitada, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está instituída no Sistema Federal de Ensino, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

É importante ressaltar que todas essas instituições possuem natureza jurídica de autarquia e são detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, de acordo com o parágrafo único do artigo citado acima. E essa nova personalidade jurídica surge no contexto da economia globalizada e da nova sociedade de conhecimento.

Nessa perspectiva, as mudanças ocorridas na sociedade se refletem na Educação e, como não poderia ser diferente, com a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicia-se a construção de uma Instituição com proposta inovadora, trazendo novas formas ao padrão de instituição federal já estabelecida historicamente. A Lei

nº. 11.892/2008, que dá início ao processo de “Ifetização”, tem suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem semelhança em nenhum outro país (PACHECO, 2008). Essa nova institucionalidade favorece sobremaneira todos os envolvidos no projeto de modernização educacional, com a utilização de incentivos à qualificação profissional e a ampliação de oportunidades no que tange à oferta de cursos.

A partir da criação dos Institutos Federais, as então Escolas Técnicas e Agrotécnicas, transformadas em Institutos Federais, passam a ofertar cursos nos níveis de Graduações Tecnológicas, Especializações, Mestrados e Doutorados Profissionais.

Diante do exposto, tornam-se notórias as mudanças estabelecidas no campo educacional a partir da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Ficam também evidentes os novos objetivos que ampliaram o leque de competências do EPT por meio de ações que foram criadas com a finalidade de aperfeiçoar o modelo já existente e proporcionar à sociedade alternativa para uma melhor qualificação e conseqüente qualidade de vida. Com o suporte necessário por meio de recursos e incentivos do governo, a valorização dessa modalidade de ensino é demonstrada, podendo atingir níveis elevados de satisfação em relação à demanda imposta pela modernidade.

2.2. Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)

Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE), juntamente com as antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Pernambuco, se transforma em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Essa nova instituição tem sua reitoria constituída na cidade de Recife.

Em 2008, a estrutura do IFPE se constituía de 06 (seis) *Campi* assim denominados: *Campus* de Recife (antigo CEFETPE Unidade Sede Recife); *Campus* Pesqueira e *Campus* Ipojuca (antigas Unidades de Ensino Descentralizadas do CEFETPE); *Campus* Barreiros, *Campus* Belo Jardim e *Campus* Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas).

No decorrer desse processo de transição, mais especificamente nos anos de 2009 e 2010, foram acrescentadas a esse quantitativo mais 03 (três) unidades, que correspondem aos *Campi* de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns.

O IFPE atualmente possui uma área total de 3.120.000m², destes 103.668,00m² são de área construída, destinadas ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, desportos, lazer e cultura (IFPE/PDI, 2009). É, dessa maneira, um dos maiores IF

do país, o quarto em área construída, sendo considerado como uma verdadeira Cidade Tecnológica.

Nesta nova institucionalidade, amparado na legislação, o IFPE passa a exercer o direito de oferecer cursos superiores, de aperfeiçoamento e de pós-graduação. Como resultado dessas medidas, a qualificação do corpo docente e administrativo vem recebendo um incremento significativo. Além disso, a instituição passa a ter as três funções, já instituídas nas Universidades de ensino, pesquisa e extensão. Muitas parcerias são estabelecidas com entidades, como o CNPQ, CAPES e Petrobrás.

Enfim, é importante ressaltar que os resultados decorrentes dessa mudança não dependem apenas do MEC, dos Institutos envolvidos, do governo, ou das comunidades, mas de uma série de ações conjuntas que favoreçam a concretização dos objetivos propostos, por meio de um comprometimento mútuo, cujo propósito maior seja a priorização do interesse público, com uma educação voltada para realizações de sucesso.

O apoio e adesão a esse processo de transformação projetam o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco a um nível elevado, cujo futuro deve ser composto de ações que façam jus a essa nova posição, com vistas a atender os interesses da sociedade brasileira em sintonia com as exigências da modernidade.

3. Apresentação dos *Campi* e dos Cursos

Neste item apresentaremos um breve histórico dos *campi* que oferecem cursos Superiores no IFPE atualmente e aspectos mais pontuais sobre esses cursos.

Os *campi* realizaram sua autoavaliação a partir das orientações do SINAES. A Tabela 1 registra o número total de avaliadores docentes, técnicos administrativos e discentes. Como podemos observar, a participação do contingente de avaliadores no segmento técnico-administrativo é de 60,66%, no dos professores é de 55,97 % e no dos estudantes que estavam aptos é de 50,07%. Assim o retrato apresentado pelos avaliadores adquire um grau de confiabilidade bastante significativo. Por outro lado, houve uma baixa participação dos estudantes da EAD (20,33%).

PESSOAL	APTOS A PARTICIPAR	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
Docentes	134	55,97%
Técnico administrativo	61	60,66%
Discentes Presenciais	705	50,07%
Discentes EAD	654	20,33%

Tabela 1-Total de avaliadores aptos e percentual de participação

3.1. *Campus* Barreiros

O *Campus* Barreiros, situado na Fazenda Sapé s/n, na cidade de Barreiros – PE, Zona da Mata Sul (Mata Meridional) e Zona Fisiográfica do Litoral Sul. Sendo uma escola-fazenda, tem um *Campus* de 207 hectares, dos quais 27.989,70 m² representam a área construída.

Além dos cursos tradicionalmente oferecidos pelos Institutos Federais, a legislação vigente estimula a implantação/implementação de cursos de Licenciatura na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, de modo a suprir a demanda de profissionais nessas áreas de atuação, uma vez que essas Instituições têm, além do material humano qualificado, um conjunto de elementos estruturais necessários para diminuição desta carência.

3.1.1. Curso de Licenciatura em Química

O curso de Licenciatura em Química contribui para a formação de professores no município de Barreiros, pois representa uma oportunidade para que os estudantes do município possam dar continuidade aos seus estudos, em nível superior, ampliando, assim, as oportunidades profissionais e de qualificação, visto que não existem cursos similares a este na região de abrangência do *Campus* Barreiros.

A licenciatura em Química teve suas atividades iniciadas em 28/02/2011, com uma turma de 29 alunos selecionados pelo SISU. A Resolução 52/2011 do Conselho Superior homologou o projeto pedagógico do curso. A Resolução 70/2010 do Conselho Superior do IFPE homologou, em 29/09/2010, a matriz curricular de Licenciatura em Química. Atualmente 38 alunos estão matriculados. No terceiro semestre, 15 alunos estão matriculados e no segundo semestre, 23 alunos.

Esse Projeto foi elaborado conforme as Diretrizes Curriculares para Curso de Química, na perspectiva de que o licenciado em Química tenha uma sólida formação que abranja os conhecimentos específicos de química e formação pedagógica para atuar como educador no Ensino Fundamental e Médio e Médio Integrado e, acima de tudo, possa desenvolver uma postura investigativa como futuro professor. Assim sendo, o curso possui a seguinte identificação:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Curso de Licenciatura em Química
2. Nível	Graduação
3. Titulação	Licenciado em Química
4. Modalidade	Presencial
5. Área de conhecimento	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias
6. Habilitação ou ênfase	Licenciado em Química
7. Duração do curso	Mínimo: 08 Semestres; Máximo: 16 Semestres.
8. Carga horária total	3.225 Horas
9. Integralização	Lim. Mínimo: 4 anos; Lim. Máximo: 8 anos + 1 Semestre
10. Regime Escolar	Semestral por pré-requisito
11. Processo de Seleção	Admissão de alunos mediante processo seletivo (Vestibular/Sisu), realizado anualmente, transferência, portador de diploma.
12. Vagas por ano	40 Vagas
13. Turno	Noturno
14. Início do curso	1º Semestre de 2011

Tabela 2- Licenciatura em Química - Barreiros.

3.2. **Campus Belo Jardim**

O *campus* Belo Jardim localiza-se na Avenida Sebastião Rodrigues da Costa, s/nº, no bairro de São Pedro. Sua área total construída é de 1.619.173 m² e possui 198.614 m² de área descoberta. O curso Superior em Licenciatura em Música teve seu início no primeiro semestre 2011, com uma turma de 25 alunos. Em 2012, ingressaram mais 29 alunos, cuja maioria é oriunda de Belo Jardim e região.

3.2.1. Curso de Licenciatura em Música

A opção pelo Curso Superior em Licenciatura em Música surgiu de vários debates dentro da comunidade belo-jardinense sobre a necessidade da criação de cursos superiores no IFPE *Campus* Belo jardim. Esses questionamentos partiram da própria comunidade e foram encampados pela iniciativa privada em conjunto com as representações populares e a comunidade docente da Instituição. E, dentre todas as propostas apresentadas e discutidas, a criação de um curso superior de música obteve unanimidade. A cidade é reconhecida como “Terra dos Músicos” pela tradição natural do seu povo e pelo trabalho desenvolvido há 124 anos pela Sociedade Musical Filarmônica São Sebastião e há 77 anos pela Sociedade de Cultura Musical.

O curso foi aprovado pela Resolução nº 34/2011 pelo Conselho Superior, *Ad Referendo* de 05 de abril de 2011. Realizou a autoavaliação institucional pela primeira vez, sendo mobilizados os professores, alunos e técnicos-administrativos.

O curso superior de Licenciatura em Música tem o propósito de formar professores que poderão lecionar na educação básica. Este curso contribuirá significativamente para a formação de centenas de jovens que sofrem por não terem acesso a uma escola qualificada, ficando impedidos de desenvolver suas potencialidades artísticas. Tem como ênfase Práticas Interpretativas da Música Popular em Instrumento ou Canto. Sua implantação ocorreu no primeiro semestre de 2011. Houve o ingresso de outra turma de 29 alunos no primeiro semestre de 2012, totalizando 49 discentes. O quadro a seguir apresenta suas especificações:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Licenciatura Música
2. Área de conhecimento	Área II- Comunicação e Artes
3. Subárea	Música
4. Nível	Graduação
5. Titulação	Licenciado em Música
6. Modalidade	Curso presencial
7. Habilitação ou ênfase	Práticas interpretativas da Música popular – Instrumento; Práticas Interpretativas da Música Popular – Canto.
8. Carga horária total	3.123,20 h/r; 3.040 h/a

9. CH práticas como componente curricular	400 horas
10. CH atividades acadêmico-científico-culturais	200 horas
11. Estágio Curricular Supervisionado	400 horas
12. Integralização	Mínimo: 4 anos; máximo: 7 anos.
13. Formas de acesso	Processo seletivo: vestibular e extravestibular, conforme art. 21 a 24 da Organização Acadêmica do IFPE
14. Regime de matrícula	Semestral
15. Periodicidade letiva	Semestral
16. Processo de Seleção	Admissão de alunos mediante processo seletivo anual do vestibular, transferência, portador de diploma.
17. Vagas por ano	25 Vagas
18. Turno	Tempo integral: manhã e tarde
19. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Teóricas – 25 alunos; práticas – 05 (máximo).
20. Início por curso	1º Semestre de 2011

Tabela 3- Licenciatura em Música Belo Jardim

3.3. *Campus Ipojuca*

O município de Ipojuca está localizado na PE-60, km 14 – Califórnia – Ipojuca-Pe. Pelo seu papel estratégico nesse novo contexto social, ele requer dos poderes públicos municipal, estadual e federal uma atenção especial e medidas facilitadoras que venham contribuir no desenvolvimento das potencialidades locais, favorecendo a implantação de bases científicas e tecnológicas. Nesse contexto, a nossa instituição, já com o nome de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) continua com sua nobre missão de oferecer educação profissional, pública e de qualidade, inserindo jovens e adultos no mercado de trabalho. Atualmente o ensino é oferecido nos mais diversos níveis, desde o técnico até o superior. Hoje o *Campus Ipojuca* promove os cursos de Técnico em Automação Industrial, Técnico em Química, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Petroquímica, Técnico em Construção Naval e Licenciatura em Química.

3.3.1. Curso de Licenciatura em Química

Os licenciados em química podem exercer atividades de docência no Ensino Fundamental e Médio, tanto no setor público quanto no privado. Assim, entre os campos de atuação, estão basicamente as áreas de docência e pesquisa, planejamento e algumas questões relacionadas à estrutura organizacional escolar, meio ambiente e ação coletiva.

No que se refere às condições de trabalho, esses licenciados podem também trabalhar em grupos multi e interdisciplinares e em áreas como Química e meio ambiente, ensaios e pesquisa voltada para o ensino da Química, análise química e físico-química, produção e tratamento de resíduos químicos.

O curso superior em Licenciatura em Química é importante para a cidade e região, pois o quadro nacional apresenta-se deficitário em relação à formação específica desse docente. Além disso, proporciona aos jovens uma oportunidade de formação de qualidade que os torna capazes de exercerem a docência de forma competente. O curso apresenta a seguinte identificação:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Licenciatura em Química
2. Área de conhecimento	Ciências da Natureza
3. Subárea	Química
4. Nível	Graduação
5. Modalidade	Presencial
6. Habilitação ou ênfase	Licenciatura em Química
7. Titulação	Licenciado
8. Carga Horária total (CH)	3290 horas
9. CH Prática como componente curricular	405horas
10. CH Atividade acadêmico-científico-culturais	200horas
11. Estágio Curricular Supervisionado	405horas

12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínimo: 4 anos; Máximo: 8 anos
13. Forma de Acesso	Processo seletivo – ENEM/SISU
14. Número de vagas por turno de oferta	36
15. Turno	Noturno
16. Regime de Matrícula	Semestral
17. Periodicidade Letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Teóricas: 36 alunos Práticas: 18 alunos
19. Início do curso	2011.1

Tabela 4- Licenciatura em Química Ipojuca.

3.4. **Campus Pesqueira**

O *Campus* Pesqueira está localizado no km 208 da BR 232, Loteamento Portal. Iniciou suas atividades em 1992 e desde então vem buscando cumprir a missão Institucional do IFPE. O *Campus* Pesqueira desenvolve ações estratégicas comprometidas com a formação de uma sociedade mais justa, fraterna, democrática, capacitada nas esferas científica, tecnológica e humana, através da educação que, na ótica freiriana, é a única capaz de promover a transformação de pessoas com a conseqüente ascensão na sociedade.

Ao longo dos anos vem oferecendo cursos técnicos de nível médio (Eletrotécnica, Turismo, Informática, Enfermagem, Eletroeletrônica e Edificações), assumindo também o curso de nível médio no início de 1998 e o PROEJA em 2006.

Através do Decreto 5.224/04, o CEFET-PE foi autorizado a ministrar Ensino Superior de Graduação e de Pós Graduação *lato senso* e *stricto senso*. O cenário nacional e local de escassez de docentes motivou a implantação de licenciaturas no IFPE – *Campus* Pesqueira, que iniciou sua primeira turma do curso Licenciatura em Matemática em 2007. Atualmente, há os cursos de Licenciatura em Matemática regular e na modalidade PARFOR, Licenciatura em Física e, no segundo semestre de 2011, foi implantado o Bacharelado em Enfermagem.

3.4.1. Curso de Licenciatura em Matemática

O *Campus* Pesqueira elaborou um projeto de curso que tem como propósito uma sólida formação, capaz de promover a autonomia intelectual e profissional dos estudantes, através de um olhar contextualizado, que reconhece os processos próprios de ensinar e aprender matemática. Os conteúdos matemáticos estão estruturados de maneira interdisciplinar, possibilitando a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Matemática apresenta uma proposta didático-pedagógica diferenciada para os conteúdos que serão vivenciados no Ensino Fundamental e Médio, a partir de oficinas de trabalho e da pedagogia de projetos. Esse é um aspecto inovador do curso, pois permite que os estudantes vivenciem a construção de seu próprio processo de ensino-aprendizagem, sendo pesquisadores, reflexivos, criativos e críticos, pois são capazes de criar a sua própria metodologia de ensino para facilitar o ensino da matemática na educação básica. Dessa maneira, os licenciados em matemáticos contribuirão efetivamente para diminuição dos altos índices de evasão e repetência nas escolas públicas.

Outro ponto importante da proposta do curso é a busca de espaços coletivos de discussão permanente que fortalecem as políticas de inclusão social mediante as seguintes medidas: criação do Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE); atendimento à legislação do idoso; inclusão de questões no Programa de Sociologia que tratam da Educação das Relações Étnico-raciais; disponibilização de Libras nos currículos de Licenciatura. O citado curso teve sua autorização de funcionamento homologada através da Resolução 12/2006, tendo sido submetido em 2011 à avaliação de regulação, na qual obteve conceito de Curso 3 e encontra-se aguardando o término do processo de reconhecimento.

O *Campus* Pesqueira oferta também o curso de Licenciatura em Matemática na modalidade PARFOR, um programa destinado a quem já é docente, mas não tem formação específica na área. O curso foi autorizado a funcionar através da Resolução nº36/2010. Está descrita no quadro a seguir a identificação do curso:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Licenciatura em Matemática
2. Área de conhecimento	Ciências da Natureza e Matemática e suas Tecnologias
3. Subárea	Matemática
4. Nível	Graduação - Licenciatura

5. Modalidade	Curso Presencial
6. Habilitação ou ênfase	Licenciatura
7. Titulação	Graduação
8. Carga horária total (CH)	2900
9. CH Prática como componente curricular	405
10. CH Atividade acadêmico-científico-culturais	200
11. Estágio Curricular Supervisionado	405
12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínima: oito (08) semestres Máxima: doze (12) semestres
13. Forma de Acesso	Exame de seleção aberto aos candidatos egressos do Ensino Médio ou similar e outros previstos no IFPE.
14. Número de vagas por turno de oferta	40 (quarenta) vagas
15. Turno	Noturno
16. Regime de Matrícula	Período
17. Periodicidade Letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Turmas teóricas: até 40 alunos Turmas práticas: até 40 alunos
19. Início do curso	06 de fevereiro de 2006

Tabela 5- Licenciatura em Matemática – Pesqueira.

3.4.2. Curso de Licenciatura em Física

O curso superior de Licenciatura em Física teve início em fevereiro de 2010, ampliou sua oferta de vagas e conta hoje com três turmas em funcionamento, sendo prevista a conclusão da primeira turma para o final do segundo semestre de 2013.

Este curso busca formar docentes capazes de desenvolver uma prática educativa humanizada, com visão crítica do mundo, respeito à diversidade humana, cuidados com o meio ambiente e consciência dos direitos e deveres necessários ao exercício da cidadania, bem como o domínio da tecnologia, do conhecimento específico da Física, conhecimentos pedagógicos, éticos e políticos que poderão auxiliar no desempenho de suas ações docentes e também possibilitar continuidade de estudos em programas de pós-graduação: Especialização, Mestrado, Doutorado. O curso apresenta a seguinte identificação:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Licenciatura em Física
2. Área de conhecimento	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.
3. Subárea	Física
4. Nível	Graduação – Licenciatura
5. Modalidade	Curso Presencial
6. Habilitação ou ênfase	Licenciatura em Física
7. Titulação	Graduação
8. Carga horária total (CH)	2819
9. CH prática como componente curricular	558
10. CH atividade acadêmico-científico-culturais	200
11. Estágio Curricular Supervisionado	405
12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínima: oito (08) semestres Máxima: doze (12) semestres
13. Forma de Acesso	Exame de seleção aberto aos candidatos egressos do Ensino Médio ou similar e outros previstos no IFPE.
14. Número de vagas por turno de oferta	40 (quarenta) vagas
15. Turno	Noturno
16. Regime de Matrícula	Período
17. Periodicidade Letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Turmas teóricas: até 40 alunos Turmas práticas: até 40 alunos
19. Início do curso	01 de fevereiro de 2010

Tabela 6 - Licenciatura em Física – Pesqueira.

3.5. **Campus Recife**

O *Campus Recife* está situado na Avenida Professor Luiz Freire, 500, Recife, CEP: 50740-540, bairro estritamente universitário. Esse *Campus* tem a maior concentração de centros de estudos e pesquisas do Norte-Nordeste e é um dos maiores *campi* em área

construída, sendo considerado uma verdadeira Cidade Tecnológica. É responsável por diversas inovações tecnológicas.

Oferta 6 (seis) cursos de nível superior, a saber: Engenharia de Produção Civil, Tecnologia de Design Gráfico, Tecnológico de Gestão e Turismo, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Radiologia, Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental. Todos esses cursos estão em consonância com as demandas locais, regionais e nacionais do mundo do trabalho.

3.5.1. Engenharia de Produção Civil

A capital pernambucana encontra-se em crescente desenvolvimento com os novos empreendimentos, dos quais decorre uma nova demanda para a construção civil. É nesse contexto que o *Campus Recife* se insere e, a fim de proporcionar as condições necessárias a esse desenvolvimento, oferta cursos na área de engenharia de produção civil, a fim de formar profissionais altamente qualificados para atuar nas áreas de tecnologia.

O curso de Engenharia e Produção Civil começou a funcionar no segundo semestre de 2008, autorizado por meio da Resolução nº 40/2007. Esse curso tem a seguinte identificação:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Curso de Engenharia de Produção Civil
2. Nível	Graduação – Bacharelado
3. Titulação	Engenheiro de Produção Civil
4. Modalidade	Presencial
5. Área de Conhecimento:	Engenharia Civil
6. Habilitação ou ênfase:	Produção Civil
7. Duração do Curso	Mínimo: 10 semestres; máximo: 21 semestres
8. Carga Horária Total:	4.140 horas
9. Integralização:	Lim. mínimo: 5 anos; lim. máximo: 10 anos + 01 semestre
10. Regime Escolar:	Semestral por pré-requisito
11. Processo de seleção	Admissão de alunos mediante processo seletivo (vestibular) realizado anualmente, transferência, portador de diploma.

12. Vagas por ano	40 vagas
13. Turno	Noturno
14. Início do curso:	2º semestre de 2008

Tabela 7 - Engenharia de Produção Civil – Recife

3.5.2. Curso de Tecnologia em *Design* Gráfico

Outro curso que está em consonância com as exigências do mundo do trabalho no âmbito local, regional e nacional é o de Tecnologia em *Design* Gráfico, cujo objetivo é preparar o indivíduo para os seguintes postos de trabalho: empresas públicas e privadas, agências de publicidade e comunicação visual, indústrias gráficas e *bureaux* de editoração, empresas de tecnologia de informação e *software*, e produtoras de vídeo. Além disso, visa a preparar os estudantes para desempenharem funções de planejamento e consultoria, exercendo os seguintes papéis: diagramador/paginador, tipógrafo, consultor gráfico, artefinalista, programador, *webdesigner*, *designer* de autoria, *designer* de I.G.U.

Os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em *Design* visam ao aprofundamento das temáticas relacionadas às áreas do *Design* (do ambiente, de comunicação, de produto), especialmente focados na teoria, metodologias e processos projetuais, que possam favorecer o desenvolvimento de processos de criação, de produtos e de serviços contextualizados no âmbito internacional e nacional do estágio sociotecnológico atual, e demandados pela comunidade local.

O Curso de Tecnologia em *Design* Gráfico teve a sua autorização de funcionamento concedida pela Portaria 434/2000-GD, de 25/10/2000, e pela Resolução nº 21/2002, de 01/10/2002, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco. Esse curso foi reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.068, de 31.03.2005, e apresenta a seguinte identificação:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Curso Superior de Tecnologia em <i>Design</i> Gráfico
2. Área de conhecimento	Produção Cultural e <i>Design</i>
3. Subárea	<i>Design</i> Gráfico
4. Nível	Graduação/Tecnológico
5. Modalidade	Presencial

6. Habilitação ou ênfase	Tecnológico em <i>Design Gráfico</i>
7. Titulação	Tecnólogo em <i>Design Gráfico</i>
8. Carga horária total (CH)	1.620 horas
9. CH prática como componente curricular	Não se aplica.
10. CH atividades acadêmico-científico-culturais	Não se aplica.
11. Estágio Curricular Supervisionado	Não se aplica.
12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Lim. mínimo: 2 anos Lim. Máximo: 4 anos - 1ano
13. Forma de Acesso	Admissão de alunos mediante processo seletivo (vestibular), realizado anualmente, transferência, portador de diploma.
14. Número de vagas por turno de oferta	40 vagas 2011.2 (2011.1 não foram ofertadas vagas).
15. Turno	Matutino e vespertino
16. Regime de matrícula	Semestral por módulo
17. Periodicidade letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Não se aplica.
19. Início do curso	II semestre de 2002

Tabela 8- Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico – Recife

3.5.3. Curso Superior Tecnológico de Gestão em Turismo

O turismo é um fenômeno de grande importância para o desenvolvimento de um país, uma vez que contribui não só para o crescimento do PIB, como também para a capacidade de emprego e renda. O turismo se destaca como um dos setores socioeconômicos do mundo. Por conta disso, o Curso Superior Tecnológico de Gestão em Turismo foi criado no *Campus Recife* e está fundamentado na LDB 9394/96, Pareceres CNE/CES 436/1, 29/02, 277/06 e Resolução CNE/CES 03/02. Foi reconhecido em 30 de novembro de 2011, obtendo o conceito final 4 (aguardando divulgação no D.O.U). Apresenta a seguinte identificação:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Curso Superior Tecnológico de Gestão em Turismo
2. Área de conhecimento	Área profissional: hospitalidade e lazer Área de conhecimento: turismo
3. Subárea	Turismo
4. Nível	Graduação/Tecnológico
5. Modalidade	Presencial
6. Habilitação ou ênfase	Gestão em Turismo
7. Titulação	Tecnólogo de Gestão em Turismo
8. Carga Horária total (CH)	1690,5 horas/relógio ou 2172 horas/aula
9. CH Prática como componente curricular	126 horas
10. CH Atividade acadêmico-científico-culturais	120 horas
11. Estágio Curricular Supervisionado	Não se aplica.
12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínimo: 02 anos de 04 semestres com 20 meses Máximo: 05 anos de 10 semestres com 50 meses
13. Forma de Acesso	Admissão de alunos mediante processo seletivo (vestibular), realizado anualmente; transferência; portador de diploma
14. Número de vagas por turno de oferta	40 vagas por turma
15. Turno	Matutino e vespertino
16. Regime de Matrícula	Modular Sequencial
17. Periodicidade Letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Não se aplica.
19. Início do curso	2007.2

Tabela 9 - Curso Superior Tecnológico de Gestão em Turismo - Recife

3.5.4. Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi autorizado pela Resolução nº 006/2003 do Conselho Diretor do, na época, CEFET-PE, com 38 vagas semestrais previstas no ato da criação e atualmente com 145 estudantes regularmente matriculados. No presente, esse curso está em processo de espera por renovação de reconhecimento.

Esse curso oportuniza ao concluinte sair com o seguinte perfil: especificar, projetar, desenvolver, implementar, manter e gerenciar sistemas de *software*; utilizar técnicas, ferramentas e metodologias atualizadas; saber trabalhar em equipe, comunicar-se bem e ser ético na execução de suas tarefas; ter visão empreendedora na busca de solução para os desafios das organizações e das novas oportunidades.

O concluinte poderá também exercer as seguintes funções no mercado de trabalho: desenvolvedor em linguagens de programação procedimentais, orientadas para objetos; desenvolvedor para *Web*; administrador e programador de banco de dados; analista de sistemas e empreendedor de soluções baseadas em sistemas de *software*. O curso apresenta a seguinte identificação:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
2. Eixo Tecnológico	Informação e Comunicação
3. Subárea	Análise e desenvolvimento de sistemas
4. Nível	Graduação
5. Modalidade	Presencial
6. Habilitação ou ênfase	Desenvolvimento de Sistemas
7. Titulação	Tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas
8. Carga horária total (CH)	2.385 horas aulas ou 2.025 horas relógio
9. CH prática como componente curricular	Não se aplica.
10. CH atividades acadêmico-científico-culturais	Não se aplica.
11. Estágio Curricular	360

Supervisionado	
12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínimo: 6 períodos Máximo: 12 períodos
13. Formas de Acesso	ENEM (os alunos podem ingressar no curso através do Sisu – Sistema de Seleção Unificada, gerenciado pelo MEC [30% das vagas]), ou através de exame vestibular promovido pelo próprio IFPE (70% das vagas).
14. Número de vagas por turno de oferta	40
15. Turno	Matutino e vespertino Noturno a partir de 2012.2
16. Regime de matrícula	Semestral
17. Periodicidade letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	40
19. Início do curso	2006.2

Tabela 10- Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Recife

3.5.5. Curso Superior de Tecnologia em Radiologia

O Curso Superior de Tecnologia em Radiologia foi autorizado a funcionar pela Portaria 647/97 e Resolução nº 22/2002, de 01/10/2002, do Conselho Diretor conforme a LDB 9.394/1996, Decreto 2.208/1997 e Parecer 436/2001. O referido curso prepara para as atividades de supervisão de equipes de técnicos em radiologia, habilitando-os para a execução, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos e técnicas nas atividades relacionadas ao diagnóstico por imagem.

Essas atividades poderão ser exercidas nos seguintes postos de trabalho: setor de diagnóstico, setor de terapia, setor de radioisótopos, setor industrial e medicina nuclear. O curso apresenta a seguinte identificação:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Curso de Tecnologia em Radiologia
2. Nível	Tecnólogo
3. Titulação	Tecnólogo em Radiologia
4. Modalidade	Presencial

5. Área de conhecimento	Ambiente e Saúde
6. Habilitação ou ênfase	Radiologia
7. Duração do curso	36 meses/6 semestres
8. Carga horária total	2.430 horas ou 3.240 h/a
9. Estágio curricular supervisionado	350 horas
10. Integralização	Mínimo: 6 semestres Máximo: 12 semestres
11. Regime Escolar	Semestral
12. Processo de seleção	Vestibular e extr vestibular, conforme art. 21 e 24 da Organização Acadêmica do IFPE
13. Vagas por ano	40
14. Turno	Vespertino
15. Início do curso	II semestre de 2002

Tabela 11 - Curso de Tecnologia em Radiologia – Recife

3.5.6. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental foi autorizado a funcionar mediante a Portaria 434/2000-GD, de 25/10/2000, e a Resolução nº 10/2000, de 01/08/2001, do Conselho Diretor do então CEFET/PE, e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.067, de 31/03/2005.

Os concluintes desse curso têm um amplo campo de atuação, pois podem exercer as seguintes atividades: assessoria, planejamento, execução e implementação de programas de educação ambiental; políticas de gestão ambiental, de poluição atmosférica; programa de gestão e tratamento de efluentes líquidos; programa de gestão de resíduos sólidos; programa de controle de poluição atmosférica; programa de avaliação de aspectos e impactos ambientais; coordenação de equipes de avaliação de aspectos e impactos ambientais; elaboração e execução de auditorias ambientais internas; pesquisa de tecnologia aplicada; assessoria específica às comissões de estudos em projetos de implantação de empresas e empreendimentos diversos; empresas em programas de qualidade do meio ambiente; comissão fiscalizadora do meio ambiente.

Esse curso é assim identificado:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Curso Superior de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental
2. Área de conhecimento	Ambiente e Saúde
3. Subárea	Ambiente
4. Nível	Tecnológico
5. Modalidade	Presencial
6. Habilitação ou ênfase	Tecnologia em Gestão Ambiental
7. Titulação	Tecnólogo em Gestão Ambiental
8. Carga horária total (CH)	3006 h/a
9. CH prática como componente curricular	450 horas
10. CH atividades acadêmico-científico-culturais	Não se aplica.
11. Estágio Curricular Supervisionado	Não se aplica.
12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínima: 3 anos Máxima: 6 anos
13. Formas de Acesso	Vestibular e extr vestibular, conforme art. 21 e 24 da Organização Acadêmica do IFPE
14. Número de vagas por turno de oferta	40 alunos
15. Turno	Noturno
16. Regime de Matrícula	Semestral
17. Periodicidade Letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Não se aplica.
19. Início do curso	2001.2

Tabela 12- Curso Superior de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental – Recife

3.6. **Campus Vitória de Santo Antão**

O *Campus* Vitória de Santo Antão localiza-se na Mata Sul do Estado de Pernambuco, região que compreende uma área de 5.208,6 km (5,26% do território estadual). Dentre os municípios da Mata Sul, Vitória de Santo Antão destaca-se por ser o mais populoso e por apresentar tendência à diversificação de atividades econômicas com destaque para a fruticultura, o plantio de seringueiras, a pecuária, a indústria de transformação, o comércio varejista e a prestação de serviços.

3.6.1. **Curso de Licenciatura Plena em Química**

A escolha do curso de Licenciatura Plena em Química surgiu a partir de uma pesquisa de campo realizada em 2009, na qual participaram como sujeitos 515 alunos oriundos de escolas públicas pertencentes às redes municipal, estadual e federal de ensino do município de Vitória de Santo Antão e de municípios circunvizinhos. Aplicou-se um questionário com o intuito de nortear as futuras tomadas de decisão em relação à escolha do curso, do turno de funcionamento, do tempo de duração, dentre outras.

O projeto do curso é fruto de uma construção coletiva, pois foi pensado por uma Comissão Instituída por Portaria da Direção Geral do *Campus*, a partir de uma relação dialógica entre profissionais de diversas áreas do conhecimento. O currículo do curso está alicerçado nas dimensões da formação geral, científica, pedagógica e humanística do profissional docente e de seu engajamento ético-socioecologicamente responsável. Hoje o curso conta com duas turmas em funcionamento: uma no primeiro período e outra no terceiro período. Foi autorizado a funcionar através da Resolução Nº 15/2010, de 21/06/2010, homologada pelo Conselho Superior. A identificação desse curso está expressa no quadro a seguir:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Licenciatura Plena em Química
2. Área de conhecimento	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias
3. Subárea	Educação
4. Nível	Graduação
5. Titulação	Licenciado em Química
6. Modalidade	Curso de Licenciatura em Química

7. Habilitação ou ênfase	Licenciado em Química
8. Duração do curso	Mínimo: 08 semestres Máximo: 16 semestres
9. Carga horária total	3.160 horas aulas ou 3.020
10. CH prática como componente curricular	400
11. CH atividades acadêmico-científico-culturais	200
12. Estágio curricular supervisionado	400
13. Integralização	Limite mínimo: 7 períodos Limite máximo: 14 períodos
14. Regime Escolar	Semestral
15. Processo de Seleção	Nota do ENEM, vestibular e transferência
16. Vagas por ano	40
17. Turno	Noturno
18. Regime de matrícula	Semestral
19. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Teórica: 40 Prática: 20
20. Início do Curso	2011.2

Tabela 13- Licenciatura Plena em Química – Vitória de Santo Antão

3.7. Ensino a Distância

O IFPE oferta cursos a distância (EaD), cujas atividades começaram, ainda no CEFET, com um grupo de professores que iniciaram suas pesquisas em 2006 e, através de um programa do Governo Federal, Universidade Aberta do Brasil (UAB), a EaD ofereceu, no segundo semestre de 2007, os cursos de Licenciatura em Matemática e o Tecnólogo em Gestão Ambiental, e, no ano de 2009, deu início aos cursos técnicos por meio do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil. Em 2010, por meio do Programa da UAB, passaram a ser

oferecidos mais dois novos cursos: o de Licenciatura em Geografia e o de Especialização em Gestão Pública.

3.8. Ensino a Distância

3.8.1. Curso de Licenciatura em Matemática

As bases filosóficas do curso de Licenciatura em Matemática do IFPE são as advindas das diretrizes e normas da Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior. Esse curso foi autorizado pela Resolução nº 56/2006.

O curso de Formação de Professores de Matemática está estruturado com o objetivo de desenvolver, em seus estudantes, as competências e habilidades para o exercício profissional. Para tanto, esse curso busca desenvolver nos graduandos uma visão abrangente de seu papel social como educador na sociedade em que vive e a capacidade de se expressar com clareza, precisão e objetividade, compreendendo e utilizando corretamente os conhecimentos matemáticos. Esse profissional terá uma visão histórica e crítica da evolução dos conceitos matemáticos e da própria Matemática como ciência necessária para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Licenciatura em Matemática
2. Área de conhecimento	Ciências da Natureza e Matemática e suas Tecnologias
3. Subárea	Matemática
4. Nível	Graduação – Licenciatura
5. Modalidade	A distância
6. Habilitação ou ênfase	Licenciatura
7. Titulação	Graduação
8. Carga horária total (CH)	2885 horas
9. CH prática como componente curricular	405 horas
10. CH atividades acadêmico-científico-culturais	200 horas
11. Estágio Curricular Supervisionado	405 horas

12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínima: oito (08) semestres Máxima: doze (12) semestres
13. Forma de Acesso	Vestibular
14. Número de vagas por polo	52
15. Polos/cidade	Ipojuca, Pesqueira, Limoeiro/PE Santana do Ipanema/AL
16. Regime de Matrícula	Período
17. Periodicidade Letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Não se aplica
19. Início do curso	2007.2
20. Aprovação/autorização	Resolução nº 56/2006

Tabela 14- Licenciatura em Matemática na modalidade EaD

3.8.2. Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental

O curso de Tecnologia em Gestão Ambiental está inserido na área profissional de Meio Ambiente, a qual compreende ações de preservação dos recursos naturais, com controle e avaliação dos fatores que causam impacto nos ciclos de matéria e energia, diminuindo os efeitos causados na natureza (solo, água e ar). Compreende, igualmente, atividades de prevenção da poluição do meio da educação ambiental não escolar, da tecnologia ambiental, bem como sistemas de “produção mais limpa”.

O campo de atuação para o tecnólogo em gestão ambiental identifica-se com as funções de agente de Educação Ambiental, Política Ambiental, Proteção Ambiental e Qualidade Ambiental.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Tecnologia em Gestão Ambiental
2. Área de conhecimento	Tecnologia
3. Subárea	Gestão ambiental
4. Nível	Superior
5. Modalidade	A distância
6. Habilitação ou ênfase	Tecnológico
7. Titulação	Tecnólogo em Gestão Ambiental

8. Carga horária total (CH)	1704
9. CH prática como componente curricular	Não há obrigatoriedade.
10. CH atividades acadêmico-científico-culturais	Não há obrigatoriedade.
11. Estágio Curricular Supervisionado	Não há obrigatoriedade.
12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínimo de 2,5 anos Máximo de
13. Forma de Acesso	Vestibular
14. Número de vagas por polo	50
15. Polos/cidade	Dias D'Ávila/BA; Itabaiana/PB; Pesqueira, Limoeiro, Ipojuca, Surubim e Garanhuns/PE.
16. Regime de Matrícula	Modular
17. Periodicidade letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Não se aplica.
19. Início do curso	2007.2
20. Aprovação/autorização	Resolução nº 55/2006

Tabela 15- Tecnologia em Gestão Ambiental na modalidade EaD

3.8.3. Curso de Licenciatura em Geografia

O Curso de Licenciatura em Geografia na modalidade a distancia, aprovado pelo Conselho Diretor, através da Portaria nº 495, de 20/05/2009, foi proposto pelo CEFET-PE com o objetivo de suprir parte da carência de professores licenciados. Segundo dados do INEP, baseados no Censo Escolar de 2007, cerca de 600 mil professores em exercício na educação básica pública não possuíam graduação ou atuavam em áreas diferentes daquelas em que se formaram por meio de um curso presencial e que, principalmente por questões culturais, não possuíam habilidades para utilizar as novas tecnologias. O educador formado pela EaD, diferentemente, já está familiarizado com as novas ferramentas tecnológicas educacionais.

O profissional licenciado em Geografia, portanto, estará habilitado para o exercício do magistério na segunda fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O objetivo primordial dessa formação é o de tornar acessíveis os conhecimentos dessa ciência a partir de uma prática pedagógica voltada para a satisfação dos interesses e necessidades

de uma comunidade, bem como dos anseios e perspectivas de outras ciências subsidiadas por seus conhecimentos. Destaca-se que a educação a distância tem características próprias que a fazem particular em todos os aspectos que envolvem o processo ensino-aprendizagem.

Espera-se que o egresso desse curso seja um profissional

- capacitado para atuar como docente de instituições de ensino públicas e privadas, habilitado, também, a empreender estudos de pós-graduação;
- com sólida compreensão dos elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia;
- conhecedor das abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico.

O Curso de Licenciatura em Geografia na modalidade a distancia pode ser assim identificado:

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
1. Denominação	Licenciatura em Geografia
2. Área de conhecimento	Ciências Humanas
3. Subárea	Geografia
4. Nível	Graduação – Licenciatura
5. Modalidade	A distância
6. Habilitação ou ênfase	Licenciatura
7. Titulação	Graduação
8. Carga horária total (CH)	2820 horas
9. CH prática como componente curricular	405 horas
10. CH atividades acadêmico-científico-culturais	200 horas
11. Estágio Curricular Supervisionado	405 horas
12. Período de Integralização (mínima e máxima)	Mínima: 08 semestres Máxima: 14 semestres
13. Forma de Acesso	Vestibular
14. Número de vagas por polo	52 vagas

15. Polos/cidade	Águas Belas, Carpina, Gravatá, Palmares e Sertânia (Pernambuco)
16. Regime de matrícula	Período
17. Periodicidade letiva	Semestral
18. Dimensão das turmas teóricas e práticas	Não se aplica
19. Início do curso	2010.2
20. Aprovação/resolução	Resolução nº 32/2008

Tabela 16- Licenciatura em Geografia na modalidade EaD

4. Autoavaliação no IFPE

A Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior propôs às Universidades do Brasil que fosse instituído um sistema permanente de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento dos cursos. É nesse contexto que surge a Autoavaliação Institucional, que tem por objetivo:

Promover a melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e especialmente do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. (SINAES, 2004).

O SINAES compreende três instrumentos de avaliação e acompanhamento institucional:

- avaliação das instituições de Educação Superior, realizada em duas etapas: autoavaliação (coordenada pela CPA) e avaliação externa (realizada por comissões designadas pelo INEP);
- avaliação dos cursos de graduação;
- avaliação do desempenho dos estudantes.

A partir da Lei 10.861/2004, ficou estabelecido que cada instituição de Ensino Superior deveria constituir uma CPA com a finalidade de “coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilização dos resultados” (SINAES, 2004). Diante dessa determinação, o IFPE constituiu a CPA, tendo as seguintes competências e atribuições previstas em seu regimento interno:

Art. 4º - Compete à CPA do IFPE:

- I. Assessorar os responsáveis pelas avaliações.*
- II. Acompanhar a execução da Política Institucional, observada a legislação pertinente.*
- III. Conduzir os processos de avaliação interna.*
- IV. Sistematizar os processos de avaliação interna.*
- V. Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, sempre que solicitadas, observando as dimensões indicadas pelo SINAES.*

Art. 5º São atribuições da CPA do IFPE:

- I. Realizar a avaliação institucional com o objetivo de identificar o perfil do Instituto e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando, no mínimo, as seguintes dimensões institucionais:*
 - a) a missão e o plano de desenvolvimento institucional;*
 - b) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;*
 - c) a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;*
 - d) a comunicação com a sociedade;*
 - e) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;*
 - f) organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;*
 - g) infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;*
 - h) planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;*
 - i) políticas de atendimento aos estudantes;*
 - j) sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.*
- II. Analisar as avaliações dos diferentes segmentos do IFPE, no âmbito da sua competência.*
- III. Desenvolver estudos e análises, visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política da Avaliação Institucional.*

IV. *Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo Institucional.*

V. *Participar de todas as atividades relativas a eventos promovidos pelo CONAES – Conselho Nacional de Educação Superior –, sempre que solicitada.*

VI. *Colaborar com os órgãos próprios do IFPE, no planejamento dos programas de avaliação Institucional.*

Diante disso, foram seguidas as etapas abaixo registradas:

- 1ª Etapa – Preparação:
 - constituição da CPA – com o término do ciclo avaliativo 2009/2010, houve uma mudança na composição da CPA para o ciclo 2011, através da Portaria 401/2011 GR e 770/2011 GR, que incluiu outros membros;
 - planejamento – houve discussões em reuniões sobre os objetivos da autoavaliação no IFPE e elaboração do cronograma, obedecendo-se à data fixada pelo CONAES. Além disso, foram determinadas estratégias e metodologia a serem vivenciadas durante todo o processo de autoavaliação. Foram utilizados como instrumentos documentos oficiais, entrevistas com os gestores e o SAI (que coletou dados de professores, estudantes e técnicos administrativos, além de depoimentos de estudantes), dados institucionais, avaliação de curso e a Avaliação de Regulação de 2010.
 - sensibilização – promovida por palestras, proferidas aos estudantes, professores, técnico-administrativos e diretores gerais; por reuniões, entrega de folders, *banners*, afixação de faixas nos *campi*, convocando a comunidade acadêmica, chamadas em *site* oficial da instituição, no intuito de envolver a comunidade acadêmica no processo avaliativo e realçar a importância dele para a instituição e todos os seus atores.

- 2ª Etapa – Desenvolvimento:

Nesta etapa foram vivenciadas as seguintes estratégias planejadas:

- seminários sobre a legislação que norteia a Avaliação Institucional;
 - reuniões de sensibilização;
 - sistematização das demandas discutidas nas reuniões;
 - constituição de grupos de trabalho de acordo com as demandas levantadas;
 - construção de instrumento de coleta de dados;
 - levantamento e organização do espaço físico para a realização da autoavaliação;
 - aplicação do instrumento;
 - elaboração de ofícios para as pró-reitorias e diretorias sistêmicas, solicitando os dados institucionais;
 - entrevistas com os gestores;
 - análise do instrumento de coleta de dados;
 - análise dos dados institucionais.
- 3ª Etapa – Consolidação:

Nesta etapa foi realizada a elaboração do relatório de autoavaliação, a divulgação desse documento na instituição e uma análise crítica do processo.

5. METODOLOGIA

O ciclo avaliativo 2011 teve como característica predominante a realização da avaliação diagnóstica acerca das dez dimensões propostas pelo Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) com a utilização de uma diversidade de instrumentos de coleta de dados. O primeiro instrumento foi composto de diversos questionários semiabertos que foram implantados no *software*, criado pela CPA do IFPE e denominado Sistema de Avaliação Institucional (SAI). Seu objetivo principal foi produzir conhecimento e pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificando as causas dos seus problemas e suas deficiências, e aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo (SINAES, 2004). Além disso, avaliou-se se a comunidade acadêmica detinha o conhecimento da existência de alguns documentos. Foram utilizados, também, como fonte de consulta os dados constantes nos seguintes documentos:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico Institucional;
- Projeto Pedagógico dos Cursos;
- currículos e programas de estudos;
- atas dos órgãos colegiados;
- regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição;
- mecanismos de controle de normas acadêmicas;
- convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Foram coletados depoimentos dos responsáveis pelas ações de atualização dos documentos dos *Campi*, da sistematização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da comunicação na IES, além de depoimentos dos responsáveis pelos recursos e infraestrutura.

Apesar do caráter de avaliação diagnóstica, a maioria dos avaliadores opinou, e os diversos gestores participaram com informações que se acredita ter uma boa aproximação da condição em que se encontra o IFPE. As análises das diversas peculiaridades possibilitaram apresentar àqueles que consultarão este relatório uma aproximação da

realidade, o que lhes permitirá compreender a complexidade desta Instituição de Ensino Superior a fim de orientar-se a comunidade interna para a tomada de decisões no sentido de melhorar o Ensino Superior.

Nas diversas reuniões que ocorreram, foram definidas metodologias que se adequassem às diversas especificidades das dez dimensões avaliadas, considerando-se os diferentes conteúdos, tratamento das fontes de dados e as pessoas as quais iriam participar como avaliadoras dessa IES.

Ao longo do processo, teve-se que imprimir ritmos diferentes em vários momentos. Após a preparação dos questionários, o ritmo foi alterado devido à demora da implantação e funcionamento do SAI. A coleta teve que ser repetida algumas vezes, devido a problemas de ordem técnica que, no decorrer do processo de avaliação, foram sanados. É importante destacar que os dados coletados foram em quantidade suficiente para a análise acerca da satisfação quanto aos serviços prestados e ao conhecimento sobre a instituição.

Fez-se necessário, também, definir procedimentos que pudessem desencadear as atividades, as coletas, a organização e a avaliação das informações requeridas pelos indicadores. Isso permitiu aperfeiçoar as técnicas adotadas na avaliação do ano de 2010, seus meios e recursos disponíveis, otimizando o tempo gasto para a participação dos diferentes sujeitos na pesquisa.

É importante salientar que a etapa de coleta de dados foi precedida de ampla divulgação junto à comunidade, visando-se assegurar a participação dos diferentes segmentos nesse processo. Na oportunidade, foram utilizadas faixas, *folders*, cartazes e mensagens eletrônicas.

5.1. Questionário

Para serem contempladas as dez dimensões propostas pelo SINAES, os professores, estudantes e técnicos administrativos, envolvidos com o Ensino Superior, responderam os questionários no SAI. Para isso, esses sujeitos foram conduzidos pelos membros da CPA para espaços em laboratórios de informática previamente organizados para esse fim, em dias e horários específicos. A viabilização dessa estratégia passou pelo desenvolvimento de um sistema de informação *on-line* na *web*, hospedado no domínio da Reitoria, para prover agilidade e segurança ao processo de coleta.

O instrumento era composto por dois tipos de questões de múltipla escolha e algumas possibilitavam comentários. As opções de resposta para o primeiro tipo eram: “Excelente”, “Bom”, “Regular”, “Ruim”, “Péssimo”. E, em algumas questões, havia a opção “Não Existe”. A segunda opção de resposta era “Sim” ou “Não”, referente ao conhecimento ou não do

documento ou serviço oferecido. As questões, também chamadas de itens de avaliação, podem ser vistas nas tabelas presentes nos anexos deste documento.

As cem questões contemplaram as dez dimensões propostas pelo SINAES. A partir delas foram geradas tabelas com dados quantitativos. Esses dados foram confrontados com os documentos institucionais e dados fornecidos pelas pró-reitorias e diretorias sistêmicas, e eles subsidiaram a análise e a conclusão. A coleta voluntária envolveu um universo de 598 avaliadores, dentre os quais 486 estudantes, 75 professores e 37 técnicos administrativos, no período de um mês. Ressalta-se que o sistema disponibilizava os dados atualizados em tempo real, o que facilitou a visão sistêmica do processo.

Foram avaliados, no *Campus* de Barreiros, o curso de Licenciatura em Química; no *Campus* de Belo Jardim, o curso de Licenciatura em Música; no *Campus* de Ipojuca, o curso de Licenciatura em Química; no *Campus* de Pesqueira, os cursos de Licenciatura em Matemática e em Física; no *Campus* de Recife, os cursos de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, de Tecnologia em Gestão de Turismo, de Tecnologia em Gestão Ambiental, de Tecnologia em *Design* Gráfico, de Bacharelado em Engenharia de Produção Civil, de Tecnologia em Radiologia; no *Campus* Vitória de Santo Antão, o curso de Licenciatura em Química; na EaD, os cursos de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Geografia e Tecnologia em Gestão Ambiental.

A Tabela 16 apresenta a quantidade de questões respondidas por cada segmento pesquisado, estudante, professor e técnico administrativo. Destaca-se que os estudantes responderam os três primeiros questionários; os professores, o segundo, o quarto e o quinto; e os técnicos administrativos, apenas o quinto.

Formulário	Perfil			Nº Questões
	Estudantes	Professores	Técnicos	
Autoavaliação do estudante	X			13
Avaliação do curso e da infraestrutura	X	X		20
Estudantes avaliando professores	X			10
Autoavaliação do professor		X		19
Avaliação das políticas adotadas na Instituição		X	X	20
Avaliação do clima organizacional e da Gestão		X	X	18
			TOTAL	100

Tabela 17 - Formulários e perfis de aplicação

A grande quantidade de informações provenientes da comunidade acadêmica, constituída pelos diferentes segmentos, exigiu a elaboração de um projeto para coleta e constituição de bancos de dados que atendessem à necessidade de formalização e centralização de informações.

Para tanto, foram definidas quatro etapas para o trabalho:

- definição do conteúdo e da forma dos questionários;
- coleta de respostas para a análise e elaboração dos relatórios;
- validação e tratamento de análise de dados;
- apresentação de resultados em tabelas.

Dessa forma, o tratamento dos dados considerou a seguinte escala:

Percentual de avaliadores	Conceitos
0 até 20%	Péssimo
20% até 40%	Ruim
40% até 60%	Regular
60% até 80%	Bom
80% até 100%	Excelente

Tabela 18 - Parâmetros usados para a análise

6. DIMENSÕES AVALIADAS

Apresentamos, a seguir, as informações que resumem os diversos aspectos envolvidos nas dimensões e as atividades, resultados mais significativos e ações que estão sendo construídas para que o IFPE cumpra sua missão no cenário nacional.

6.1. Dados Institucionais

A dimensão de política de Ensino, Pesquisa e Extensão, concebidos indissociavelmente, tem uma importância significativa nos processos cotidianos do IFPE. Essa importância é percebida nas ações de cunho acadêmico, no envolvimento dos docentes e discentes e no resultado produzido.

6.1.1. ENSINO

Os currículos do IFPE são estruturados tomando-se como referencial o Catálogo

Nacional de Cursos, emanado pelo MEC. Nesse documento, estão definidos, além do perfil profissional, as competências, habilidades e área de atuação, os eixos tecnológicos, bem como as possibilidades de temas a serem abordados, o que permite a estruturação de uma matriz curricular organizada em componentes curriculares, considerando-se o nível de ensino, modalidades e área de conhecimento.

As cargas horárias, planos de ensino, metodologia e avaliação da aprendizagem são definidos no Projeto Pedagógico de cada curso (PPC), respeitando-se os marcos legais pertinentes e observando-se a modernidade tecnológica, o que propicia a construção de currículos flexíveis que podem ser alterados ou substituídos, conforme exigirem as conveniências de ensino e a demanda do mundo do trabalho.

A prática pedagógica está sempre pautada num processo de construção de conhecimento participativo, em que as inferências do professor propiciam ao estudante a elaboração de estruturas mentais, capazes de levá-lo a construir seus próprios conhecimentos, numa prática simétrico-reflexiva, sendo ele partícipe e o principal agente dessa construção, aprendendo a buscar informações onde quer que elas se encontrem, para, a partir daí, elaborar novos conhecimentos através do mundo do saber sistematizado.

Os currículos possuem estrutura flexível, observando-se sempre as diretrizes Curriculares Nacionais, os marcos legais pertinentes a cada nível de ensino, além das demandas sociais, o que implica respeitarem-se as especificidades locais, regionais e individuais. Neles estão associadas teoria e prática inter-relacionadas, de forma a serem trabalhadas as abstrações. Essa inter-relação promove uma sintonia entre a dinâmica do conhecer, testar e confirmar os conhecimentos, consolidando-os.

As práticas institucionais, visando à melhoria do ensino, estão fundamentadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que os conhecimentos são construídos, aprofundados e ampliados ou reconfigurados no âmbito da pesquisa e testados junto à comunidade interna e externa, que os valida ou redefine-os. Isso se materializa por meio de ações pautadas numa metodologia dinâmica, democrática e interdisciplinar, que permite apoio pedagógico e técnico-profissional ao discente, auxiliando-o no seu percurso de formação. Além das ações metodológicas, há outros mecanismos – como as políticas de ensino e as ações de assistência estudantil – que garantem ao educando acesso, permanência e êxito.

Quanto aos docentes, há uma preocupação de se ofertarem ambientes educacionais condizentes às suas práticas pedagógicas e um compromisso de instrumentalizá-los no que diz respeito à obtenção de novos saberes, o que auxilia substancialmente a prática pedagógica. Em decorrência desse compromisso, são ofertados cursos de capacitação e/ou de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), colocando-os, assim, em sintonia com a modernidade do mundo do saber e das novas tecnologias e inovações didático-

pedagógicas e corroborando a Missão Institucional.

As alterações e substituições curriculares serão implementadas após dois anos da sua implantação (art.40, §2º da Organização Acadêmica Institucional), exceto nos caso de exigência legal. A adequação da periodicidade da revisão dos currículos está registrada na organização Acadêmica Institucional, autorizada pelo Conselho Superior, após estudos que indicaram esse prazo como o necessário para se determinar a continuidade ou substituição dos mesmos, considerando-se as inovações tecnológicas, demandas sociais e marcos legais.

Os responsáveis pelo processo de reestruturação de currículos são os departamentos acadêmicos, colegiados e coordenações de cursos, amparados nas experiências acadêmicas e índices de demandas sociais.

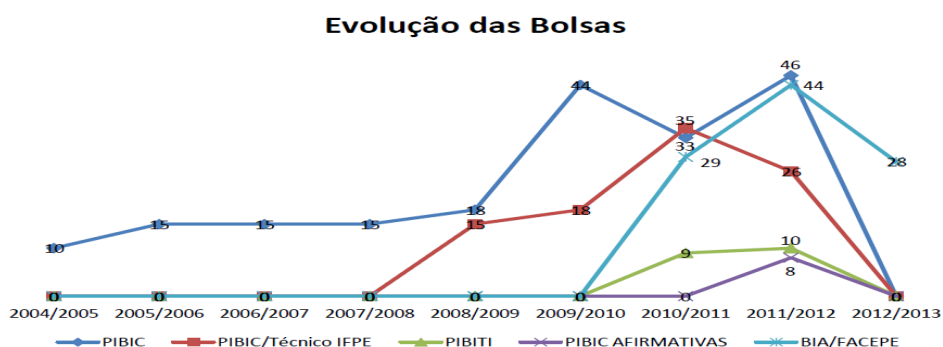
Os currículos e programas de cada curso preenchem os requisitos de formação do perfil do egresso, determinado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada curso, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, pela modernidade tecnológica e pelas demandas sociais. As discussões sobre os currículos dos cursos são realizadas e propostas por comissões de reestruturação, referendadas pelos colegiados de curso, departamentos acadêmicos, coordenações de cursos, assessoria pedagógica e ratificadas pela direção de ensino de cada *campus*. E as Diretrizes Curriculares Nacionais são sempre estudadas e discutidas pela assessoria pedagógica junto aos departamentos acadêmicos e coordenações de cursos.

6.1.2. PESQUISA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco conta, hoje, com 50 grupos de pesquisa (Gráfico 1 e Anexo I), certificados no diretório de grupos do CNPq, envolvendo todos os *campi*, distribuídos nas mais diversas áreas do conhecimento e formados por estudantes, docentes e técnicos administrativos.



Os pesquisadores possuem autonomia para procurar apoio junto aos órgãos de fomento (FACEPE, CNPq, CAPES, FINEP etc.). Os estudantes selecionados em editais da Propesq vinculados aos projetos recebem bolsa do CNPq, FACEPE e/ou do IFPE nos Programas PIBIC Técnico, PIBIC Graduação, PIBIC Ações afirmativas, PIBITI e na modalidade BIA (Bolsas de Incentivo Acadêmico) (Gráfico 2).



A Instituição possui dois veículos de divulgação da produção intelectual, artística e cultural do corpo docente e técnico-administrativo (livros, revistas, jornais, editoras). O primeiro é a Revista Cientec, organizada pela instituição. Essa revista se destina à publicação de artigos científicos e tem por fim maior estimular a produção científica do Instituto. Foram publicadas três revistas da CIENTEC: volume 01, nº 01, abril, 2009; volume 2, nº 01, março, 2010; volume 3 nº 01, junho, 2011. Essa revista é publicada de forma impressa e eletrônica (Anexo III), podendo o material ser acessado no site: <http://reitoria.ifpe.edu.br/cientec/>. Além disso, divulga, em formato digital e *on-line* (no site do IFPE), os trabalhos dos estudantes de todos os *campi* que são bolsistas de programas PIBIC, PIBITI, PIBIC-TÉCNICO. Esses trabalhos foram apresentados no Congresso de Iniciação Científica do IFPE em 2009, 2010, 2011. Seguem *links* dos anais dos trabalhos

que estão divulgados na Página Institucional do IFPE e foram distribuídos aos participantes em CD-ROM.

CONIC 2009: <http://reitoria.ifpe.edu.br/index.php?grp=34&pag=122>

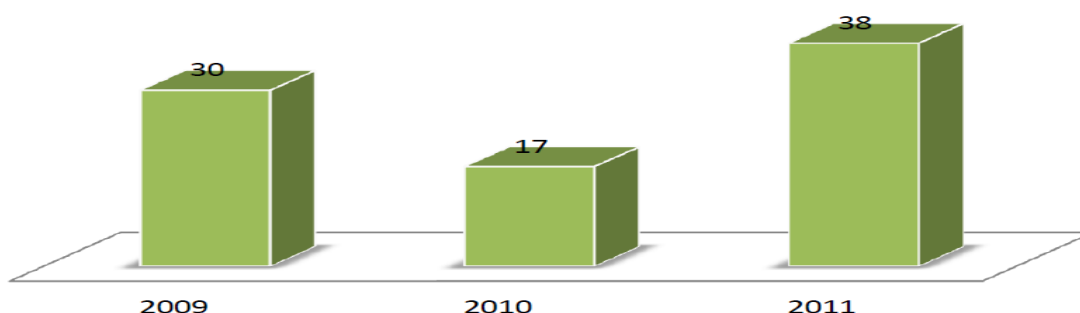
CONIC 2010: <http://reitoria.ifpe.edu.br/index.php?grp=34&pag=96>

CONIC 2011: <http://reitoria.ifpe.edu.br/index.php?grp=34&pag=123>

A Instituição promove fóruns que permitem a divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnicos administrativos. Há seis anos são realizados, com periodicidade anual, o Fórum de Pesquisa e o Congresso de Iniciação Científica (CONIC). Ambos têm por fim desenvolver a cultura de pesquisa no Instituto divulgando trabalhos e resultados das pesquisas desenvolvidas por docentes, administrativos e estudantes do IFPE, em parceria ou não com outras Instituições, além de Encontros de Pesquisa e Extensão (caráter itinerante), Fórum de Pós-Graduação e Fórum de Inovação Tecnológica (Anexo IV).

Os docentes, discentes e técnicos administrativos envolvidos com pesquisa no Instituto podem receber diárias, passagens e outros auxílios, quando solicitados e adequados às normas institucionais. Os discentes também recebem auxílios para participarem de eventos. Tais recursos são oriundos da Assistência ao Estudante. Atualmente, há 64 projetos vigentes cadastrados na Propesq. No gráfico abaixo se identifica o quantitativo de projetos cadastrados por ano (Gráfico 1).

Evolução dos projetos cadastrados



Atualmente existem políticas que auxiliam na formação de novos pesquisadores na IES. Servidores podem receber concessão de horário especial a fim de cursarem mestrado ou doutorado. Tal política está respaldada no Plano Institucional de Capacitação dos Servidores (PIC), aprovada por meio da Resolução nº 49/2010 – CONSUP. Além disso, os servidores podem concorrer aos editais de Bolsas de Auxílio ao Pesquisador (APQ), bem como às bolsas de produtividade (BPQ).

Projetos, planos de trabalho, Fórum de Pesquisa, Encontro de Pesquisa e Extensão, Fórum de Pós-Graduação, além das reuniões periódicas com os estudantes bolsistas e orientadores são as principais atividades que contribuem com a inter-relação do ensino com

Gráfico 1 – Evolução do número de cadastros de pesquisa na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, de 2009 a 2011.

a pesquisa. Além disso, foram criados e expandidos grupos de pesquisa financiados por diversos órgãos de fomento (FACEPE, CNPq, CAPES, FINEP etc.)

A produção e o desenvolvimento das atividades dos pesquisadores das IES são periodicamente coletados por relatórios que registram o desenvolvimento do plano de trabalho de cada estudante bolsista vinculado aos projetos de pesquisas cadastrados na Propesq. Os pesquisadores que possuem bolsas APQ e BPQ enviam relatórios semestrais à Propesq e o acompanhamento da produção docente dá-se por meio da Plataforma Lattes (currículo *lattes*).

Em nível da Propesq, podem-se destacar várias iniciativas de parcerias com outras instituições, como: UFPE, UFRPE, UPE, CETENE, CRCN, FUNDAJ, além da implantação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) financiado pela CAPES e CNPq.

O Programa de Qualificação Institucional (PQI) do IFPE já identifica a necessidade de se promover a qualificação dos servidores em nível de mestrado e doutorado, com vistas à compreensão e produção de conhecimento. Tal necessidade se torna ainda mais premente em vista das novas demandas educacionais instauradas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e, particularmente, da implantação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A expansão prevista no IFPE não se refere apenas ao aumento do número de unidades de ensino, mas também ao fortalecimento do caráter “investigativo em todos os níveis e modalidades” (Ministério da Educação, Edital Nº 01/2008, CAPES-SETEC. p.1) nos processos educativos. Para isso se faz necessário um forte investimento em formação investigativa para os docentes de todas as áreas de atuação do IFPE, não apenas no que se refere a seus objetos específicos de construção de conhecimento, mas também, e de extrema importância, no que diz respeito ao aprofundamento do que é o processo educativo.

O outro desafio posto para os IFs é a ampliação, no âmbito deles mesmos, da oferta de “licenciaturas nas áreas das ciências exatas e da natureza, de cursos de engenharias e superiores de tecnologia e a implantação de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* orientando suas ofertas para a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais” (Ministério da Educação, Edital N^o 01/2008, CAPES-SETEC. p.1). Mais uma vez, esses desafios só serão plenamente atendidos com uma forte formação profissional orientada para a pesquisa, como a que é provida pelos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Os institutos ainda preveem o estímulo “à pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos de autogestão” (Ministério da Educação, Edital N^o 01/2008, CAPES-SETEC. p.1). Nesse sentido, o IFPE vem aprovando mestrados (UFAL e UFCG) e doutorado interinstitucionais (UFSC) visando promover formação em nível de mestrado e de doutorado aos seus docentes e técnicos administrativos para a compreensão das diversas facetas do processo educativo.

O IFPE vem, ao longo dos anos, fomentando o ensino da Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* por meio de várias ações internas e de convênios firmados por meio de Minter e Dinter com demais órgãos de fomento, como FACEPE, CAPES e CNPq.

ESPECIALIZAÇÃO

- **PROEJA:** O Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Pós-Graduação *Lato Sensu*), instituída pela Resolução n^o 01, de 03/04/2001, e pelo Parecer CNE/CES 02207/2003, teve como objetivo geral formar profissionais da Educação para o trabalho educativo na perspectiva da integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos, considerando as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas desta modalidade e favorecendo aos cursistas a construção de uma visão teórico-prática na perspectiva da interdisciplinaridade dos saberes.
- **Gestão Pública nas modalidades presencial e a distância (EaD):** atualmente com uma turma a distância nos polos de Ipojuca, Pesqueira e Surubim.
- **Especialização em Educação, Conservação e Manejo no Semiárido Brasileiro:** aprovado pelo Edital MCT-INSA/CNPq/CT-Hidro/Ação Transversal N^o 35/2010 – Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Brasileiro. O curso terá uma duração de 01 (um) ano e 06 (seis) meses, e

buscará qualificar profissionais com curso superior que trabalhem nas redes públicas de ensino (estadual e municipal) e em ONGs ou em movimentos sociais, e que atuem ou venham a atuar na Educação Básica; técnicos que desenvolvem pesquisas e trabalhos de extensão no semiárido nordestino. Essa especialização está em curso no *Campus Afogados da Ingazeira*.

- **Especialização em Linguística aplicada à Língua Portuguesa**, previsto para ser realizado no *Campus Caruaru* no II Semestre/2012.

MINTER

- **Engenharia Elétrica:** Aprovado pela CAPES, através do Edital Minter-Dinter CAPES-SETEC 2007, o Minter em engenharia elétrica iniciou em 2008, no *Campus Recife*, qualificando nove docentes dos *campi Recife* e *Belo Jardim*. Em 2010, os docentes realizarão seus estágios obrigatórios na Instituição Promotora, a Universidade Federal de Campina Grande, e defenderão suas dissertações.
- **Educação Brasileira:** A proposta de Mestrado em Educação Brasileira com o Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas foi aprovada pela CAPES, via Edital 01/2008 – CAPES/SETEC. São vinte alunos, entre docentes e técnico-administrativos, distribuídos em diferentes linhas de pesquisa. O curso teve início em agosto de 2009, no *Campus Recife*. Entre os alunos, temos técnicos que atuam em áreas acadêmicas, como, por exemplo, pedagogos, e docentes responsáveis pela formação geral dos nossos alunos em componentes curriculares como: língua portuguesa, língua estrangeira (inglês francês e espanhol), artes (música, artes cênicas, artes plásticas e dança), educação física, geografia, história, sociologia, filosofia. Além disso, contamos com alguns docentes de área técnica.
- **Engenharia Agrícola:** A proposta de Mestrado em Engenharia Agrícola com o Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Campina Grande foi aprovada pela CAPES, via Edital 01/2008 – CAPES/SETEC. São vinte alunos, docentes dos *Campi Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão*, distribuídos em diferentes linhas de pesquisa. O curso teve início em outubro de 2009, no *Campus Belo Jardim*.

DINTER

Interdisciplinar em Ciências Humanas: A proposta de Dinter em Ciências

Humanas, com o Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, foi submetida à avaliação da CAPES em setembro de 2009, pelo Edital 01/2009 CAPES/SETEC. Após aprovação da CAPES, o início das aulas se deu no dia 21 de fevereiro de 2011, no *Campus* Vitória de Santo Antão. O curso qualificará 25 docentes do IFPE e instituições associadas.

6.1.3. POLÍTICA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO

Existe grande investimento da gestão IFPE na qualificação docente através dos convênios firmados e do apoio por meio da aprovação do Plano Institucional de Capacitação dos Servidores do IFPE (PIC), que tem o propósito de estabelecer a política de desenvolvimento de recursos humanos, através da orientação das ações de capacitação e estímulo ao crescimento constante dos servidores por meio do desenvolvimento de competências técnicas, humanas e conceituais.

Assim, criou-se o Fórum de Pós-Graduação com o objetivo de fomentar a discussão sobre o contexto da pós-graduação no Brasil e em especial na região Nordeste, com participação de pesquisadores renomados de outras Instituições de Ensino Superior (IES), como: UFPE, UPE e UFRPE.

Além disso, foram constituídos 04 grupos de trabalhos (GTs) referentes às áreas de maior concentração de grupos e projetos de pesquisas cadastrados na Propesq, sendo elas: Meio Ambiente, Ciências Humanas, Ciências Agrárias e Engenharias. Dessa forma, vêm sendo realizadas reuniões com os pesquisadores que incentivam o cadastro de projetos na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, e a participação em grupos de pesquisa (Anexo 1) no sentido de melhorar a qualidade dos docentes envolvidos nos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* e na futura implantação nos Programas *Stricto Sensu*.

6.1.4. INTEGRAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Identifica-se a integração entre graduação e pós-graduação nas pesquisas desenvolvidas por servidores do IFPE, onde existe a presença do estudante da graduação (bolsista de Iniciação Científica) realizando planos de trabalhos referentes às pesquisas juntamente aos docentes que atuam na pós-graduação. Estudantes da graduação (tecnologias, licenciaturas e bacharelados) participam de encontros que discutem a pós-graduação *lato sensu* e a implantação *stricto sensu* tanto no âmbito do IFPE quanto no âmbito de outras IES.

6.1.5. FORMAÇÃO DE PESQUISADORES E DE PROFISSIONAIS PARA O MAGISTÉRIO SUPERIOR

A Propesq vem trabalhando junto às direção/coordenações no sentido de fortalecer a pesquisa visando à qualificação do ensino superior. Elabora anualmente o calendário das atividades, inserindo todas as ações voltadas à pesquisa, a pós-graduação e à inovação. Além disso, vem promovendo visitas a todos os *campi* do IFPE como parte do Plano de Integração dos *Campi*. Tem investido nas ações de democratização da pesquisa e da pós-graduação, tendo hoje grupos e projetos de pesquisas (gráfico 1) realizados em todos os *Campi* do IFPE.

Além de diversas ações que vêm sendo desenvolvidas no sentido de inserir a Revista CIENTEC no *WebQualis* da CAPES (Anexo II), o que foi conquistado em 2012, a Propesq tem aprimorado normas de submissão de projetos, informações sobre o Fórum de Pesquisa, Encontro de Pesquisa e Extensão, CONIC, CONNEPI, bem como de outros eventos.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, especificamente a coordenação de Pós-Graduação, é o órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de pós-graduação na IES e tem as seguintes atribuições:

- 1) implementar e acompanhar as ações junto aos órgãos governamentais relativos à pesquisa e à pós-graduação;
- 2) buscar e desenvolver convênios com entidades que promovam atividades de ensino de pós-graduação, bem como outros convênios propostos e relacionados às atividades de pesquisa;
- 3) viabilizar a elaboração e implementação de políticas e diretrizes relativas ao ensino de pós-graduação;
- 4) elaborar conjuntamente políticas para a implementação de planos de formação e aperfeiçoamento do corpo docente;
- 5) participar da elaboração da política de gestão de pessoas e dos critérios para seleção de servidores no âmbito da Pró-Reitoria;
- 6) implementar planos para concessão de bolsas aos servidores do Instituto Federal;
- 7) orientar e coordenar a elaboração dos regulamentos relacionados aos cursos de pós-graduação;
- 8) orientar, acompanhar e coordenar as atividades acadêmicas de pós-graduação;
- 9) coordenar a discussão, em nível institucional, acerca da legislação do ensino de

- pós-graduação e da reformulação de normas e procedimentos;
- 10) supervisionar o cumprimento dos regulamentos e normas relacionados aos cursos de pós-graduação;
 - 11) assessorar os *campi* quanto à adequação dos projetos dos cursos de pós-graduação e suas atualizações, com base no Projeto Político-Pedagógico Institucional;
 - 12) acompanhar e coordenar a abertura e desativação de cursos de pós-graduação;
 - 13) acompanhar e coordenar os processos de avaliação dos cursos de pós-graduação;
 - 14) coordenar a discussão acerca das normas de funcionamento dos colegiados dos cursos de pós-graduação;
 - 15) fomentar a consolidação dos grupos de pesquisa em todos os *campi*;
 - 16) prestar apoio e orientação aos *campi* no encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
 - 17) fornecer orientação e apoio aos *campi* na execução dos regulamentos e normas no âmbito dos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
 - 18) assessorar a Pró-Reitoria na aplicação e atualização das diretrizes e regulamentos dos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
 - 19) acompanhar o trâmite de processos internos relacionados aos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
 - 20) elaborar editais e regulamentos decorrentes das atividades de ensino de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
 - 21) orientar os *campi* nas questões internas e externas relacionadas aos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
 - 22) organizar as informações visando à divulgação interna e externa dos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, em articulação com a Assessoria de Comunicação e Eventos.

O IFPE não possui cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) próprios, no entanto, no ano de 2011, voltadas à pós-graduação, as principais ações do IFPE foram a oferta de três mestrados, na modalidade Minter, a submissão à CAPES de um Dinter Interdisciplinar em Ciências Humanas e a aprovação de 06 servidores técnico-administrativos no Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (UFPE). Tais ações objetivam a capacitação de docentes e técnico-administrativos da Instituição, a criação e fortalecimento de grupos e linhas de pesquisa, e a consolidação de áreas de pesquisa potenciais para oferta de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* pelo IFPE.

O IFPE vem aprovando mestrados interinstitucionais visando promover formação em

nível de mestrado aos seus docentes e técnicos administrativos para a compreensão das diversas facetas do processo educativo (Mestrado em Educação Brasileira).

A proposta de Mestrado em Educação Brasileira, com o Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas, foi aprovada pela CAPES, via Edital 01/2008 CAPES/SETEC. Foram aprovados 20 (vinte) alunos, entre docentes e técnico-administrativos, distribuídos em diferentes linhas de pesquisa. O curso teve início em agosto de 2009, no *Campus* Recife. Em 2010, os alunos participaram das aulas ministradas na UFAL. Em 2011, 18 (dezoito) alunos defenderam a sua dissertação de mestrado, restando apenas dois alunos com previsão de término em março de 2012.

A proposta de Mestrado em Engenharia Agrícola, com o Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Campina Grande, foi aprovada pela CAPES, via Edital 01/2008 – CAPES/SETEC. Foram selecionados 24 (vinte e quatro) alunos, docentes dos *Campi* Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão, distribuídos em diferentes linhas de pesquisa. O curso teve início em outubro de 2009, no *Campus* Belo Jardim, e registrou a defesa de dissertação de 22 (vinte e dois) estudantes, restando apenas 2 (dois), com término previsto para o 1º semestre de 2012.

A proposta de Dinter em Ciências Humanas, com o Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, foi submetida à avaliação da CAPES em setembro de 2009, pelo Edital 01/2009 CAPES/SETEC. O início das aulas ocorreu em fevereiro de 2011. As aulas realizam-se no *Campus* Vitória de Santo Antão qualificando, ao seu término, 25 docentes do IFPE e Instituições Associadas (IFAL e IFPB).

Além dos cursos de mestrado e doutorado, conforme registrado anteriormente, houve um aumento na quantidade de orientações de bolsas de iniciação científica (Gráfico 2), de cadastro de grupos e projetos de pesquisa, das ações de natureza social e da interiorização da educação tecnológica.

Hoje as bolsas fornecidas pela PROPESQ, contemplam os seguintes programas:

- PIBIC/Grad./IFPE: 27 bolsas
- PIBIC/Grad./CNPQ: 23 bolsas
- PIBIC/AF/CNPQ: 03 bolsas
- PIBIC/AF/IFPE: 05 bolsas
- PIBITI: 10 bolsas
- BIA/FACEPE: 36 bolsas
- BIA/IFEPE: 06 bolsas
- APQ/IFPE: 16 bolsas
- BPQ/IFPE: 21 bolsas

Esses programas foram financiados com recursos internos e de órgãos de fomento

externo (CAPES, CNPq, FACEPE e FINEP).

A integração entre a graduação, pós-graduação e a vivência do tripé ensino, pesquisa e extensão é visível, tanto pelo envolvimento e aumento no número de bolsistas graduandos em Programas de Iniciação (PIBIC, PIBIC Af e PIBITI) e de Incentivo Acadêmico (BIA), quanto pelo número de projetos cadastrados e pelo número de servidores cadastrados no diretório de pesquisas do IFPE, conforme gráficos, figuras e anexos já apresentados. Destaca-se também o envolvimento crescente dos servidores atuando como docentes nos cursos de pós-graduação *lato sensu* (modalidades presencial e a distância), bem como nos GT's da pós-graduação.

6.1.6. EXTENSÃO

No âmbito da Extensão, o IFPE pauta sua ação no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE), aprovado em 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987. Esse Plano configura-se como o principal documento sobre a Extensão Universitária Brasileira. Essas diretrizes sinalizam a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável a fim de viabilizar a transformação da sociedade. Apontam também para a criação de políticas institucionais de extensão que respeitem as particularidades locais e características regionais. Dessa forma, elas realçam a necessidade de preservar a relação inequívoca e responsável com a sociedade em geral e com a comunidade do entorno em particular, direcionando-as para um maior compromisso com a construção da cidadania.

Condizente com essa concepção, o IFPE vem buscando desenvolver ações que reafirmam seu compromisso com a transformação da sociedade brasileira em direção à construção da cidadania por meio da justiça, solidariedade e democracia. Visando à formação do profissional cidadão e sua efetiva interação com a sociedade, a extensão é entendida como prática acadêmica que interliga as atividades de ensino e de pesquisa do IFPE com as demandas da maioria da população, possibilitando essa formação e credenciando-se cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes, de maneira que se possa cumprir sua função social.

As atividades de extensão no IFPE seguem o preconizado para os Institutos Federais em documento validado por representantes do Fórum de Diretores de Extensão dos CEFETs – FORDIREX, atualmente denominado FORPROEX, e das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, iniciadas em fevereiro de 2008 junto à equipe do SIGA-EPT e têm

em vista as seguintes ações:

- a) propiciar a participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- b) buscar interação sistematizada do Instituto Federal com a comunidade em geral e com os setores produtivos em particular;
- c) contribuir para o desenvolvimento da sociedade e dela buscar conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- d) integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o compromisso da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da sociedade em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico ao popular;
- e) incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;
- f) participar criticamente das propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural.

A política de extensão no IFPE é implementada pela Pró-Reitoria de Extensão. Na prática extensionista, a disseminação de conhecimento se dá por meio das dimensões da Extensão nas quais as ações são organizadas, considerando que estas podem ser implementadas através de programas, projetos (vinculados ou não a programas), cursos, eventos ou prestação de serviço definidos a seguir:

- **Projetos Tecnológicos:** atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação;
- **Serviços Tecnológicos:** consultoria, assessoria, prestação de serviços, laudos técnicos com agregado tecnológico para o mundo produtivo, não rotineiros, e que não concorram com o mercado;
- **Eventos:** ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural que buscam favorecer a participação da comunidade externa e/ou interna: campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa-redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio, entre outras manifestações;
- **Projetos Sociais:** projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e

metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida;

- **Estágio e Emprego:** todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento, documentação, orientação, supervisão e avaliação);
- **Curso de Extensão:** ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com carga horária mínima e com critérios de avaliação definidos, de oferta não regular, podendo ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e a distância;
- **Projetos Culturais Artísticos e Esportivos:** ações referentes à elaboração de atividades culturais, artísticas e esportivas;
- **Visitas Técnicas e Gerenciais:** interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho, com o objetivo de verificar *in loco* o ambiente de trabalho, o processo produtivo e de gestão das empresas e instituições, bem como a prospecção de oportunidades de estágio e emprego;
- **Empreendedorismo:** inserção da disciplina de empreendedorismo no currículo e eventos de formação empreendedora (*workshops*, seminários, desafios), a criação de *habitats* de inovação (pré-incubadoras, incubadoras, apoio à implantação de parques tecnológicos), assim como a institucionalização das empresas juniores;
- **Conselhos e Fóruns:** presença dos Institutos Federais em espaços organizados para participação e interface com a sociedade;
- **Egressos:** A política de acompanhamento aos egressos está em fase de construção e tem por objetivo implementar ações que visam a apoiar o egresso, identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;
- **Relações Internacionais:** A política de relações internacionais do IFPE está em fase de construção e tem por finalidade o intercâmbio e a cooperação internacionais, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão e da gestão.

6.1.7. PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Com objetivo de contribuir para implementar, fortalecer e apoiar os Programas e Projetos de Extensão, os quais, além de influírem na formação do aluno de diversos níveis de ensino do IFPE, promovem melhorias na qualidade de vida da população beneficiada pelo Programa e/ou projeto, credenciando-se cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento para a superação das desigualdades

sociais existentes, de maneira que possa cumprir com sua função social, foi lançado, em 2009, o **Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)** com a instituição de bolsas modalidade A, para os cursos de graduação, e modalidade B, para os cursos técnicos. Os programas e projetos de Extensão do IFPE estão subdivididos em 5 (cinco) áreas programáticas, a saber:

- **IFPE em Ação: Cultura, Cidadania e Esporte:** desenvolvimento de cultura; difusão e preservação cultural; cultura de paz; cultura e memória social (preservação, recuperação e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico; proteção do folclore, do artesanato e das tradições culturais nacionais); produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas (produção e difusão cultural e artística de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes plásticas); produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo (produção e difusão cultural e artística em fotografia, cinema e vídeo); produção cultural e artística na área música e dança (produção e difusão cultural e artística em música e dança.); produção teatral e circense (produção e difusão cultural e artística como atividade teatral ou circense.); esporte, lazer e saúde (desenvolvimento de projetos de integração do esporte e da atividade física com atenção à saúde; treinamento de atletas).
- **IFPE em Ação: Saúde e Meio Ambiente:** desenvolvimento de processos assistenciais, metodologias de intervenção coletiva e processos de educação para a saúde e vigilância epidemiológica e ambiental, tendo como alvo pessoas ou grupos de pessoas caracterizadas por necessidades especiais ou com fatores de risco comum (diabetes, hipertensão, deficiência visual, deficiência auditiva, disfunção motora, disfunção respiratória, dentre outras); atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao desenvolvimento de sistemas de saúde (estudos e pesquisas, assessoria, consultoria e desenvolvimento de programas e projetos visando à implantação e à implementação de sistemas regionais e locais de saúde; desenvolvimento de programas especiais para o sistema de saúde.); saúde da família; saúde e segurança no trabalho (desenvolvimento de processos assistenciais, metodologias de intervenção, educação para a saúde e vigilância epidemiológica e ambiental, tendo como alvos ambientes de trabalho e trabalhadores urbanos e rurais.); meio ambiente; desenvolvimento urbano (estudos, pesquisas, capacitação, treinamento e desenvolvimento de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de meio ambiente, visando a proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas.); educação ambiental (turismo ecológico, educação ambiental no meio urbano e/ou no meio rural, cidadania e meio ambiente, redução da poluição do ar, águas e solo, seleção, coleta seletiva e reciclagem de lixo, meio ambiente e

qualidade de vida.); gestão de recursos naturais (desenvolvimento integrado tendo como base práticas sustentáveis); sistemas integrados para bacias regionais (ações interdisciplinares de intervenção sistematizada e regionalizada em bacias regionais).

- **IFPE em Ação: Educação e Formação continuada:** formação continuada de professores da rede pública de ensino; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores públicos; produção e difusão de material educativo; educação continuada (processos de qualificação profissional – educação continuada/educação permanente – de caráter sequencial e planejada em médio e longo prazo, articulada ao processo de trabalho do profissional.); educação especial (desenvolvimento de metodologias de atuação individual e coletiva, e processos de educação a grupos ou pessoas com necessidades especiais – deficiência visual, auditiva, física, mental, portadores de deficiências múltiplas, portadores de condutas típicas, portadores de altas habilidades, etc.); educação profissional (aprendizagem profissional, qualificação profissional, ensino técnico, ensino profissional).
- **IFPE em Ação: Comunicação e Direitos Humanos:** comunicação, mídia comunitária (interação com organizações da comunidade para produção e difusão de boletins, programas de rádio, programas de TV, mídia impressa, etc.; assessoria para implementação de veículos comunitários de comunicação.); comunicação escrita e eletrônica (ações educativas a distância, de disseminação da informação e de pesquisa, utilizando veículos de comunicação escrita e eletrônica.); produção e difusão de material educativo (produção de livros, cadernos, cartilhas, boletins, *folders*, vídeos, filmes, fitas cassete, CDs, artigos em periódicos etc. de apoio às atividades de extensão.); direitos humanos e justiça; assistência jurídica (assistência jurídica a pessoas, instituições e organizações.); direitos de grupos sociais (questões de gênero, etnia e inclusão social de grupos sociais.); organizações populares (apoio à formação e desenvolvimento de comitês, associações, organizações sociais, cooperativas populares e sindicatos, dentre outros.); questões agrárias.
- **IFPE em Ação: Tecnologia e Trabalho:** inovação tecnológica (gestão de qualidade, administração de projetos tecnológicos, viabilidades técnica, financeira e econômica.); polos tecnológicos (novos negócios de base científica e técnica; incubadora de empresa de base tecnológica; desenvolvimento e difusão de tecnologias; cooperação universidade/empresa.); empreendedorismo (empresas juniores); transferência de tecnologias apropriadas; direitos de propriedade e patentes; ciência e tecnologia; difusão e divulgação das ciências; trabalho; educação profissional (aprendizagem profissional, qualificação profissional, ensino técnico, ensino profissional.); organizações populares para o trabalho (apoio à formação de organizações populares para o trabalho.); turismo e oportunidades de trabalho (turismo rural, turismo ecológico, turismo cultural e de lazer.); reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; cooperativas populares e questão agrária.

As ações de extensão são articuladas através da Proext com todos os *campi* do Instituto no sentido de propiciar condições aos docentes e discentes para a execução de seus respectivos projetos. O Programa PIBEX contemplou, em 2011, 70 bolsistas, incluindo as modalidades A e B (Afogados da Ingazeira, 14; Barreiros, 09; Belo Jardim, 06; Garanhuns, 04; Vitória de Santo Antão, 05; Pesqueira, 08; Recife, 14; Diretoria de Educação a Distância, 10), com bolsas mantidas por orçamento de cada *campus* na execução.

O PIBEX visa selecionar programa e/ou projetos de extensão para fins de concessão de bolsas com os seguintes objetivos:

- propiciar condições para que a comunidade acadêmica (estudantes e servidores – docentes e técnicos administrativos) do IFPE desenvolva projetos, preferencialmente, integrados ao ensino e à pesquisa, com foco nas temáticas previstas no Plano Nacional de Extensão e nas áreas programáticas definidas pela Reitoria;
- apoiar, através da concessão de bolsas de extensão, o desenvolvimento de programas ou projetos (vinculados ou não a programas), que deverão estar de acordo com a Política de Extensão do Instituto;
- apoiar ações que contribuam para a inclusão social e para o desenvolvimento local e/ou regional integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil permitindo a interação, sistematizada, dos Institutos Federais com a comunidade em geral e com os setores produtivos em particular;
- criar oportunidade de participação efetiva para os estudantes do IFPE em projetos que contribuam, efetivamente, para o desenvolvimento da Educação Profissional e cidadã dos mesmos;
- estimular a participação dos estudantes do IFPE em ações de extensão, com vistas a proporcionar oportunidades para que sejam protagonistas de sua própria formação técnica associada à competência política e social.

O papel das pesquisas extensionistas é, pois, concretizar a missão do IFPE, viabilizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Apresentamos, a seguir, os projetos aprovados no edital PIBEX 2011:

PROJETO	CAMPUS	MODALIDADE
Avaliação das boas práticas de fabricação dos estabelecimentos de panificação do município de Afogados da Ingazeira, PE	Afogados da Ingazeira	Técnico
Produção de derivados de umbu com produtores/as familiares da	Afogados da Ingazeira	Técnico

micro-bacia hidrográfica Carapuças em Afogados da Ingazeira, PE		
Desenvolvimento e aproveitamento do pedúnculo de caju para a produção do fermentado (vinho) e aguardente de caju nas comunidades rurais de Afogados da Ingazeira, PE	Afogados da Ingazeira	Técnico
Viabilidade e aplicação técnica e econômica de secadores solares de baixo custo para desidratação de frutas voltadas para a agroindústria de base familiar.	Afogados da Ingazeira	Técnico
“Dengue na minha casa nunca mais!”	Afogados da Ingazeira	Técnico
Estudo do processo da produção de vinagre do pedúnculo de caju para as comunidades rurais do Sertão do Pajeú	Afogados da Ingazeira	Técnico
Memórias que contam histórias: paisagens, invenções e receitas	Afogados da Ingazeira	Técnico
O Planejamento Turístico de Base Comunitária como Instrumento de Desenvolvimento em Assentamento da Reforma Agrária no Município de Barreiros – PE.	Barreiros	Técnico
Educação e Comunicação Ambiental: uma proposta de pesquisa-ação para o aperfeiçoamento de um sistema de gestão ambiental de resíduos sólidos do IFPE <i>Campus</i> Barreiros	Barreiros	Técnico
Capacitação de Agricultores Familiares no Manejo de Irrigação do Sistema PAIS em Barreiros	Barreiros	Técnico
Plantas Medicinais: o uso e informações sobre produtos fitoterápicos	Barreiros	Técnico
Curso de Formação para Prática Coletiva de Instrumento Musical: Flauta Doce	Barreiros	Técnico
Curso de Extensão em Música do IFPE	Belo Jardim	Graduação
A Ginástica Rítmica no Agreste Pernambucano	Belo Jardim	Técnico
Conservação de Recursos Zoogenéticos Nativos no Município de Belo Jardim – PE	Belo Jardim	Técnico
A Função da Educação Ambiental Enquanto Ferramenta para a Educação Cidadã: Análise	EAD	Graduação

Comparativa de Estudo de Casos com Oficinas Temáticas nos Municípios de Carpina e Gravatá - PE		
Projeto Viver Noronha	EAD	Graduação
Uma proposta de um ambiente de testes e experimentos empíricos para facilitar a adoção de novas tecnologias na área de engenharia de <i>software</i> por parte da indústria e da sociedade	EAD	Técnico
Projeto Todos Plugados	EAD	Técnico
Análise e utilização de <i>Software</i> educacional de Matemática	EAD	Graduação
Uma Proposta de Planejamento, desenvolvimento e implantação de componentes de <i>software</i> que atendam à comunidade de estudantes e professores da DEAD/IFPE	EAD	Técnico
Conservação de Energia Elétrica e Estudo de Conformidades Normativas de Instalações em Comunidades de Baixa Renda no Município de Garanhuns	Garanhuns	Técnico
Cultura e Identidade Afrodescendente: Resistência e Espaços de Confrontação	Garanhuns	Técnico
Meio Ambiente, Meu Ambiente: Uma Experiência de Educação Ambiental nos Municípios de Pesqueira e Sanharó – PE	Pesqueira	Técnico
Paz que se Faz	Pesqueira	Graduação Técnico

Tabela 19 - projetos aprovados no edital PIBEX 2011

As ações institucionais são coordenadas por meio da Pró-Reitoria de Extensão, setor responsável por, entre outras coisas, planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de extensão em consonância com as diretrizes das políticas do MEC/SETEC, viabilizando condições para aprofundar as relações internacionais da Instituição. Essas ações de extensão são desenvolvidas em todos os *campi* do IFPE e realizadas por meio dos cursos de extensão, relações comunitárias e relações empresariais, promovendo transformações e atendendo às necessidades da sociedade. Em cada *campus*, são realizadas atividades de extensão para a comunidade, em parceria com os estudantes.

As ações propostas, na medida do possível, promovem o desenvolvimento local/regional e voltam atenção a grupos vulneráveis (idosos, portadores de necessidades

especiais, negros, índios, crianças, mulheres etc.), bem como qualificação de recursos humanos e de lideranças de movimentos sociais que possam vir a ser multiplicadores da ação. Eles se manifestam através de ações e de projetos: aquelas se configuram como atividades de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, que articulam o ensino e a pesquisa com a sociedade e que têm objetivo e prazo delimitados; estes são o conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com o objetivo e prazo determinado.

Periodicamente são solicitados relatórios de gestão aos *campi*, requerendo, entre outros dados, levantamento quantitativo de estudantes e de docentes envolvidos com atividades de extensão no Instituto. Além disso, ocorrem reuniões periódicas entre a Pró-Reitoria de Extensão e Direções/Coordenações de Extensões nos *campi*, para traçar metas, planejar ações e avaliar o que já foi realizado pelos *campi*.

Pela extensão, a comunidade acadêmica tem a possibilidade de, na sociedade, elaborar e vivenciar a práxis do conhecimento adquirido, promovendo uma postura que vai além da formação profissional do estudante, na medida em que lhe propicia uma visão mais globalizada de conhecimento, a partir da conscientização das realidades vivenciadas por diferentes comunidades e da compreensão do seu papel enquanto sujeito social.

Difícilmente o estudante procura voluntariamente um professor para aprender um ofício. A maioria deles acha que precisa ser paga para desenvolver qualquer atividade acadêmica. O seu aprimoramento em qualquer atividade deve ser encarado como uma obrigação do acadêmico ou o cumprimento de seus afazeres universitários. A recompensa disso não deve ser a remuneração através de uma bolsa e sim um pleno aproveitamento das oportunidades surgidas no seu curso. A grande recompensa pelo interesse em aprender e aperfeiçoar-se enquanto acadêmico será marcada pela qualidade do profissional que foi formado. Busca-se, pois, uma interligação entre todas as atividades desenvolvidas através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação. As caravanas de Pesquisa e Extensão, as jornadas de Pesquisa e extensão e os Colóquios de pesquisa e extensão constituem-se, também, em mecanismos que visam a oportunizar o diálogo e a concretização da relação da extensão com o ensino e pesquisa.

6.1.8. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

6.1.8.1. Política de Atendimento aos Estudantes

As políticas de acesso e seleção são definidas no âmbito da PRODEN. No Ensino Superior, a seleção ocorre por meio de Vestibular Interno (70% das vagas oferecidas) e através do Sisu (30% das vagas); destas se utiliza o critério de 50% para ampla

concorrência e 50% para Políticas Afirmativas.

A Política de Permanência de estudantes é definida pela Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) em parceria com as Coordenações de Assistência Estudantil dos *Campi*. Essa Assistência contempla todos os estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades presenciais de ensino, através do desenvolvimento de Programas Técnico-Científicos (PIBIC, PIBEX, Monitoria, BIA, dentre outros), Universais (Acompanhamento Biopsicossocial, Incentivo à Cultura e Arte, Incentivo ao Esporte e Lazer) e Específicos (Manutenção Acadêmica, Auxílio Financeiro, Benefício Eventual, Apoio à Participação em Eventos, Apoio a Visitas Técnicas, Assistência ao Estudante do PROEJA e Aluno Colaborador).

Nos Programas Técnico-Científicos, os critérios e os procedimentos de seleção são definidos pelas Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de editais. Com relação aos Programas Específicos, a análise dos critérios para inscrição, seleção, permanência e valores dos benefícios são de responsabilidade do Serviço Social de cada *campus*. Abaixo estão relacionados os critérios para seleção nesses Programas:

- a) renda per capita familiar de até 1,5 salário mínimo nacional vigente;
- b) situação de moradia;
- c) situação de trabalho;
- d) composição familiar e de fragilidade de vínculos;
- e) despesas familiares;
- f) bens móveis e imóveis;
- g) gênero e raça/etnia;
- h) escolaridade dos membros da família;
- i) doenças crônicas/fragilidade orgânica devidamente comprovada e/ou existência de deficiência em membro da família;
- j) pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais;
- k) cotista (escola pública);
- l) estudantes com filhos/as com idade de até 6 anos incompletos;
- m) beneficiário de outros programas sociais (CadÚnico, BPC, Tarifa Social da CELPE e outros);
- n) pessoas em situação de risco social;
- o) orientação sexual;
- p) ordem física;
- q) comunidades em desvantagem social;
- r) crianças de 7 a 11 anos incompletos;
- s) adolescentes de 12 a 18 anos incompletos.

Os Programas Universais contemplam todos os estudantes. Entretanto, no que se refere à concessão do benefício, considerar-se-ão os critérios de vulnerabilidade social e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, os quais serão identificados por meio de análise socioeconômica desenvolvida pelo Serviço Social de cada *campus*.

A Política de Assistência Estudantil fundamenta-se na ideia do Direito Social que o estudante deve ter no que diz respeito ao acesso a uma educação pública de qualidade social e à permanência na Instituição.

Sobre as políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, destacam-se as atividades de estágios e o Programa de Monitoria, vivenciados nos diferentes níveis e modalidades de ensino, desenvolvidos no âmbito do IFPE. Nas atividades de Iniciação Científica, destacam-se o PIBIC-Graduação, PIBIC-AF fomentado pela parceria do CNPQ-IFPE. Além desses programas, a PROPESQ também estimula a atividade científica através da parceria com a FACEPE, no desenvolvimento do Programa BIA e na concessão de bolsas de produção, pesquisa e inovação implantadas nos *Campi*, de acordo com as demandas e disponibilidade orçamentária. Quanto ao intercâmbio estudantil, a PROPESQ vem implantando o Programa Ciências sem Fronteiras. Nas políticas de extensão são implementados o PIBEX e o Programa Mulheres Mil. Existe ainda o desenvolvimento de um programa de bolsas em parceria com a Petrobrás, cujo objetivo é incentivar a capacitação de estudantes interessados em atuar no setor de petróleo, gás, energia e biocombustíveis.

A Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) se articula com as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão no sentido de garantir a permanência do estudante na Instituição, tendo como contrapartida o subsídio financeiro advindo da rubrica de Assistência Estudantil do IFPE. A DAE visa ainda acompanhar a implementação dos programas das Pró-Reitorias citadas através do trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional de cada *Campus*.

Sobre o mecanismo de acompanhamento dos estudantes, há que se registrarem as seguintes informações:

- a) ingresso, evasão, abandono e reprovação: Esse acompanhamento é realizado através da Assessoria Pedagógica (ASPE) em parceria com a Direção de Ensino e com a Coordenação de Assistência Estudantil de cada *campus*;
- b) tempo médio de conclusão: Existe um tempo de conclusão de curso regulamentado nos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos, que é acompanhado pela ASPE, Direção e Coordenação de Assistência Estudantil de cada *campus*;
- c) formaturas: São organizadas também pela ASPE, Direção e Coordenação de

Assistência Estudantil de cada *campus*, juntamente com a Assessoria de Comunicação (ASCOM);

- d) relação professor-aluno e outros estudos tendo em vista à melhoria das atividades educativas: São discutidos em reuniões pedagógicas nos *campi* sob a coordenação da ASPE, coordenadores de cursos, Diretoria de Ensino. Quando se identificam demandas relativas ao Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, a Assistência Estudantil é chamada a atuar nessas questões;
- e) acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada: São realizados cursos nos *campi* para toda a comunidade, para os quais o aluno egresso é convidado a fim de participar e apresentar sugestões.

Os critérios de admissão são conhecidos e divulgados através de editais postados na página eletrônica do IFPE. São discutidos e construídos no âmbito das comissões de trabalho constituídas por representantes dos *campi* que tratam dessa temática.

Os mecanismos de apoio acadêmico, que tratam da compensação e orientação dos estudantes, são realizados a partir da articulação entre os profissionais (pedagogo, psicólogo, assistente social) que compõem a equipe multiprofissional da Assistência Estudantil.

Os direitos e os deveres dos estudantes estão regulamentados na Organização Acadêmica, cuja implementação é acompanhada pela PRODEN em parceria com os *campi*. O processo de ensino contempla as condições acadêmicas na medida em que cada período letivo organiza-se estruturalmente para responder as demandas de cada componente curricular.

Observa-se que os objetivos dos planos de estudos foram alcançados mediante acompanhamento da assessoria pedagógica de cada *campus* em parceria com o setor responsável pelo plano de estudos. As novas tecnologias são incorporadas ao processo de ensino-aprendizagem considerando-se a revisita às matrizes curriculares de cada curso. Essa atividade é coordenada pela PRODEN. Considera-se como indicador de resultados obtidos pelos estudantes o perfil de egresso definido em cada curso.

Com base nos resultados, realiza-se a revisão do processo de ensino-aprendizagem através de reuniões de colegiados e conselhos de classe. As condições institucionais a que se refere o controle dos dados são desenvolvidas nos *campi* especificamente no setor de Registro Escolar, através do sistema Q-Acadêmico.

Dentre os aspectos positivos, observados na Política de Assistência ao Estudante, destacam-se:

- a) atendimento ao estudante em vulnerabilidade social;

- b) oportunidade de o estudante envolver-se diretamente com atividades de natureza acadêmico-científico-cultural;
- c) ampliação dos espaços de aprendizagem;
- d) enfrentamento de situações de fracasso escolar (evasão, abandono e reprovação).

Dentre as fragilidades, destacam-se:

- a) necessidade de ampliação da equipe multiprofissional nos *Campi* para atender as demandas;
- b) dificuldade da comunidade acadêmica quanto à compreensão da Política de Assistência Estudantil enquanto uma política social.

O plano de superação tem sido pensado no sentido de ampliar o quadro de funcionários através de concurso público para atender as demandas. Sobre a segunda dificuldade, a DAE vem, em conjunto com as coordenações de Assistência Estudantil dos *campi*, criando fóruns e outros espaços de discussão coletiva que favoreçam a compreensão das finalidades da Política de Assistência Estudantil. As bolsas da PROEXT contemplam os seguintes programas: PIBEX (19 bolsas) e BOLSA PETROBRÁS (33 bolsas).

As bolsas de ensino (monitoria) foram regulamentadas pela PRODEN e são definidas nos *campi* de acordo com as demandas de cada curso. A instância que favorece a participação dos estudantes em eventos é a DAE através das Coordenações de Assistência Estudantil nos *campi*. Para tanto, a Política de Assistência Estudantil prevê os critérios de participação dos estudantes nos eventos, e as experiências que estão sendo vivenciadas no IFPE resultam da parceria deste instituto com os órgãos de fomento (CNPQ, CAPES, entre outros), como, por exemplo, o "Ciência Sem Fronteiras". Os critérios são estabelecidos nos editais publicados pelos referidos órgãos.

Os projetos desenvolvidos por docentes e estudantes são aqueles relacionados à pesquisa, à extensão, ao ensino e à arte e cultura. As políticas de incentivo a estágios e intercâmbio com instituições e estudantes do exterior estão em processo de discussão e implementação no IFPE. Essas políticas são coordenadas pela PROPESQ, e os programas de iniciação à Ciência e formação de futuros pesquisadores são desenvolvidos pela PROPESQ através dos programas supracitados e pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

6.1.9. PESSOAL

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPE) descreve, abaixo, as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo IFPE com o objetivo de garantir a implementação de políticas de pessoal e melhores condições de trabalho para todos os servidores.

O Plano de Carreira do docente, disposto na Lei 11.784/2008, tem critérios de admissão estabelecidos no artigo 113 e seus parágrafos.

O Programa de Qualificação está instituído pela Resolução nº 049/2010 e abrange o Programa de Integração Institucional, o Programa de Desenvolvimento Profissional, o Programa de Formação Continuada e o Programa de Qualificação Institucional, os quais podem ser assim descritos:

- **Programa de Integração Institucional:** promove a integração do servidor que está ingressando no IFPE, fornecendo-lhes informações básicas e pedagógicas para nortear o seu desenvolvimento profissional;
- **Programa de Desenvolvimento Profissional:** promove a instrumentalização e atualização dos métodos de trabalho e atividades administrativas e pedagógicas através de cursos, seminários, palestras e outros;
- **Programa de Formação Continuada:** tem como objetivo apoiar os servidores na complementação de seus estudos formais em cursos de educação básica, profissional e na graduação.
- **Programa de Qualificação Institucional:** compreende os cursos de pós-graduação, cujas ações são desenvolvidas através de concessão de horários especiais, afastamentos para capacitação, pagamento de cursos e participação em MINTER e DINTER.

O programa de melhoria de qualidade de vida do servidor está sendo iniciado através do **Programa de Qualidade de Vida**. No início do exercício de 2012, foi elaborado o questionário relativo à pesquisa sobre qualidade de vida, cujo objetivo é chegar-se a um diagnóstico do grau de satisfação das condições de trabalho e a outros aspectos vinculados ao objetivo da missão institucional. Esse questionário já está sendo aplicado, e o resultado dele está previsto para abril/2012.

As políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos técnico-administrativos estarão sendo implantadas através do Programa de Valorização do Servidor, após resultado da avaliação diagnóstica acima citada.

No IFPE atuam 839 docentes e 724 técnicos administrativos, o que totaliza 1563 servidores. Se for analisado o quantitativo, pode-se afirmar que esse total de servidores é

suficiente para alcançar os objetivos e desempenhar as funções da Instituição. No entanto, algumas áreas necessitam ser redimensionadas, uma vez que são atingidas por fatores, como: implantação de cursos novos sem a devida efetivação de docentes e egressos em função de vacância do cargo.

A seleção do corpo docente é realizada através de concurso público de provas escritas, de desempenho e de títulos, cujos critérios são definidos através de editais. A seleção do corpo técnico-administrativo é realizada através de concurso público de prova escrita, cujos critérios também são definidos através de editais. A contratação se faz através do provimento do cargo disposta na Lei nº 8.112/90.

Além dos incentivos promovidos pelo Governo Federal através de gratificações e benefícios instituídos em legislação, a Diretoria de Gestão de Pessoas, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IFPE trabalham em prol da qualificação dos servidores contemplada pelo Programa Institucional de Capacitação. A primeira, a Diretoria de Gestão de Pessoas, promove o desenvolvimento profissional; já a segunda, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, oferece os cursos de pós-graduação, buscando parcerias com as Universidades, MEC, CAPES e outras instituições, conforme se registrou acima.

O Programa Institucional de Capacitação é executado, acompanhado e reavaliado anualmente. Quanto a isso, ou seja, quanto à qualificação dos servidores, pode-se afirmar que a experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem que se desenvolva com qualidade a missão institucional.

O processo de integração entre os membros da instituição está em consolidação. Há que se considerar o Instituto foi criado a partir da união entre as antigas escolas agrícolas e o CEFETPE.

Para melhor visualizarem-se as características dos recursos humanos do IFPE, ou seja, do quadro de pessoal, fez-se uma divisão em dois grupos: docentes e técnicos administrativos.

a) Docentes:

- ✓ com tempo integral: 783
- ✓ com tempo parcial: 45
- ✓ substitutos com tempo integral: 46
- ✓ substitutos com tempo parcial: 01

Quanto à titulação dos docentes, pode-se ter uma visão mais ampla a partir do seguinte quadro demonstrativo:

TITULAÇÃO	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	40 HORAS	20 HORAS
GRADUAÇÃO	46	54	2
APERFEIÇOAMENTO	3	1	0
ESPECIALIZAÇÃO	172	81	16
MESTRADO	265	82	20
DOUTORADO	66	13	7
TOTAL	552	231	45

Tabela 20 - Titulação e Regime de Trabalho

✈ INDICADORES: IQCD = 3,25 (verificar como calcular)

b) Técnicos administrativos:

O IFPE conta com 724 técnicos administrativos, que em sua maioria ingressam com experiência profissional, principalmente no setor privado. Os servidores são capacitados para o desenvolvimento profissional em suas áreas de atuação. Pode-se afirmar isso por conta de Avaliações por Desempenho, que são realizadas anualmente.

7. IFPE E SOCIEDADE – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação possibilita que as pessoas interajam entre si, tornando-se integrantes de uma sociedade. Através da comunicação, os indivíduos assimilam culturas, maneiras de agir e pensar em sociedade. Como seres sociais, esses indivíduos dependem direta ou indiretamente uns dos outros. Essa dependência se estabelece através da comunicação.

Essa dimensão nos leva a refletir se as práticas comunicativas e os sistemas institucionais de informação, interna e externa, estão respondendo às demandas sociais através dos indicadores infraestrutura, estratégias, recursos e qualidade.

A comunicação do IFPE com a sociedade é efetivada através da Assessoria de Comunicação do IFPE (ASCOM), com sede na reitoria. Essa assessoria utiliza como canais de comunicação e sistemas de informações o jornal *Acontece*, *newsletter*, o *site* institucional, *Facebook*, vídeos institucionais, cartazes, *banners*, panfletos, mídia externa (imprensa) e promoção de eventos.

Todas as atividades promovidas pelo IFPE estão disponíveis nos *sites*, tanto da Reitoria quanto de cada *campus*. Nesses *sites* o internauta pode acessar todas as informações, notícias, documentos institucionais, bem como realizar inscrições em cursos, eventos, além de consultar notas, editais diversos e outros ambientes disponíveis para ele, como, por exemplo, o Q-Acadêmico. Considera-se que os *sites* têm grande abrangência e têm demonstrado eficiência e consistência na socialização das informações com o corpo docente, discente e técnico-administrativo, uma vez que tem sido uma política da instituição manter uma comunicação interna frequente a fim de possibilitar um acompanhamento, em tempo real, dos acontecimentos de interesse da comunidade.

As ações de interesse do público externo são divulgadas nos *sites* institucionais, em que se encontram todas as informações institucionais, como histórico, as atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração, os concursos públicos, o vestibular e todos os seus órgãos acadêmicos e administrativos. Além disso, são utilizados veículos de comunicação local, regional e nacional para divulgação das ações e projetos.

Com o objetivo de manter a imagem positiva que o IFPE sempre teve junto à comunidade, são desenvolvidas ações de inserção da Instituição nos problemas locais e regionais, sobretudo de ordem social.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Segundo o PDI, para cumprir a sua função social, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, além de atuar na formação de jovens, busca refletir sobre o seu papel como instituição pública, contribuindo diretamente para o processo de transformação e inclusão social, e para o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade.

No que tange à questão ambiental, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco entende que o ser planetário precisa tornar-se partícipe efetivo do processo de sustentabilidade. Dessa forma, programas de educação ambiental devem ser desenvolvidos em todos os *campi*.

A presente situação confere ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco a responsabilidade de colaborar para a reversão do atual quadro de misérias sociais, através da oferta da Educação Profissional e Tecnológica em diversos níveis, assim como da realização de projetos de pesquisa voltados à construção e difusão de novas tecnologias e alternativas em produtos e serviços. Tudo isso como estratégia para favorecer a geração de trabalho, a melhoria das condições de empregabilidade e o aumento da renda dos trabalhadores rurais e urbanos e de suas famílias, sobretudo, através da realização de atividades de extensão e ações comunitárias, no sentido de colaborar para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco tem avançado no âmbito da educação inclusiva, com a adesão a alguns programas, como, por exemplo, ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA). A oferta de cursos técnicos da modalidade PROEJA vem contribuir para a integração sociolaboral de um contingente de cidadãos cerceados do direito de acesso a uma formação profissional de qualidade, proporcionando aos jovens e adultos trabalhadores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, de manutenção de seus empregos, de desenvolvimento de seu potencial produtivo e de resgate de sua autoestima.

9. GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NO IFPE

As instituições em geral necessitam estabelecer objetivos e metas com a finalidade de se planejar e trabalhar, almejando-se alcançar o que se determinou como prioridade. As instituições educacionais não fogem a essa regra e requerem, também, um trabalho planejado e estruturado, principalmente se for levado em conta que o processo ensino-aprendizagem mostra-se complexo e diversificado, em virtude das novas demandas tecnológicas, relacionadas ao contexto socioeconômico da contemporaneidade. Assim, tanto a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, quanto o PDI apresentam de forma explícita a missão, a visão e os objetivos institucionais que expressam indubitavelmente os compromissos do IFPE.

Missão

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Visão

Ser uma Instituição de referência nacional em formação profissional que promove educação, ciência e tecnologia de forma sustentável e sempre em benefício da sociedade.

Objetivos

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- Ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FICs), objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- Realizar pesquisas científicas e aplicadas, estimulando o desenvolvimento de

soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.
- Ministrando cursos em nível de educação superior, a saber:
 - a. cursos superiores de tecnologia que visem à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências (química, física, biologia e matemática), e para a educação profissional;
 - c. cursos de bacharelado, sobretudo as engenharias, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais e o plano de desenvolvimento do IFPE

Em resposta às fragilidades apontadas pela Comissão de Regulação, a Reitoria implementou algumas ações que propiciam condições adequadas para a consolidação acadêmica desse Instituto. As práticas pedagógicas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, dispostas no PPPI, são vivenciadas nas atividades acadêmicas de cada *campus* que constitui este IFPE e nos processos que nele se realizam em função da atividade-fim do Instituto.

Assim, são criados mecanismos facilitadores, para que essas atividades se realizem de forma eficaz, eficiente, portanto consequente, tais como: Programa de Formação

Continuada Docente, Programas de Monitoria, Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão, Orientações de TCC, Programa de Acesso, Permanência e Êxito, Elaboração de Documentos norteadores das Políticas de Ensino, destacando-se, dentre eles, os seguintes:

- Organização Acadêmica;
- Regimento Interno CPA;
- Regulamento para Oferta de Especialização Técnica;
- Plano Institucional de Capacitação dos Servidores do IFPE;
- Relatório da Avaliação Institucional;
- Regimento do Esforço Acadêmico;
- Orientações para Elaboração dos Projetos dos Cursos Técnicos;
- Orientações para Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura;
- Regulamento de Trabalhos de Conclusão dos Cursos Superiores do IFPE.

Além desses documentos, há os referentes a Procedimentos e Normas para instrução de Processos de Atos Autorizativos dos Cursos de Graduação, pertinentes a Bacharelados, Licenciaturas e Tecnológicos, na modalidade presencial e a distância. São eles:

- Regulamento de Trabalhos de Conclusão dos Cursos Superiores do IFPE;
- Sistemática para Controle de Faltas e Compensação de Aulas;
- Orientações Gerais para Procedimentos que estabelecem as diretrizes a serem seguidas para as propostas de reformulação curricular dos Cursos do IFPE.

Todos esses instrumentos subsidiam as ações de ensino deste Instituto e permitem que novas estratégias de ação e práticas pedagógicas sejam implantadas e implementadas, tendo sempre como premissa ofertar um ensino de qualidade, instância primeira desta Casa de Educação que prima pelo educar, propiciando o crescimento integral do educando e permitindo-lhe inferências críticas e construtivas em relação ao mundo em que vive. E, para atingir esse objetivo, as avaliações em processo e a final servem de “bússola” para medir os impactos advindos das ações de ensino empreendidas, apontando, dessa forma, os redirecionamentos e ou redefinições de procedimentos a serem utilizados, visando assegurar o disposto na sua Missão Institucional, visto que esse fazer ou instrumento sinaliza as dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades institucionais, o que serve de base para se fortalecerem os resultados consequentes e empreender esforços para realizar os ajustes e redirecionamentos que se fizerem necessários, tendo como escopo as fortalezas de que dispomos, dentre elas um corpo docente altamente qualificado,

instalações de laboratório em sua maioria modernas, além de um grupo gestor comprometido e compromissado com a função social e com a Missão do Instituto, enquanto agente de formação e transformação da sociedade.

Nas últimas três décadas, as organizações brasileiras, tanto privadas como públicas, de forma crescente, passaram a conscientizar-se da importância da revisão dos seus modelos de gestão. No caso das empresas públicas, como o IFPE, tal motivação é a sua capacidade de cumprir sua missão, ou seja, atender com qualidade a prestação de serviços de interesse da sociedade.

O IFPE vem buscando novas ideias e práticas gerenciais, como a solução dos desafios, visando adequar o seu modelo de gestão a um processo de evolução contínua. Nesse sentido, o Instituto Federal define claramente os objetivos ou resultados a serem alcançados, entre os quais, melhoria da qualidade, maior produtividade, melhoria do clima de trabalho, enriquecimento das funções e flexibilidade na utilização de recursos físicos, financeiros e humanos.

Os objetivos definidos pelo PDI vão definir o melhor formato organizacional, tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos e/ou dos serviços e da forma organizacional.

Através da aprendizagem contínua, o IFPE exercita a sua competência e inteligência coletiva para responder ao seu ambiente interno e externo.

O Instituto Federal de Pernambuco possui a capacidade de, continuamente, criar o futuro que realmente deseja. Para isso, reflete sobre o desempenho atual e os fatores que o geram, pensa sobre os diversos futuros possíveis e qual entre eles é o desejado, e planeja e implementa as ações para se mover da situação atual para a desejada. À medida que se olham os fatores de tomada de decisão e se reflete sobre os seus resultados, pode-se notar os erros e acertos, e tomar decisões mais acertadas, deixando o processo mais transparente. O IFPE torna-se, assim, mais flexível, adaptável e mais capaz de se reinventar.

O IFPE, diante dos novos contextos empresariais, redefine o perfil do trabalhador. Precisa-se de profissionais que aprendam de forma não convencional e que saibam trabalhar cooperativamente para gerar soluções inovadoras. É necessária uma nova abordagem na formação, agora necessariamente continuada, para que as pessoas permaneçam produtivas, em condições de acompanhar as mudanças e otimizar seu tempo. Além disso, a tecnologia vem permitindo desenvolver experiências para treinar mais pessoas com maior economia, a exemplo da educação a distância ofertada pelo IFPE.

Começou-se a perceber a necessidade de transferir o foco dos esforços de treinamento e educação de eventos em sala de aula, cujo objetivo é desenvolver qualificações isoladas, para a criação de uma cultura de aprendizagem contínua, em que os

empregados aprendem uns com os outros e compartilham inovações e melhores práticas visando solucionar problemas organizacionais reais. O foco do treinamento vai além, permitindo a discussão de problemas comuns e soluções por meio da aprendizagem coletiva.

Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que o IFPE está inserido.

O PDI 2009-2013 foi construído em um processo participativo envolvendo toda a Comunidade do Instituto, com a formação de comissão composta de membros de cada um dos *Campi*, através de reuniões sistêmicas, em que foram apresentadas as discussões e deliberações de cada *campus* do IFPE.

O texto do PDI apresenta os princípios que nortearam seu estudo e define ações a serem desenvolvidas pela IFPE de modo a atender de forma mais ampla possível os indicadores de desempenho dentro das dimensões de Avaliação Institucional estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Com esse fim, apresenta metas e ações relacionadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e avaliação institucional a serem desenvolvidas no decorrer da vigência do PDI, bem como planilha orçamentária de execução físico-financeira, ajustada com a dotação orçamentária disponibilizada para esta Instituição de Ensino.

As metas previstas de expansão de cursos presenciais e de ensino a distância foram traçadas buscando-se a realidade institucional, uma vez que conta com infraestrutura e um corpo docente e técnico administrativo qualificado.

Em relação ao corpo social, o PDI define sua responsabilidade social, estratégias e meios para comunicação social e para atendimento aos portadores de necessidades especiais.

Existe, no âmbito da Diretoria de Assistência ao Estudante, ações com o objetivo de dar continuidade à política de implementação de ações de inclusão social. Essa Instituição de Ensino Superior (IES) vem desenvolvendo várias políticas e ações sociais, tais como:

- Programa de Alimentação Estudantil;
- Programa de Bolsas de Extensão;
- Programa de Bolsa de Trabalho;
- Programa de Bolsa de Monitoria;
- Programa de Bolsa de Transporte.

As políticas de Extensão do IFPE são tratadas como um processo educativo, cultural

e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável a fim de viabilizar a transformação da sociedade, apontando também para a criação de políticas institucionais de extensão que respeitem as particularidades locais e características regionais, mostrando a necessidade de preservar a relação inequívoca e responsável com a sociedade em geral e com a comunidade do entorno, em particular, direcionando-as para um maior compromisso com a construção da cidadania.

Esta política de extensão no IFPE é implementada pela Pró-Reitoria de Extensão com concepção, diretrizes e princípios definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e normatizadas através de instrumentos legais, como estatuto, regimento, instruções normativas e regulamentos. Na prática extensionista, a disseminação de conhecimento se dá por meio das dimensões da extensão nas quais as ações são organizadas, considerando-se que elas podem ser implementadas através de programas, projetos (vinculados ou não a programas), cursos, eventos ou prestação de serviço definidos a seguir:

- Projetos Tecnológicos;
- Serviços Tecnológicos;
- Eventos;
- Projetos Sociais;
- Estágio e Emprego;
- Curso de Extensão;
- Projetos Culturais Artísticos e Esportivos;
- Visitas Técnicas e Gerenciais;
- Empreendedorismo;
- Conselhos e Fóruns;
- Egressos;
- Relações Internacionais.

As ações do IFPE para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais – entendendo-se estes não apenas como os alunos com deficiência, mas também como os com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – são apoiadas por um programa institucional do Ministério da Educação chamado de Programa TEC NEP, Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O IFPE implantou Núcleos de Atendimentos às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEs) buscando proporcionar, dentre outros benefícios, o pleno

desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; o máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

Com objetivo de contribuir para implementar, fortalecer e apoiar os Programas e Projetos de Extensão, os quais, além de influírem na formação do aluno de diversos níveis de ensino do IFPE, promovem melhorias na qualidade de vida da população beneficiada pelo Programa e/ou projeto, credenciando-se cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes. Por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), são ofertadas bolsas para os cursos de graduação e para os cursos técnicos.

Para cumprir a sua função social, o Instituto além de atuar na formação de jovens, busca refletir sobre o seu papel como instituição pública, contribuindo diretamente para o processo de transformação e inclusão social, e para o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade. No que tange à questão ambiental, entende que o ser planetário precisa tornar-se partícipe efetivo do processo de sustentabilidade. Dessa forma, ações de educação ambiental são desenvolvidas nos *campi* do IFPE.

O Instituto tem a responsabilidade de colaborar para a reversão do atual quadro de misérias sociais, através da oferta da Educação Profissional e Tecnológica em diversos níveis, assim como da realização de projetos de pesquisa visando à construção e difusão de novas tecnologias e alternativas em produtos e serviços. Tudo isso como estratégia para favorecer a geração de trabalho, a melhoria das condições de empregabilidade e o aumento da renda dos trabalhadores rurais e urbanos e de suas famílias, sobretudo, através da realização de atividades de extensão e ações comunitárias, no sentido de colaborar para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social.

Sob a responsabilidade da PROEXT está a coordenação e o desenvolvimento de um conjunto de ações visando, principalmente, à construção e organização da política de extensão cultural do IFPE.

Articulação entre o PDI e o PPI no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e avaliação institucional

Atualmente, o PDI encontra-se articulado com o PPI, uma vez que neste estão definidas a mesma visão e missão, e apresenta como princípios norteadores a transitoriedade dos conhecimentos, as novas formas de sua utilização, bem como a valorização da diferença. O PDI estabelece ainda políticas de ensino que possibilitem um

perfil de egresso com postura crítica, formação profissional geral e específica de qualidade considerando os aspectos ligados à socialização, integração, cooperação e participação.

O PDI é um documento que traça uma radiografia do IFPE, envolvendo todas as ações inerentes a uma Casa de Educação. Dessa forma, é mister ressaltar que, nele, todo o processo de Ensino, Pesquisa e Extensão está apresentado, expressando a indissociabilidade de ações inerentes a esses campos.

Convém, ainda, destacar que todas as Políticas de Ensino desenvolvidas pelo IFPE e vivenciadas de forma sistêmica entre os seus *campi* estão embasadas nas legislações e marcos legais estabelecidos pelo MEC. Assim, na construção democrática e participativa do PPPI, esse viés foi aprofundado, culminando num documento propositivo e norteador de todas as ações e políticas a serem vivenciadas pelo IFPE, corroborando uma perfeita articulação entre esses dois documentos imprescindíveis à vida acadêmica deste Instituto.

No tocante ao ensino, no referenciado documento, assim está disposto: “Os princípios pedagógicos são eixos” estruturadores do ensino-aprendizagem que possibilitam a materialização do desempenho do futuro profissional, capaz de vincular a educação à prática social e ao mundo do trabalho, relacionar teoria e prática, estar preparado para o exercício da cidadania, explicar adequadamente os processos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, apresentar autonomia intelectual e pensamento crítico, e ser flexível frente a novas condições de ocupação no mundo do trabalho.

Para tanto, o ambiente mais favorável à aprendizagem é o interdisciplinar considerando-se que as práticas interdisciplinares contribuem para a formação simultânea do estudante nos aspectos técnico e prático, pluralista e crítico, implicando uma qualidade social e política, pois pela INTERDISCIPLINARIDADE, enquanto princípio pedagógico, compreende-se que todo conhecimento é construído em um processo dialógico permanente com outros conhecimentos que se completam, apontando para a necessidade do seu domínio, com vistas a que essas conexões entre si se efetivem.

Outro princípio pedagógico é a CONTEXTUALIZAÇÃO enquanto transposição didática, em que o professor relaciona o conhecimento científico às experiências do estudante, ou seja, transforma essa vivência em conhecimento e transfere o aprendido a novas vivências.

A Organização Pedagógica deverá também incentivar um fazer pedagógico que promova a interação estudante-professor nas atividades de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de formação holística, que valorize o potencial crítico e criativo e que veja o estudante como um ser de possibilidades, construtor do seu conhecimento, promovendo uma maior integração e comunicação entre os *campi*, comprometida com a produção do conhecimento científico, tecnológico e cultural, capaz de influenciar nas mudanças sociais e nas definições de políticas de Estado na esfera da Educação.

O contexto da Lei de criação dos institutos aponta para outro princípio pedagógico, a **INDISSOCIABILIDADE** entre **ENSINO**, **PESQUISA** e **EXTENSÃO**, para fortalecer, dentro e fora do ambiente escolar, a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como as diversas formas de práticas profissionais e a participação em atividades de extensão, as quais permitirão ao futuro profissional possibilidades de superar os desafios de renovadas condições do exercício profissional e de produção do conhecimento.

Com essa compreensão, o IFPE adota esses princípios pedagógicos, amplamente contemplados na LDB 9394/96 e suas legislações específicas, a partir de uma visão dinâmica e inovadora, aberta às mudanças e às transformações no mundo contemporâneo.

Outro aspecto dessa articulação está relacionado ao processo de avaliação interna de seus vários *campi*, tendo em vista que, a cada ano, essa verificação é realizada, envolvendo todos os setores do Instituto, servindo de subsídios para fortalecimento ou redirecionamento de ações pedagógicas e administrativas, visando ao atendimento da Missão a que esta Instituição se propõe: “Promover a educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, fundamentada no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e para o desenvolvimento sustentável da sociedade.”

A economia do conhecimento desempenha uma função vital para a sustentabilidade do crescimento econômico de uma nação, uma vez que é crescente a utilização dos recursos oriundos dos avanços científicos e tecnológicos nas diversas atividades produtivas, o que implica a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Destaca-se também o forte trabalho que o Instituto Federal vem realizando na área de tecnologia e inovação, visto que, no mundo globalizado, as inovações tecnológicas geradas pelo conhecimento transformam não apenas a economia, mas afetam profundamente toda a sociedade. Elas modificam a realidade econômica e social, além de aumentarem a capacidade de acumulação de riqueza e geração de renda.

10. Análise dos Resultados do Instrumento Avaliativo

A análise tem o objetivo de detectar as potencialidades, fragilidades, além de permitir a construção de sugestões para a melhoria das potencialidades e possibilitar que sejam sanadas as fragilidades.

Os quadros abaixo apresentam as fragilidades e potencialidades, de acordo com os resultados obtidos na avaliação 2011 do IFPE, evidenciando os resultados que demonstraram os maiores índices positivos e negativos.

DIMENSÃO 01	A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
--------------------	--

10.1. Avaliação da Missão Institucional e do PDI no IFPE

AÇÕES PREVISTAS DA CPA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar a Missão Institucional e do PDI no IFPE	Reuniões periódicas com os membros da CPA, Direção dos <i>Campi</i> e Pró-reitorias. Participação nas reuniões de dirigentes. Coleta de dados dos servidores e estudantes.		Compromisso da IES com seus objetivos. Coerência entre as ações e práticas da IES com sua missão.
<p>Análise: Em participação de reuniões e eventos promovidos pelas pró-reitorias, verificou-se a preocupação da gestão atual em resolver as fragilidades detectadas pela comissão de avaliação do MEC. A partir dos resultados obtidos na avaliação de Regulação, a Reitoria instituiu uma comissão de avaliação institucional com o objetivo de construir ações que possibilitem superação das fragilidades apontadas no relatório.</p>			

10.2. Avaliação do PDI no IFPE

AÇÕES PREVISTAS DA CPA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional	Coleta de dados junto ao corpo docente e técnico administrativo para verificar o grau de satisfação. Avaliação do cumprimento das metas do PDI.		O PDI, na qualidade de documento orientador. Cumprimento do cronograma de planejamento e execução do PDI.
<p>Análise: O corpo docente e técnicos administrativos consideraram satisfatórias as políticas previstas no PDI para o IFPE.</p>			

10.3. Avaliação de aspectos relativos à pontualidade e assiduidade

AÇÕES PREVISTAS DA CPA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Verificar os aspectos relativos à pontualidade e à assiduidade.	Coleta de dados junto aos docentes e estudantes.		Compromisso expresso de docentes e estudantes com sua permanência no recinto escolar nos horários predeterminados.
<p>Análise:</p> <p>Os resultados apontam para o comprometimento dos docentes e estudantes com seu curso. Nota-se que um percentual um pouco maior do que 90% do total de 245 estudantes que participaram da pesquisa se consideram pontuais e assíduos. Nesta mesma classe, de um total de 75 docentes que participaram da pesquisa, todos responderam que também são assíduos e pontuais. Se forem considerados os resultados dos estudantes avaliando o docente quanto a esses itens, verifica-se que quase 90% dos estudantes confirmam essa tendência. Ressalta-se que esse aspecto está associado à melhoria da qualidade de ensino aprovada no PDI do IFPE.</p>			

10.4. Avaliação de aspectos relativos à participação em atividades escolares desenvolvidas em sala de aula e extraclasse e o tempo dedicado ao curso

AÇÕES PREVISTAS DA CPA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Verificar os aspectos relativos à participação em atividades escolares desenvolvidas em sala de aula e extraclasse, e o tempo dedicado ao curso.	Coleta de dados junto aos estudantes	A maioria dos cursos superiores é no período noturno.	Os estudantes se preocupam, participam e dedicam grande parte de seu tempo ao curso. A política de concessão de bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão.
<p>Análise:</p> <p>Os quase 27% dos 486 estudantes que julgaram a própria participação como regular ou ruim, em sua grande maioria, estão no curso noturno e trabalham em atividades remuneradas durante o período que não estão em sala de aula. Isso acarreta uma diminuição do tempo dedicado às atividades didático-pedagógicas intra e extracurriculares. A política de concessão de bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão favorece maior dedicação, permanência e participação nas atividades desenvolvidas na instituição.</p>			

10.5. Avaliação na situação das relações interpessoais na instituição.

AÇÕES PREVISTAS DA CPA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Investigar a situação das relações interpessoais na instituição.	Coleta de dados relativos às relações interpessoais de docentes e estudantes.		Relacionamentos interpessoais têm caráter extremamente positivo no IFPE.
<p>Análise:</p> <p>A maioria dos estudantes tem um ótimo relacionamento com os colegas, seus docentes e os técnicos administrativos. Em média, cerca de 50%, dos 469 estudantes, estão na classe que consideram seu relacionamento como excelente.</p> <p>No caso dos docentes, esse resultado é mais expressivo. Nenhum docente classificou seu relacionamento com os estudantes, técnicos e com os outros docentes como ruim ou péssimo e não excedeu a 6% os que consideraram esse relacionamento como regular. Avaliação semelhante foi feita pelos técnicos administrativos.</p> <p>Quase 95% dos 75 docentes têm um relacionamento de bom para excelente com suas chefias e com seus estudantes.</p>			

10.6. Avaliação qualidade docente

AÇÕES PREVISTAS DA CPA	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Investigar a qualidade dos docentes.	Coleta de dados referente à preparação dos docentes relativas ao ensino-aprendizagem		A responsabilidade dos docentes relativa ao processo didático-pedagógico aproxima-se da excelência.
<p>Análise:</p> <p>Dos 469 estudantes, a maioria considera que seus docentes têm domínio dos conhecimentos relativos a seu componente curricular (aproximadamente 90% destes estudantes os classificam como excelente e bom esse domínio), cumprem o programa estabelecido nos planos de curso (menos de 5% desses estudantes consideram esse aspecto frágil). Semelhante avaliação foi feita quando se tratou do uso e do domínio dos recursos didáticos disponíveis no IFPE, além da clareza e objetividade na construção dos conhecimentos e da atualização dos conteúdos com relação ao mercado de trabalho. Apenas um percentual de 6,5% desses estudantes apontam fragilidades na forma de avaliação dos docentes.</p>			

DIMENSÃO 02	A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES
--------------------	---

10.7. Avaliação da extensão, monitoria pesquisa e implantação de Pós-Graduação

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
<p>Pesquisar dados referentes à extensão, monitoria e atividade de pesquisa.</p> <p>Avaliar a Política de Ensino e Extensão e a implantação de cursos de pós-graduação.</p>	<p>Coleta de dados junto a docentes e estudantes.</p> <p>Requisição de dados referentes às ações desenvolvidas pelo Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação.</p>	<p>Impossibilidade das oportunidades para os estudantes que trabalham participarem de atividades de pesquisa e extensão.</p> <p>Docentes ocupados com atividades de pesquisa em detrimento das atividades de extensão.</p> <p>Excesso de carga horária para os docentes envolvidos com pesquisa e extensão.</p>	<p>Docentes desenvolvem atividades de extensão e de pesquisa.</p> <p>Aumento significativo das bolsas relativas aos programas PIBIC, PIBID, BIA, PIBEX e PIBICAF.</p> <p>Aumento do número de TCCs.</p> <p>Projeto de atualização que viabiliza a intercomunicação com secretarias de Municípios e do Estado, tanto presencial quanto a distância.</p> <p>Aumento do número de monitorias em todos os <i>campi</i>.</p>
<p>Análise:</p> <p>Em relação às atividades de extensão, 73% dos 469 estudantes e 83% dos 75 docentes apontam qualidade satisfatória, embora os docentes se queixem de estarem envolvidos com a extensão e com a pesquisa.</p> <p>Em relação às atividades de Pesquisa, 69% consideram a pesquisa uma atividade de boa para regular. No entanto, aproximadamente 31% dos estudantes consideram a pesquisa de ruim para péssimo. Acredita-se que esse resultado se deve ao número insuficiente de bolsas para participar de atividades de pesquisa. Vale salientar que alguns cursos avaliados ainda não desenvolvem atividades de pesquisa (química, música, física, dentre outros), que levam o índice de médio para baixo.</p> <p>Em relação às atividades de monitoria, para os docentes, elas estão plenamente atendidas. 84% dos 75 docentes têm essa percepção e, entre 469 estudantes, quase 61% também percebem isso.</p> <p>Houve um acréscimo significativo no número de bolsas relativas aos programas de bolsas de Pesquisa e extensão (PIBIC GRADUAÇÃO, PIBIC AÇÕES AFIRMATIVAS, BIA, PIBEX), além de outras medidas que possibilitam a interação do estudante com o ensino, a pesquisa e a extensão (Clube de Astronomia, Clube de Matemática, dentre outros), o que comprova a preocupação da gestão atual em resolver as fragilidades detectadas pela comissão de avaliação do MEC.</p>			

10.8. Avaliação das políticas adotadas em relação a convênios de cooperação com órgãos públicos, empresas privadas e organização da sociedade civil

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar as políticas adotadas em relação a convênios de cooperação com órgãos públicos, empresas privadas e organização da sociedade civil.	Coleta de dados referente ao grau de satisfação relativo a esses itens.	Poucos convênios	Existe a possibilidade de aumentar o número de convênios de cooperação com órgãos públicos e empresas privadas.
<p>Análise: A maioria dos professores e técnicos está satisfeita (aproximadamente 70% dos 111 avaliadores) com relação aos convênios firmados e parcerias concretizadas com órgãos públicos e empresas privadas. A maioria dos docentes e técnicos administrativos (mais de 89% dos 111 avaliadores) considera as políticas relativas à inserção dos estudantes no mundo do trabalho nas classes Excelente, Bom e Regular, com predominância de quase 40% dos avaliadores, que as consideram de boa qualidade. Assim, o tratamento em relação aos egressos começa a ser sentido pela comunidade.</p>			

10.9. Avaliação do acesso dos estudantes ao acervo

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Pesquisa relativa ao acesso dos estudantes ao acervo bibliográfico.	Coleta de dados de estudantes e docentes.	Dificuldade de acesso ao acervo. O acesso não é plenamente liberado. A forma de acesso ao acervo não é condizente com o modelo adotado para o Ensino Superior. Insuficiência de títulos e periódicos específicos para o ensino superior.	Implantação de políticas de aquisição de títulos e periódicos. Existem as condições necessárias para adequação das bibliotecas para o Ensino Superior. Existência de projetos para construção de novas bibliotecas.
<p>Análise: Os resultados dos dados obtidos na coleta de dados mostram que os estudantes estão insatisfeitos com o acesso ao acervo bibliográfico: quase 25 % dos estudantes avaliaram esse acesso como ruim e péssimo. Em conversas com os estudantes, verificou-se ausência de títulos ou números de títulos insuficientes à consulta, embora mais de 45% esteja satisfeito com o acesso ao acervo. Essa tendência é mais notada em cursos que começaram em 2010.1. Há uma alteração quando se trata com os dados relativos à utilização do acervo pelos docentes. Dos 75 docentes pesquisados, 68% classificam o acesso como regular ou bom.</p>			

10.10. Avaliação das políticas adotadas em relação a convênios de cooperação com órgãos públicos, empresas privadas e organização da sociedade civil

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar as atividades de Pesquisa e atividades de extensão e prestação de serviços à comunidade externa.	Coleta de dados de docentes e técnicos administrativos	Os servidores técnicos administrativos não são contemplados com diminuição de carga horária.	Envolvimento de técnicos administrativos com as atividades de pesquisa, extensão e a prestação de serviços à comunidade externa.
Análise: A maioria dos docentes e técnicos administrativos (mais de 88% dos 111 avaliadores) considerou que as políticas de pesquisa, extensão e a prestação de serviços à comunidade externa estão nas três primeiras classes: Excelente, Bom e Regular. Houve predominância dos que consideraram essas políticas como de boa qualidade (quase 41% dos avaliadores).			

DIMENSÃO 03	A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, À DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL
--------------------	---

10.11. Avaliação dos Núcleos de Atendimentos às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e PROEJA

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar as atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Atendimentos às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEs) e PROEJA.	Coleta de dados em relação ao funcionamento e implantação dos NAPNEs e inclusão do componente Libras nos cursos de licenciatura.	A quantidade de pessoas com necessidades especiais que procuram a Instituição é pequena. Evasão e baixa autoestima dos estudantes. Material específico para atendimento a esse público.	Implementação dos NAPNEs nos <i>campi</i> ; inclusão do componente Libras nos cursos de licenciatura; contratação de pessoal técnico especializado para desenvolver essas atividades; revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos; participação dos docentes na coordenação e na implementação de cursos técnicos para

			Jovens e Adultos; estímulo ao pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à diversidade humana; desenvolvimento da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.
Análise:			
Observou-se significativo avanço nas políticas de inclusão sinalizadas através das seguintes iniciativas: revisões nos projetos pedagógicos dos cursos mais antigos nos quais foram incluídos os componentes Libras e modificadas algumas ementas para atender os aspectos relativos à discussão da contribuição dos afrodescendentes na cultura e cuidados com o idoso, adequação da estrutura física para possibilitar a acessibilidade e aquisição de material para os NAPNEs.			

10.12. Avaliação da função social do Ensino Superior e da pertinência e qualidade dos projetos pedagógicos de seus cursos

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar a função social do Ensino Superior e da pertinência e qualidade dos projetos pedagógicos de seus cursos.	Coleta de dados relativa ao grau de satisfação dos professores e técnicos administrativos.	Cursos que ainda necessitam de reformulação dos seus PPCs.	Os cursos superiores com credibilidade e penetração nas diversas camadas sociais. Cursos que foram autorizados recentemente obedecem às mais novas normas do MEC.
Análise:			
A maioria dos professores e técnicos administrativos considera muito importante (65% dos 111 avaliadores) a existência dos cursos superiores e a sua função social em sua comunidade. Além de considerar a qualidade dos projetos pedagógicos dos cursos de bom para regular. É bom destacar que menos de 4% desses considera ruim e péssimo o projeto pedagógico e a sua função social.			

DIMENSÃO 04	A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE
--------------------	--------------------------------------

10.13. Avaliação da política de comunicação interna e externa

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar a política de comunicação interna e externa.	Coleta de dados relativa ao grau de satisfação em relação à comunicação do IFPE. Solicitação de informações acerca da comunicação no IFPE.	Deficiência na comunicação entre os polos da EaD.	A comunicação é eficiente e cumpre seu papel.
Análise: No caso da comunicação interna, a maioria dos docentes e técnicos administrativos (aproximadamente 60% dos 111 avaliadores) considera a comunicação entre boa e excelente. Existem algumas dificuldades na comunicação interna, principalmente nos cursos novos, em que toda a estrutura de comunicação está sendo construída. No caso da comunicação externa, a maioria (75% dos 111 avaliadores) considera o serviço de boa qualidade, ressaltando a EaD que tem problemas com a comunicação externa em alguns polos que oferecem essa modalidade de ensino. Essa dificuldade, em parte, deve-se a problemas da rede no local onde o curso está acontecendo.			

DIMENSÃO 05	AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO
--------------------	---

10.14. Avaliação das políticas para os técnicos administrativos e docentes da Avaliação das políticas de Pessoal

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar as políticas de Pessoal. Avaliar o grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e os docentes.	Coleta de dados relativa às políticas de pessoal. Coleta de dados relativa ao grau de satisfação de técnicos administrativos e docentes.	Qualificação em nível de <i>stricto sensu</i> de professores e técnicos administrativos.	Melhoria da política de capacitação para docentes e técnicos administrativos. Cursos de formação continuada em serviço. Cursos de pós-graduação, participação em MINTER e DINTER.
Análise:			

A maioria dos servidores (81% dos 111 avaliadores) considera satisfatórias as políticas destinadas à capacitação. Considerando os dados apresentados na tabela da DGPE para docentes, verificou-se que aproximadamente 40% dos docentes não detêm o título de mestre ou doutor, sendo primordial o investimento em políticas de incentivo à qualificação. Em relação aos técnicos administrativos, é necessária a ampliação das políticas de incentivo à qualificação, visto que algumas carreiras não contemplam a progressão funcional em nível de mestrado e doutorado.

DIMENSÃO 06	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA, E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS
--------------------	---

10.15. Avaliação da independência e autonomia dos colegiados

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Verificar a documentação existente.	Pesquisa da existência de colegiados.	Nem todos os cursos superiores têm colegiados e NDE.	Alguns colegiados funcionam. Existe um documento orientador para gerir o colegiado. Construção coletiva dos documentos institucionais, garantindo a representatividade da comunidade acadêmica. No regimento de todo colegiado, é contemplada a participação de todos os segmentos envolvidos. Os colegiados dos cursos superiores da graduação e Conselho Superior são instâncias deliberativas.
Análise:			
No âmbito dos documentos que normatizam o funcionamento da instituição, existem instâncias colegiadas que garantem a democratização nas tomadas de decisões. Entretanto, no cotidiano do IFPE, essa prática deve ser mais vivenciada pelos seus atores.			

DIMENSÃO 07	INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
--------------------	--

10.16. Avaliação da existência de órgãos de representação estudantil

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Pesquisar sobre o conhecimento dos estudantes relativos à existência de DAs, representante de turma, representações em comissões, colegiado e conselhos.	Coleta de dados obtida dos estudantes; verificação dos documentos dos orientadores.	Existência de DAs em alguns cursos e pouca representatividade estudantil em algumas instâncias deliberativas; desconhecimento da existência dos documentos orientadores por parte dos estudantes; desinteresse dos estudantes em se organizar politicamente dentro da Instituição.	Possibilidade de representação estudantil em colegiados; evolução participativa a partir do diálogo com os <i>campi</i> . Os estudantes podem ter consciência plena sobre a gestão do IFPE.

Análise:

Ressalta-se que o PDI foi criado coletivamente, posto em consulta pública na página da Reitoria para contribuições da comunidade acadêmica. Ainda assim, apesar de a maioria conhecer o documento, é significativo o percentual de estudantes (45% dos 458 avaliadores) que o desconhece. Com relação aos DAs, quase 57% dos 473 estudantes avaliadores reconhecem a existência deles em seus cursos. Verificou-se, contudo, por meio de depoimentos dos coordenadores, que não existe essa organização instalada nos cursos superiores. Acredita-se que essa distorção nos resultados se deve à confusão relativa à identificação dos DAs com os Grêmios Estudantis. Em relação aos representantes de turma, a maioria (67% dos 473 estudantes) diz ter conhecimento da sua existência. Notou-se ainda que a maioria (57,3% dos 473 estudantes) desconhece a existência do colegiado e do NDE (quase 51% dos 473) de seu Curso superior. Acredita-se que esse desconhecimento se deva ao fato de alguns cursos terem apenas um ano e meio de existência, como é o caso dos cursos de Química, Música. Além disso, há pouca publicidade por parte dos representantes do segmento estudantil responsável pela articulação entre os estudantes e o colegiado.

A maioria (64,33% dos 469 estudantes) tem conhecimento da existência da CPA. Verificou-se que os estudantes do *Campus Recife* e da EaD (40,25% dos estudantes de Recife e 43,18% da EaD) foram os que mais mostraram desconhecimento da existência da CPA, o que é uma contradição, visto que foram seus membros que gerenciaram o processo de autoavaliação e estiveram presentes quando o questionário foi aplicado.

O conhecimento da existência do PPPI não é unanimidade: 61,49% dos 469 estudantes que avaliaram a pergunta ou o item têm conhecimento da sua existência.

10.17. Avaliação em relação ao tratamento dos egressos

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Pesquisa em relação ao tratamento dos egressos	Pesquisa em documentos oficiais	Inexistência de acompanhamento dos egressos	Existe a possibilidade de se resolver essa ausência através de uma política de acompanhamento a egressos que está sendo criada em âmbito institucional.
Análise:			
A preocupação básica dos gestores está prioritariamente relacionada com os que estão nos primeiros períodos. Isso é importante, contudo o futuro desses estudantes e a sua inserção no mercado de trabalho serve de propaganda do curso e da instituição. Acredita-se que essa deva ser uma das razões da inexistência de preocupação com os egressos.			

10.18. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Pesquisa sobre Espaços necessários para o desenvolvimento das atividades complementares.	Coleta de dados em documentos oficiais	Inexistência de salas de reuniões, gabinetes de trabalho e de, em alguns cursos, laboratórios específicos.	Existe possibilidade de se resolverem os problemas de espaço físico, através dos projetos já existentes.
Análise:			
Com a expansão do sistema de educação superior, ampliou-se o número de oferta de vagas e, conseqüentemente, o espaço reservado para atividades que não estavam destinadas às salas foi colocado em segundo plano. O interessante a ser observado é a situação do <i>Campus</i> Pesqueira que desenvolve atividades que extrapolam as atividades restritas à sala de aula (Projeto de Atualização em Matemática, PARFOR, PIBEX, PIBIC, PIBIC AF, Monitoria, Clube de Astronomia e Clube de Matemática dentre outros). Essa situação chegou ao limite da sua possibilidade.			

10.19. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar os serviços prestados pela Biblioteca	Coleta de dados dos estudantes relativos à sua satisfação.	Inexistência de espaços para estudo individualizados e para estudos em	Possibilidades de melhoria dos espaços, acesso e do acervo; existência de laboratório

		grupo nas bibliotecas; falta de acesso ao banco de dados e a bibliotecas virtuais; falta de periódicos da área; acesso à consulta da bibliografia; falta de laboratórios especializados.	de informática para todos os cursos.
--	--	--	--------------------------------------

Análise:

De acordo com os dados obtidos, verificou-se que o atendimento é considerado de bom para regular. O local, segundo o documento de orientações do SINAES, necessita de adequações às necessidades do Ensino Superior. Prova disso é o fato de mais da metade dos estudantes reclamar da inexistência de espaço para estudos em grupo. O acervo é considerado insuficiente para satisfazer as necessidades dos estudantes (um pouco mais de 65% dos 469 estudantes que participaram da autoavaliação), principalmente em relação aos títulos da bibliografia básica. Essa tendência continua para o acesso aos periódicos. Quase 50% dos estudantes pesquisados sentem a ausência de laboratórios específicos nos seus cursos.

10.20. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar os serviços de Informática	Coleta de dados relativos ao nível de satisfação dos serviços prestados		Serviço melhora gradativamente.

Análise:

A maioria dos estudantes está entre as classes que consideram o acesso à rede de computadores e à sua manutenção um serviço entre excelente e regular.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DOS CURSOS SUPERIORES

10.21. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar as condições dos equipamentos e material disponível para serem utilizados nas atividades acadêmicas.	Coleta de dados relativos ao nível de satisfação dos serviços prestados		Alguns cursos têm todo o material necessário para desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Análise:

Se forem considerados os cursos de Análise de Sistemas, Radiologia, Gestão de Turismo, as Licenciaturas, Gestão Ambiental, em torno de 80% consideram suficientes os equipamentos disponíveis para suas atividades acadêmicas. Assim, a troca dos quadros e dos equipamentos que foram colocados nas salas elevou o grau de satisfação nesses cursos. Existe certa insatisfação nos cursos de *Design* Gráfico e no de Gestão Ambiental, que puxam o índice geral para baixo.

10.22. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar a existência de equipamentos de proteção individual.	Coleta de dados relativos ao nível de satisfação dos serviços prestados		Equipamentos novos e em pleno uso
Análise: Nos cursos de Radiologia, Engenharia e Química, a maioria (em torno de 80% dos estudantes) considera satisfatório o número e a qualidade dos equipamentos de proteção individual.			

10.23. Avaliação do grau de satisfação das políticas para os técnicos administrativos e docentes

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliação da qualidade e função dos estágios curriculares e atualização dos cursos.	Análise dos documentos, Projeto pedagógico e Regimento, relativos ao estágio.	Nem todos os cursos desenvolvem atividades relativas aos estágios curriculares.	Todos os cursos deverão ter estágios curriculares de excelente qualidade.
Análise: Alguns cursos ainda não começaram os estágios curriculares. Esse é o caso dos cursos de Licenciatura em Química de Barreiros, Vitória e Ipojuca, de Licenciatura em Física e de Licenciatura em Música, que é vivenciado em Belo Jardim. Nos cursos em que ocorrem os estágios curriculares, os estudantes os consideram de boa qualidade (quase 40% dos estudantes avaliados afirmaram que é excelente). Essa tendência continua quando se trata da qualidade da orientação e da supervisão dos estágios, sobretudo quando se trata da articulação da teoria com a prática. Quanto à atualização dos cursos, por serem, na sua grande maioria, novos, era de se esperar que os estudantes os considerassem atualizados em relação ao mercado de trabalho.			

10.24. Avaliação da qualidade dos serviços de limpeza e conservação das dependências

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar a qualidade dos serviços de limpeza e conservação das dependências.	Coleta de dados relativos à satisfação dos estudantes quanto aos serviços oferecidos		A limpeza é satisfatória.
<p>Análise: Os estudantes consideram que os serviços de limpeza e conservação de sanitários, salas de aula, laboratórios e residência estudantil (os <i>campi</i> de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão) são de boa qualidade. O mesmo conceito é dado à limpeza e conservação da biblioteca, do refeitório, restaurante e cantina.</p>			

10.25. Avaliação da qualidade dos serviços oferecidos em relação ao departamento ou coordenação acadêmica do curso e da secretaria

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar a qualidade dos serviços oferecidos em relação ao departamento ou coordenação acadêmica do curso e da secretaria.	Coleta de dados, junto aos estudantes, relativos ao grau de satisfação	Não existe Secretaria de Ensino Superior em todos os <i>campi</i> . Não existe o setor de coordenação dos cursos superiores em todos os <i>campi</i> .	Eficiente e de boa qualidade.
<p>Análise: A maioria dos estudantes classifica o serviço como regular ou bom. Deve-se destacar que não existe a secretaria do Curso Superior, nem um serviço específico relativo ao setor de diplomação. Os serviços são acumulados pelo setor responsável pelos cursos técnicos.</p>			

10.26. Avaliação da qualidade relativa à iluminação, climatização e acústica do auditório para atividades acadêmicas

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar a qualidade relativa à iluminação, climatização e acústica do auditório para atividades acadêmicas.	Coleta de dados relativos à satisfação dos estudantes		No geral, essas condições são boas.

Análise:

No geral, mais da metade dos estudantes classifica a iluminação, climatização e acústica do auditório entre bom e excelente.

10.27. Avaliação do material didático utilizado pelos docentes e alunos

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar o material didático utilizado pelos docentes e alunos.	Coleta de dados relativos à satisfação dos estudantes.		A maioria considera o material didático de boa qualidade.

Análise:

No geral, a maioria dos estudantes classifica o material didático como bom ou ótimo. Isso se deve ao fato de ser levada em conta a opinião dos professores para efetuar-se a compra desse material.

DIMENSÃO 08	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
--------------------	--

10.28. Avaliação da dos processos de avaliação da CPE

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliação dos processos de avaliação da CPE	Consulta ao relatório de avaliação do ano anterior. Consulta à PRODEN.	Não houve tratamento qualitativo dos dados. Não houve diálogo com os documentos orientadores.	Estudo quantitativo e qualitativo do processo de autoavaliação institucional.

Análise:

Com a preocupação de se construir um sistema de coletas de dados eficiente, foi dispensada enorme quantidade na construção do SAI (Sistema de Avaliação Institucional) em detrimento da análise qualitativa que deveria estar presente no relatório final. O resultado da avaliação de regulação de MEC levou a Reitoria a constituir uma comissão responsável pela articulação da avaliação.

DIMENSÃO 09	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES
--------------------	---

10.29. Avaliação das políticas adotadas destinadas a estudantes cotistas e a portadores de necessidades

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar as políticas adotadas destinadas a estudantes cotistas e portadores de necessidades especiais.	Avaliação do grau de satisfação dos docentes e técnicos administrativos	Poucos docentes e técnicos atuando junto a estudantes portadores de necessidades especiais.	Aumento da atuação do IFPE nestas áreas.
Análise: O serviço de atendimento aos portadores de necessidades especiais é considerado de bom para regular, necessitando, em alguns casos, cumprir a legislação. Um dos principais obstáculos é a disponibilidade de profissionais para atuarem nessa área.			

10.30. Avaliação das políticas relativas ao acesso, permanência e êxito

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar as políticas relativas ao acesso, permanência e êxito.	Avaliação do grau de satisfação dos docentes e técnicos administrativos		O acesso, a permanência e o êxito são considerados de bom para regular.
Análise: A maioria dos docentes e técnicos administrativos considera essa política como boa ou regular (quase 77% dos 111 avaliadores). Os índices de evasão escolar do Instituto são razoáveis, o que comprova a eficácia dessa política.			

10.31. Avaliação da qualidade de Assistência Estudantil

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar a qualidade da Assistência Estudantil.	Avaliação do grau de satisfação dos estudantes.	Não existem políticas de assistência a estudantes do PARFOR e da EaD.	São potencialmente de boa qualidade. Existe a possibilidade de atendimento com o programa da merenda escolar para os cursos superiores.
Análise: Nos <i>campi</i> onde é oferecido, o serviço de assistência estudantil é considerado satisfatório. Mesmo no <i>Campus</i> Recife, há ausência de assistência médica. Nos <i>campus</i> da EaD – Ipojuca, Belo Jardim, Vitória de Santo Antão e Barreiros –, o serviço de assistência médica, odontológica e psicológica não é oferecido. No <i>Campus</i> Pesqueira, o programa de merenda escolar é expandido para os cursos superiores e, em Belo Jardim, isso também ocorre pelo fato de esse <i>campus</i> produzir esses alimentos. Esse serviço é importante, principalmente para os estudantes que vêm do trabalho para a IEs.			

10.32. Avaliação dos serviços de segurança grau

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES REALIZADAS	RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Avaliar os serviços de segurança.	Coleta de dados relativos à satisfação dos estudantes; conversa com os servidores.	Existem pequenos furtos nos <i>campi</i> . A EaD não dispõe	O serviço no geral é satisfatório nos <i>campi</i> .
Análise: A maioria dos estudantes (aproximadamente 67% dos 474 avaliadores) considera os serviços de segurança satisfatórios, embora sejam comentados por eles desaparecimentos de celulares, equipamentos de informática, dentre outros. Há de convir-se, contudo, que é muito difícil de coibir esse tipo de problema.			

11. SUGESTÕES DA CPA

11.1. Ensino, Pesquisa e Extensão

- Manutenção das bolsas existentes e ampliação da política de concessão de bolsas.
- Aumento do tempo destinado à atividade de pesquisa e extensão para os docentes que desejam realizá-las.
- Aumento da oferta de bolsas para monitoria, pesquisa e extensão.
- Aumento de convênios de cooperação com instituições de ensino, pesquisa e extensão.
- Aumento do número de projetos comunitários para atender as comunidades.
- Continuação da política de investimento em capacitação de pessoal.
- Estimulo à participação dos docentes em eventos científicos.
- Promoção de eventos que favoreçam a troca de experiência.
- Criação de evento institucional que trate especificamente dos processos de avaliação da aprendizagem.
- Aumento do número de bolsas de pesquisa.
- Incentivo aos docentes envolvidos com a pesquisa na instituição (diminuição de carga horária, melhoria do ambiente relativo à pesquisa, liberação dos docentes para apresentação de seus projetos de pesquisa, dentre outros benefícios).
- Concentração do período das atividades extraclases no turno de funcionamento do curso.

11.2. Biblioteca

- Construção de uma política de atualização dos acervos bibliográficos.
- Aquisição de novos títulos e periódicos, em números suficientes, pelo IFPE.
- Aumento do número de bibliotecários.
- Agilização dos processos de construção das novas bibliotecas.
- Melhoria da qualidade no atendimento aos usuários da biblioteca.
- Implantação de formas de acesso direto ao acervo.
- Aumento do acervo bibliográfico específico para consulta pelos docentes e

estudantes.

- Desenvolvimento de uma política de atualização e ampliação do acervo bibliográfico disponível na biblioteca.
- Investimento em pessoal especializado para o tratamento das demandas relativas à biblioteca.
- Abertura de espaço para que estudantes de biblioteconomia possam estagiar nas bibliotecas.

11.3. Criação de Espaços

- Implantação de serviços de assistência médica/psicológica/odontológica nos *campi* em que eles não são oferecidos.
- Implementação de colegiado e NDE nos cursos que não têm essas instâncias.
- Criação dos espaços pedidos pela Comissão de Avaliação que reconheceu o curso de Licenciatura em Matemática.
- Construção dos Centros de Ciências.
- Criação de espaços individuais e coletivos de estudos no interior das bibliotecas.
- Aumento do número de salas para o desenvolvimento de atividades que extrapolam as aulas dos cursos normais.
- Criação de espaços ecumênicos.
- Criação da Secretaria de Ensino Superior com espaço físico reservado para esse fim.
- Criação das coordenações dos cursos superiores com sala específica, como também sala de reunião.
- Criação de gabinetes de professores para atendimento aos estudantes do ensino superior.

11.4. Melhoria dos serviços

- Instituição de troca de experiências entre os cursos que possuem DAs com aqueles cursos que ainda não os possuem para que sejam implantados.
- Participação de membros da CPA em comissões criadas para responder as demandas propostas pela Comissão de Avaliação de regulação implementadas pelo MEC.

- Infraestrutura para a CPA continuar seus trabalhos de avaliação e promoção de discussões no colegiado sobre esses aspectos.
- Aprimoramento do acompanhamento dos diários de classe devido à importância dos registros para o acompanhamento da prática do professor.
- Manutenção das atividades que proporcionam a integração entre estudantes, docentes e técnicos administrativos.
- Melhoria da infraestrutura (laboratórios específicos).
- Ampliação do número de convênios, visitas técnicas e estágios.
- Agilização do processo de construção dos modelos de comunicação nos *campi novos*.
- Melhoria do diálogo com as prefeituras e secretarias de educação para resolver os problemas de conexão à rede de computadores.
- Promoção de encontros semestrais para divulgar a existência dos documentos orientadores, das comissões, colegiados e projetos, dentre outros, e suas funções na instituição.
- Utilização de mídias e atualização das informações no *site* do Instituto.
- Melhoria dos instrumentos de comunicação da CPA com a comunidade do IFPE.
- Criação de questionário para ser aplicado periodicamente a fim de verificar o grau de conhecimento dos estudantes sobre os documentos oficiais.
- Criação de uma comissão responsável pelo acompanhamento e articulação com os diversos órgãos do IFPE das ações relativas aos egressos dos cursos superiores do IFPE.
- Avaliação das políticas de pessoal pelos técnicos administrativos e docentes.
- Melhoria do uso do Q-Acadêmico quanto à alimentação das informações do sistema e sua comunicação com o SAI.
- Viabilização do acesso pleno dos estudantes ao acervo bibliográfico, conforme as bibliotecas destinadas ao Ensino Superior.
- Manutenção e aquisição de novos computadores ou consertos dos que forem danificados.
- Busca de medidas para aumentar o campo de estágio a fim de absorver a oferta de estagiários que será criada quando eles estiverem vivenciando o componente estágio supervisionado.
- Revisão dos projetos pedagógicos dos cursos bianualmente, para serem atualizados de acordo com as determinações do MEC.
- Melhoria dos serviços desenvolvidos no restaurante e na cantina.

- Fortalecimento das campanhas de combate à violência.
- Seminários relativos à criação de uma cultura de paz.
- Compra de novos equipamentos e manutenção dos já existentes.
- Possibilidade da expansão da merenda escolar para os estudantes que cursam o ensino superior.
- Reavaliação das políticas adotadas para que a instituição se adapte às necessidades do mercado.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim do processo de autoavaliação, ciclo 2011, desenvolvido pela CPA, desejamos tecer algumas considerações sobre os principais resultados obtidos. Inicialmente temos que salientar que o trabalho desenvolvido por essa comissão só pôde chegar ao término, com a publicação do relatório final, com colaboração dos pró-reitores, professores, técnico-administrativos e estudantes, que nos forneceram as informações necessárias para esse fim. Isso ficou caracterizado pelo aumento significativo do número de participantes dos catorze cursos avaliados que responderam os questionários e forneceram as informações em todo o decorrer do processo de construção deste documento.

No geral, verificamos que todas as demandas que, diretamente ou indiretamente, concorrem para a melhoria dos cursos de graduação foram, em sua maioria, atendidas. Uma das características que conseguimos vislumbrar com clareza é o esforço da Instituição em dar uma maior nitidez à estrutura destinada aos cursos superiores. Nesse sentido, percebemos que os órgãos administrativos desenvolveram esforços para se adaptarem à natureza e às especificidades do Ensino Superior, criando normas, regimentos e tomando decisões que, na sua essência, destinavam-se a cristalizar o processo de transição de uma Instituição de Ensino Médio para uma, também, de Ensino Superior.

Temos que considerar que esse processo de transição não é simples, visto que exige tomada de decisões que afetam o destino dos investimentos, sobretudo, na infraestrutura. As peculiaridades do desenvolvimento da pesquisa, da extensão, concomitantemente com o ensino, exigem adaptações de carga horária e de aumento de contratação de pessoal. Nesse sentido, os dados nos mostram que houve um incremento no número de projetos de pesquisa e de extensão (BIA, PIBIC, PIBICAF, PIBEX, MULHERES MIL, CLUBE DE ASTRONOMIA, PROIFPE, MONITORIA, BOLSA PETROBRÁS) conjuntamente com o aumento do número de bolsas que atende a um número significativo de estudantes que se mostra satisfeito com esse serviço. Não podemos esquecer a revista CIENTEC, aceita pela CAPES como uma das instâncias para publicação da produção científica dos *campi*.

Além dos programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, estão sendo realizadas pela Instituição atividades científicas, culturais, encontros, seminários, fóruns e, ainda, atendimento médico-odontológico-psicológico; este último, em alguns *campi*. Também tem sido construída uma política de incentivo à pesquisa, com o aumento das bolsas de auxílio-pesquisador para os pesquisadores produtivos, da criação do kit-pesquisador, concretização dos pedidos de material relativo aos projetos cadastrados na PROPESQ, além do aumento do número de professores contratados.

Essas melhorias têm seguido as metas, em parte, estabelecidas no PDI. Contudo, os professores que se envolvem com a pesquisa apontam, ainda, como causa principal da dificuldade, na melhoria na implementação das políticas de pesquisa e extensão, a sobrecarga de trabalho no exercício das funções pedagógicas em detrimento das destinadas a essas políticas.

A política de qualificação de pessoal adotada pelo IFPE foi ampliada em relação à capacitação tanto dos docentes quanto dos técnicos administrativos que, por meio dos cursos de especialização, mestrado e doutorado vêm trazendo resultados satisfatórios. Nesse sentido, verificamos que houve um incremento percentual na qualificação dos professores. Atualmente, 60% dos professores detêm o título de doutor ou de mestre. Embora, nos *campi* do interior, exista a necessidade de construir uma política de incentivo à permanência dos doutores e mestres, tem havido êxodo desses para outras IES.

Os objetivos e metas determinados no PDI relativas à responsabilidade social estão sendo, em sua maioria, implementadas. Isso se traduz na preocupação que a Reitoria tem com a formação de profissionais qualificados para atuarem no mercado de trabalho e nos resultados obtidos nas avaliações de reconhecimento dos cursos e dos destaques que seus egressos têm alcançado.

Uma modificação observada em relação ao relatório do ciclo anterior foi a melhoria das ações de comunicação com a sociedade. Existe uma página eletrônica em cada *campi* na qual são colocadas as principais informações relativas a cada curso de graduação, desde as de ordem organizacional, administrativa, pedagógica, até as de propaganda dos cursos. As informações mais pontuais são feitas em folhetos, cartazes e faixas afixados nos murais. Embora essas ações sejam adotadas, existem reclamações quanto ao processo de comunicação dos resultados das reuniões de colegiados dos cursos e ao conhecimento dos documentos orientadores, necessitando-se, assim, de medidas para consolidar essas melhorias.

Diversas medidas foram tomadas para a atualização e aumento do acervo bibliográfico. Uma delas é a contratação dos serviços de biblioteca *on-line*, além do acervo informatizado e disponibilizado aos alunos e professores pelo Sistema Acadêmico. Para a comunidade acadêmica, a biblioteca necessita, ainda, de melhores condições de funcionamento, de adequação ao Ensino Superior e de melhoria da política de aquisição e adequação do acervo bibliográfico.

Nessa conjuntura promissora, a CPA desenvolveu a avaliação diagnóstica, construindo este relatório sobre os alicerces dos dados obtidos e do compromisso em apontar as potencialidades e fragilidades em relação às dez dimensões apontadas pelo SINAES e com a maior precisão possível. Temos consciência de que os diversos problemas de ordem técnica que ocorreram fazem parte do processo de contínuo

aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e do processo de análise adotado. Esperamos que esses resultados possam ajudar a Reitoria nas tomadas de decisões relativas à melhoria do Ensino Superior do IFPE.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREYRO, Gladys B.; CARLOS ROTHEN, José. "SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Revista Educação e Sociedade. Campinas: v. 27, nº96, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 04 mar 2010.

BOCLIN, Roberto. Avaliação Institucional: quem acredita? Rio de Janeiro: Ed. Espaço do Saber. 2005.

BRASIL Ministério da Educação. MEC/SEMTEC. Legislação Educacional 2003 a 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (2004). Diretrizes para a auto-avaliação das instituições. Brasília, 26 de agosto de 2004.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (2004). Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições. Brasília, 2004.

_____. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO: Relatório da Avaliação Institucional IFPE/ PE. Relatórios 2009-2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO: Plano de Desenvolvimento Institucional IFPE/ PE. Relatórios 2009-2013.

LIMA, M. P. AZEVEDO, G. M. E. . Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco: A Construção da identidade do Campus Recife, Ano de Obtenção: 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Alagoas, 2011.

PRADO SOUSA, Clarilza (1997). "Avaliação institucional no ensino superior: Auto-Avaliação e Avaliação Externa". In: RO- DRIGUES, Maria Lucia e FRANCO, Maria Laura (orgs.). Novos rumos do ensino superior. São Paulo, PUC-SP-NEMESS.

TRINDADE, Hélgio. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do Governo Lula. Revista Educação e Sociedade. Campinas: vol.25, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 23 março 2011.

_____. Avaliação Institucional em Debate. 2006. Conferência Pública na Universidade Regional de Blumenau, FURB. Blumenau. Santa Catarina. Avaliação e Autonomia Universitária. Informativo CONAES, ed nº08. 2006. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em 22 dez 2011..

Legislação consultada

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 12 mar 2011.

_____. Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 12 mar 2011.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o PNE. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 12 mar 2011.

_____. Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007. Instituiu o calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES para o triênio 2007/2009. Diário Oficial da União, Brasília, de 11 de jan. 2007 – Seção I – p. 7.

_____. Portaria Normativa nº 4 de 07 de Agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, de 6 de ago. 2008 – Seção I – p. 19.

_____. Portaria Normativa nº 12 de 08 de Setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de set. 2008 Seção I.

_____. Portaria Normativa nº 10 de 03 de Julho de 2009. Fixa critérios para dispensa de avaliação in loco. Diário Oficial da União, Brasília, de 3 de jul. 2009 – Seção I.

_____. Portaria MEC nº 821, de 24 de agosto de 2009. Define procedimentos para avaliação das Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação no âmbito do 1º Ciclo Avaliativo do SINAES. Diário Oficial da União, Brasília, de 28 de ago. 2009 – Seção I – p. 9 e 10.

_____. INEP. Nota Técnica de 09 de set. de 2008. Cálculo do Índice Geral de Cursos.

_____. Nota Técnica De 10 de set. de 2008. Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação.

14. ANEXOS

14.1. Relatório Geral SAI

15. AUTO-AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE PERFIL: ALUNO

Itens	Conceitos					
	EXC	BOM	REG	RUI	PES	
1. Assiduidade	215 (44.24%)	226 (46.50%)	39 (8.02%)	5 (1.03%)	1 (0.21%)	
2. Pontualidade	159 (32.72%)	254 (52.26%)	67 (13.79%)	5 (1.03%)	1 (0.21%)	
3. Tempo de estudos dedicado ao curso	82 (16.87%)	268 (55.14%)	116 (23.87%)	17 (3.50%)	3 (0.62%)	

Participação em atividades:

4. desenvolvidas em sala de aula (Se for estudante de EAD - Educação a distância, considere as condições do polo de apoio presencial e/ou sede).	146 (30.04%)	266 (54.73%)	64 (13.17%)	7 (1.44%)	3 (0.62%)	
5. extra-classe (palestras, seminários, cursos extras etc.)	101 (20.78%)	217 (44.65%)	125 (25.72%)	35 (7.20%)	8 (1.65%)	
6. de extensão (convênios de cooperação, projetos comunitários, PIBEX etc.)	42 (8.64%)	150 (30.86%)	163 (33.54%)	96 (19.75%)	35 (7.20%)	
7. de pesquisa (Iniciação científica: PIBIC, PIBID, BIA etc.)	79 (16.26%)	124 (25.51%)	134 (27.57%)	96 (19.75%)	53 (10.91%)	
8. de monitoria	56 (11.52%)	139 (28.60%)	145 (29.84%)	87 (17.90%)	59 (12.14%)	

Relacionamento com:

9. os colegas	305 (62.76%)	158 (32.51%)	21 (4.32%)	2 (0.41%)	0 (0.00%)	
10. os professores	237	220	26	3	0	

		(48.77 %)		(45.27 %)		(5.35%)		(0.62%)		(0.00%)
11. os técnico- administrativos ou tutores presenciais	EXC	184 (37.86 %)	BOM	228 (46.91 %)	REG	63 (12.96 %)	RUI	6 (1.23%)	PES	5 (1.03%)
12. Utilização do acervo da biblioteca (livros, revistas, periódicos, internet etc.)	EXC	60 (12.35 %)	BOM	158 (32.51 %)	REG	152 (31.28 %)	RUI	64 (13.17 %)	PES	52 (10.70 %)

16. Legenda:

17. [EXC] Excelente - [BOM] Bom - [REG] Regular - [RUI] Ruim - [PES] Péssimo - [SIM] Sim - [NAO] Não - [NEX] Não existe - [NRE] Não realizando estágio - [FRE] Frequentemente - [QIO] Apenas quando a instituição oferece - [ESP] Esporadicamente - [RAR] Raramente - [NUN] Nunca -

18. AVALIAÇÃO DO CURSO E DA INFRA-ESTRUTURA DO IFPE

PERFIL: ALUNO

Itens	Conceitos			
Existência de (sim/não-condição para avaliar atuação):				
1. Diretório acadêmico	SIM	272 (57.26%)	NAO	203 (42.74%)
2. Representante de turma	SIM	319 (67.16%)	NAO	156 (32.84%)
3. Colegiados	SIM	203 (42.74%)	NAO	272 (57.26%)
4. Comissões	SIM	221 (46.53%)	NAO	254 (53.47%)

Conselhos:

5. PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional)	SIM	264 (55.81%)	NAO	209 (44.19%)
6. PPC (Plano Pedagógico do Curso)	SIM	342 (72.30%)	NAO	131 (27.70%)
7. CPA (Comissão Própria de Avaliação)	SIM	307 (64.77%)	NAO	167 (35.23%)
8. PPPI (Projeto Político-Pedagógico Institucional)	SIM	293 (61.81%)	NAO	181 (38.19%)
9. NDE (Núcleo Docente Estruturante)	SIM	235 (49.68%)	NAO	238 (50.32%)
10. Acompanhamento dos egressos	SIM	235 (49.58%)	NAO	239 (50.42%)

Em relação à biblioteca:

11. Atendimento	EXC	74	BOM	178	REG	128	RUI	50	PES	45
-----------------	------------	----	------------	-----	------------	-----	------------	----	------------	----

		(15.58 %)		(37.47 %)		(26.95 %)		(10.53 %)		(9.47 %)
12. Ambiente para estudo individual	EXC	40 (8.42 %)	BOM	146 (30.74 %)	REG	117 (24.63 %)	RUI	94 (19.79 %)	PES	78 (16.42 %)
13. Ambiente para estudo em grupo	EXC	39 (8.21 %)	BOM	166 (34.95 %)	REG	127 (26.74 %)	RUI	93 (19.58 %)	PES	50 (10.53 %)
14. Acessibilidade para portadores de necessidades específicas	EXC	33 (6.95 %)	BOM	123 (25.89 %)	REG	145 (30.53 %)	RUI	86 (18.11 %)	PES	88 (18.53 %)
15. Quanto a disponibilidade do acervo da bibliografia básica	EXC	40 (8.42 %)	BOM	131 (27.58 %)	REG	116 (24.42 %)	RUI	108 (22.74 %)	PES	80 (16.84 %)
16. Quanto a disponibilidade do acervo de periódicos (revistas especializadas, jornais etc.)	EXC	22 (4.63 %)	BOM	97 (20.42 %)	REG	145 (30.53 %)	RUI	119 (25.05 %)	PES	92 (19.37 %)
17. Quanto a disponibilidade do acervo para livre acesso e consulta	EXC	34 (7.16 %)	BOM	125 (26.32 %)	REG	142 (29.89 %)	RUI	92 (19.37 %)	PES	82 (17.26 %)
18. Acesso a internet	EXC	40 (8.42 %)	BOM	179 (37.68 %)	REG	132 (27.79 %)	RUI	77 (16.21 %)	PES	47 (9.89 %)
19. Existem laboratórios de informática?	SIM	430 (90.53 %)	NAO	45 (9.47 %)						
20. Existem laboratórios específicos para seu curso?	SIM	234 (49.37 %)	NAO	240 (50.63 %)						

Laboratórios de Informática:

21. Equipamentos de informática disponíveis para atividades acadêmicas	EXC	65 (13.71 %)	BOM	186 (39.24 %)	REG	151 (31.86 %)	RUI	36 (7.59 %)	PES	24 (5.06 %)	NEX	12 (2.53 %)
22. Acesso a rede mundial de computadores	EXC	65 (13.68 %)	BOM	202 (42.53 %)	REG	144 (30.32 %)	RUI	30 (6.32 %)	PES	19 (4.00 %)	NEX	15 (3.16 %)

23. Manutenção dos equipamentos	EXC 39 (8.21 %)	BOM 165 (34.74 %)	REG 162 (34.11 %)	RUI 71 (14.95 %)	PES 29 (6.11 %)	NEX 9 (1.89 %)
---------------------------------	------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------	------------------------	-----------------------

Específicos do seu curso:

24. Equipamentos e materiais disponíveis para atividades acadêmicas	EXC 41 (8.63 %)	BOM 173 (36.42 %)	REG 158 (33.26 %)	RUI 50 (10.53 %)	PES 19 (4.00 %)	NEX 34 (7.16 %)
---	------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------	------------------------	------------------------

25. Utilização de EPI (Equipamentos de Proteção Individual)	EXC 29 (6.11 %)	BOM 102 (21.47 %)	REG 105 (22.11 %)	RUI 45 (9.47 %)	PES 10 (2.11 %)	NEX 184 (38.74 %)
---	------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------------	------------------------	--------------------------

Limpeza e conservação da área de convivência:

26. Sanitários	EXC 42 (8.84 %)	BOM 156 (32.84 %)	REG 107 (22.53 %)	RUI 96 (20.21 %)	PES 71 (14.95 %)	NEX 3 (0.63 %)
----------------	------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------	-------------------------	-----------------------

27. Sala de aula	EXC 88 (18.53 %)	BOM 203 (42.74 %)	REG 119 (25.05 %)	RUI 41 (8.63 %)	PES 21 (4.42 %)	NEX 3 (0.63 %)
------------------	-------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------------	------------------------	-----------------------

28. Laboratório	EXC 74 (15.61 %)	BOM 195 (41.14 %)	REG 114 (24.05 %)	RUI 34 (7.17 %)	PES 15 (3.16 %)	NEX 42 (8.86 %)
-----------------	-------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------------	------------------------	------------------------

29. Residência estudantil	EXC 20 (4.21 %)	BOM 62 (13.05 %)	REG 45 (9.47 %)	RUI 9 (1.89 %)	PES 6 (1.26 %)	NEX 333 (70.11 %)
---------------------------	------------------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	-----------------------	--------------------------

30. Refeitório e/ou restaurante	EXC 35 (7.37 %)	BOM 100 (21.05 %)	REG 94 (19.79 %)	RUI 40 (8.42 %)	PES 37 (7.79 %)	NEX 169 (35.58 %)
---------------------------------	------------------------	--------------------------	-------------------------	------------------------	------------------------	--------------------------

31. Cantina	EXC 25 (5.26 %)	BOM 112 (23.58 %)	REG 100 (21.05 %)	RUI 65 (13.68 %)	PES 60 (12.63 %)	NEX 113 (23.79 %)
-------------	------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------------

32. Biblioteca	EXC 66 (13.89 %)	BOM 168 (35.37 %)	REG 141 (29.68 %)	RUI 52 (10.95 %)	PES 36 (7.58 %)	NEX 12 (2.53 %)
----------------	-------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------	------------------------	------------------------

Qualidade dos serviços oferecidos:

33. Departamento ou coordenação acadêmica do seu	EXC 70 (14.74 %)	BOM 234 (49.26 %)	REG 121 (25.47 %)	RUI 29 (6.11 %)	PES 18 (3.79 %)	NEX 3 (0.63 %)
--	-------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------------	------------------------	-----------------------

curso												
34. Secretaria, diplomação, coordenação de turnos ou polos	EXC	64 (13.47 %)	BOM	209 (44.00 %)	REG	149 (31.37 %)	RUI	35 (7.37 %)	PES	14 (2.95 %)	NEX	4 (0.84 %)
35. Assistência estudantil (Estudante colaborador e auxílio transporte)	EXC	62 (13.08 %)	BOM	144 (30.38 %)	REG	111 (23.42 %)	RUI	35 (7.38 %)	PES	9 (1.90 %)	NEX	113 (23.84 %)
36. Programas de assistência médica, odontológicas e psicológica.	EXC	48 (10.13 %)	BOM	134 (28.27 %)	REG	111 (23.42 %)	RUI	29 (6.12 %)	PES	12 (2.53 %)	NEX	140 (29.54 %)
37. Segurança do Campus ou polos	EXC	43 (9.05 %)	BOM	150 (31.58 %)	REG	146 (30.74 %)	RUI	59 (12.42 %)	PES	28 (5.89 %)	NEX	49 (10.32 %)
38. Acessibilidade arquitetônica	EXC	25 (5.26 %)	BOM	157 (33.05 %)	REG	158 (33.26 %)	RUI	55 (11.58 %)	PES	22 (4.63 %)	NEX	58 (12.21 %)
39. Transporte para atividades acadêmicas fora do IFPE	EXC	85 (17.89 %)	BOM	166 (34.95 %)	REG	105 (22.11 %)	RUI	33 (6.95 %)	PES	26 (5.47 %)	NEX	60 (12.63 %)
40. Iluminação, climatização, acústica, espaço físico das salas de aula	EXC	71 (14.95 %)	BOM	178 (37.47 %)	REG	127 (26.74 %)	RUI	57 (12.00 %)	PES	35 (7.37 %)	NEX	7 (1.47 %)
41. Material didático, equipamentos e recursos multimídia disponíveis nas salas de aula	EXC	82 (17.26 %)	BOM	190 (40.00 %)	REG	148 (31.16 %)	RUI	34 (7.16 %)	PES	18 (3.79 %)	NEX	3 (0.63 %)
42. Auditório para realização de atividades acadêmicas	EXC	90 (18.99 %)	BOM	201 (42.41 %)	REG	106 (22.36 %)	RUI	17 (3.59 %)	PES	7 (1.48 %)	NEX	53 (11.18 %)
43. Atividades de esporte e lazer	EXC	36 (7.59 %)	BOM	127 (26.79 %)	REG	111 (23.42 %)	RUI	21 (4.43 %)	PES	12 (2.53 %)	NEX	167 (35.23 %)
44. Está realizando estágio curricular supervisionado obrigatório?	SIM	69 (14.56 %)	NAO	405 (85.44 %)								
45. Qualidade da	EXC	42	BOM	41	REG	24	RUI	2	PES	4	NRE	362

orientação e supervisão do estágio pelo professor orientador		(8.84 %)		(8.63 %)		(5.05 %)		(0.42 %)		(0.84 %)		(76.21 %)
46. Qualidade da orientação e supervisão do estágio pelo supervisor da parte concedente	EXC	39 (8.21 %)	BOM	51 (10.74 %)	REG	21 (4.42 %)	RUI	3 (0.63 %)	PES	2 (0.42 %)	NRE	359 (75.58 %)
47. Articulação entre teoria e prática no estágio	EXC	33 (6.95 %)	BOM	57 (12.00 %)	REG	24 (5.05 %)	RUI	4 (0.84 %)	PES	2 (0.42 %)	NRE	355 (74.74 %)
48. Como você avalia as experiências profissionais adquiridas no seu estágio?	EXC	51 (10.76 %)	BOM	45 (9.49 %)	REG	15 (3.16 %)	RUI	0 (0.00 %)	PES	1 (0.21 %)	NRE	362 (76.37 %)

Em relação ao seu curso:

49. Atualização do programa do curso com relação às demandas do mundo do trabalho	EXC	108 (22.78 %)	BOM	246 (51.90 %)	REG	94 (19.83 %)	RUI	15 (3.16 %)	PES	10 (2.11 %)
50. Satisfação com relação ao curso	EXC	126 (26.53 %)	BOM	228 (48.00 %)	REG	105 (22.11 %)	RUI	14 (2.95 %)	PES	2 (0.42 %)
51. A empregabilidade e a inserção dos egressos do curso no mundo do trabalho	EXC	108 (22.74 %)	BOM	197 (41.47 %)	REG	115 (24.21 %)	RUI	34 (7.16 %)	PES	21 (4.42 %)

19. Legenda:

20. [EXC] Excelente - [BOM] Bom - [REG] Regular - [RUI] Ruim - [PES] Péssimo - [SIM] Sim - [NAO] Não - [NEX] Não existe - [NRE] Não realizando estágio - [FRE] Frequentemente - [QIO] Apenas quando a instituição oferece - [ESP] Esporadicamente - [RAR] Raramente - [NUN] Nunca -

21. ESTUDANTES AVALIANDO PROFESSORES PERFIL: ALUNO

Itens	Conceitos							
	EXC	BOM	REG	RUI	PES	SIM	NAO	NEX
1. Assiduidade	2508 (51.80%)	1662 (34.32%)	489 (10.10%)	93 (1.92%)	90 (1.86%)			
2. Pontualidade	2517 (51.97%)	1591 (32.85%)	531 (10.96%)	114 (2.35%)	90 (1.86%)			
3. Conhecimento e domínio dos conteúdos ministrados	2772 (57.25%)	1503 (31.04%)	457 (9.44%)	53 (1.09%)	57 (1.18%)			
4. Clareza e objetividade na construção dos conhecimentos	2340 (48.36%)	1619 (33.46%)	656 (13.56%)	140 (2.89%)	84 (1.74%)			
5. Apresentação e cumprimento do programa do componente curricular	2265 (46.80%)	1760 (36.36%)	613 (12.67%)	119 (2.46%)	83 (1.71%)			
6. Utilização e domínio de recursos didáticos (multimídias, apostilas, livros, projetos, etc.)	2050 (42.35%)	1840 (38.01%)	717 (14.81%)	149 (3.08%)	85 (1.76%)			
7. Realização de visitas técnicas	1348 (27.85%)	1297 (26.80%)	1114 (23.02%)	488 (10.08%)	593 (12.25%)			
8. Formas de avaliação	1862 (38.53%)	1943 (40.21%)	732 (15.15%)	167 (3.46%)	128 (2.65%)			
9. Relacionamento com os estudantes	2292 (47.32%)	1739 (35.90%)	601 (12.41%)	103 (2.13%)	109 (2.25%)			
10. Atualização com relação às exigências do mercado de trabalho.	2106 (43.44%)	1843 (38.02%)	699 (14.42%)	103 (2.12%)	97 (2.00%)			

22. Legenda:

23. [EXC] Excelente - [BOM] Bom - [REG] Regular - [RUI] Ruim - [PES] Péssimo - [SIM] Sim - [NAO] Não - [NEX] Não existe - [NRE] Não realizando estágio - [FRE] Frequentemente - [QIO] Apenas quando a instituição oferece - [ESP] Esporadicamente - [RAR] Raramente - [NUN] Nunca -

24. AUTO-AVALIAÇÃO DO PROFESSOR PERFIL: PROFESSOR

Itens	Conceitos									
	EXC		BOM		REG		RUI		PES	
1. Assiduidade	65	(86.67%)	10	(13.33%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)
2. Pontualidade	58	(77.33%)	17	(22.67%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)

Participa de atividades:

3. extra-classe (palestras, seminários, cursos extras etc.)	24	(32.00%)	36	(48.00%)	13	(17.33%)	0	(0.00%)	2	(2.67%)
4. de extensão (convênios de cooperação, projetos comunitários etc.)	13	(17.33%)	21	(28.00%)	28	(37.33%)	8	(10.67%)	5	(6.67%)
5. de pesquisa (Iniciação científica: PIBIC, PIBID, BIA, TCC, etc.)	18	(24.00%)	21	(28.00%)	24	(32.00%)	8	(10.67%)	4	(5.33%)
6. de orientação e acompanhamento de monitoria	24	(32.00%)	15	(20.00%)	24	(32.00%)	7	(9.33%)	5	(6.67%)
7. de colegiado do curso	41	(54.67%)	16	(21.33%)	13	(17.33%)	4	(5.33%)	1	(1.33%)

Relacionamento com:

8. os professores	56	(74.67%)	18	(24.00%)	1	(1.33%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)
9. os estudantes	54	(72.00%)	19	(25.33%)	2	(2.67%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)
10. os técnico administrativos	53	(70.67%)	22	(29.33%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)
11. as chefias	48	(64.00%)	23	(30.67%)	4	(5.33%)	0	(0.00%)	0	(0.00%)
12. Utilização do acervo da biblioteca para consulta (livros, revistas, periódicos, internet etc.)	14	(18.67%)	24	(32.00%)	27	(36.00%)	5	(6.67%)	5	(6.67%)

Participação em formação continuada nos últimos cinco anos:

13. Capacitação (Minicursos, Congresso, simpósios etc.)	FRE	46 (61.33%)	QIO	9 (12.00%)	ESP	17 (22.67%)	RAR	2 (2.67%)	NUN	1 (1.33%)
14. Qualificação (Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado)	SIM	66 (88.00%)	NAO	9 (12.00%)						

Em relação aos componentes curriculares:

15. cumprimento da carga horária	EXC	67 (89.33%)	BOM	8 (10.67%)	REG	0 (0.00%)	RUI	0 (0.00%)	PES	0 (0.00%)
16. cumprimento do programa do componente	EXC	55 (73.33%)	BOM	20 (26.67%)	REG	0 (0.00%)	RUI	0 (0.00%)	PES	0 (0.00%)
17. utilização de recursos didáticos	EXC	37 (49.33%)	BOM	37 (49.33%)	REG	1 (1.33%)	RUI	0 (0.00%)	PES	0 (0.00%)
18. utilização de métodos e instrumentos para avaliação	EXC	36 (48.00%)	BOM	38 (50.67%)	REG	1 (1.33%)	RUI	0 (0.00%)	PES	0 (0.00%)

25. Legenda:

26. [EXC] Excelente - [BOM] Bom - [REG] Regular - [RUI] Ruim - [PES] Péssimo - [SIM] Sim - [NAO] Não - [NEX] Não existe - [NRE] Não realizando estágio - [FRE] Frequentemente - [QIO] Apenas quando a instituição oferece - [ESP] Esporadicamente - [RAR] Raramente - [NUN] Nunca -

27. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ADOTADAS NA INSTITUIÇÃO

PERFIL: PROFESSOR

Itens

Conceitos

Políticas de inclusão social:

1. Destinadas a estudantes cotistas	EXC	19 (25.68%)	BOM	28 (37.84%)	REG	20 (27.03%)	RUI	4 (5.41%)	PES	3 (4.05%)
2. Política de inclusão para estudantes portadores de necessidades especiais	EXC	6 (8.11%)	BOM	32 (43.24%)	REG	23 (31.08%)	RUI	5 (6.76%)	PES	8 (10.81%)
3. PROEJA	EXC	13 (17.57%)	BOM	27 (36.49%)	REG	21 (28.38%)	RUI	6 (8.11%)	PES	7 (9.46%)
4. Acesso, permanência e êxito	EXC	10 (13.51%)	BOM	28 (37.84%)	REG	29 (39.19%)	RUI	6 (8.11%)	PES	1 (1.35%)

Políticas de incentivos:

5. As atividades de Pesquisa	EXC	15 (20.27%)	BOM	28 (37.84%)	REG	22 (29.73%)	RUI	6 (8.11%)	PES	3 (4.05%)
6. As atividades de extensão e prestação de serviços a comunidade externa	EXC	14 (18.92%)	BOM	25 (33.78%)	REG	24 (32.43%)	RUI	8 (10.81%)	PES	3 (4.05%)
7. As atividades voltadas para o empreendedorismo como incubação de empresas, empresas júnior, inovações tecnológicas	EXC	7 (9.46%)	BOM	16 (21.62%)	REG	24 (32.43%)	RUI	18 (24.32%)	PES	9 (12.16%)
8. Inserção dos Estudantes no mundo do trabalho	EXC	11 (14.86%)	BOM	29 (39.19%)	REG	24 (32.43%)	RUI	9 (12.16%)	PES	1 (1.35%)
9. Função social no tocante ao ensino superior	EXC	15 (20.27%)	BOM	29 (39.19%)	REG	25 (33.78%)	RUI	3 (4.05%)	PES	2 (2.70%)
10. Projeto Político Pedagógico Institucional	EXC	14 (18.92%)	BOM	30 (40.54%)	REG	26 (35.14%)	RUI	2 (2.70%)	PES	2 (2.70%)
11. Plano de	EXC	12	BOM	36	REG	24	RUI	1	PES	1

Desenvolvimento Institucional		(16.22 %)		(48.65 %)		(32.43 %)		(1.35%)		(1.35%)
12. Convênios de cooperação com órgãos públicos, empresas privadas e organização da sociedade civil	EXC	7 (9.46%)	BOM	22 (29.73 %)	REG	26 (35.14 %)	RUI	14 (18.92 %)	PES	5 (6.76%)
13. Sistema de comunicação interna (site na Internet, sistema acadêmico, quadros de aviso, etc.)	EXC	14 (18.92 %)	BOM	26 (35.14 %)	REG	24 (32.43 %)	RUI	8 (10.81 %)	PES	2 (2.70%)
14. Sistema de comunicação externa (site na Internet, jornais, revistas, etc.)	EXC	11 (14.86 %)	BOM	24 (32.43 %)	REG	29 (39.19 %)	RUI	6 (8.11%)	PES	4 (5.41%)

Política de capacitação:

15. Para técnicos administrativos	EXC	5 (6.76%)	BOM	29 (39.19 %)	REG	30 (40.54 %)	RUI	6 (8.11%)	PES	4 (5.41%)
16. Para professores	EXC	7 (9.46%)	BOM	25 (33.78 %)	REG	24 (32.43 %)	RUI	14 (18.92 %)	PES	4 (5.41%)
17. Administração de recursos financeiros (orçamento anual)	EXC	9 (12.16 %)	BOM	28 (37.84 %)	REG	27 (36.49 %)	RUI	7 (9.46%)	PES	3 (4.05%)
18. Estratégias de gestão com vistas a obtenção de recursos necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas	EXC	10 (13.51 %)	BOM	24 (32.43 %)	REG	26 (35.14 %)	RUI	11 (14.86 %)	PES	3 (4.05%)
19. Serviços de segurança	EXC	6 (8.11%)	BOM	22 (29.73 %)	REG	20 (27.03 %)	RUI	16 (21.62 %)	PES	10 (13.51 %)

28. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ADOTADAS NA INSTITUIÇÃO

PERFIL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Itens

Conceitos

Políticas de inclusão social:

1. Destinadas a estudantes cotistas	EXC	11 (29.73 %)	BOM	21 (56.76 %)	REG	4 (10.81 %)	RUI	0 (0.00%)	PES	1 (2.70%)
-------------------------------------	------------	--------------	------------	--------------	------------	-------------	------------	-----------	------------	-----------

		%)		%)		%))	
2. Política de inclusão para estudantes portadores de necessidades especiais	EXC	4 (10.81 %)	BOM	13 (35.14 %)	REG	10 (27.03 %)	RUI	8 (21.62 %)	PES 2 (5.41%)
3. PROEJA	EXC	8 (21.62 %)	BOM	13 (35.14 %)	REG	7 (18.92 %)	RUI	9 (24.32 %)	PES 0 (0.00%)
4. Acesso, permanência e êxito	EXC	5 (13.51 %)	BOM	22 (59.46 %)	REG	6 (16.22 %)	RUI	4 (10.81 %)	PES 0 (0.00%)

Políticas de incentivos:

5. As atividades de Pesquisa	EXC	10 (27.03 %)	BOM	17 (45.95 %)	REG	6 (16.22 %)	RUI	4 (10.81 %)	PES 0 (0.00%)
6. As atividades de extensão e prestação de serviços a comunidade externa	EXC	4 (10.81 %)	BOM	23 (62.16 %)	REG	4 (10.81 %)	RUI	6 (16.22 %)	PES 0 (0.00%)
7. As atividades voltadas para o empreendedorismo como incubação de empresas, empresas júnior, inovações tecnológicas	EXC	2 (5.41%))	BOM	14 (37.84 %)	REG	10 (27.03 %)	RUI	7 (18.92 %)	PES 4 (10.81 %)
8. Inserção dos Estudantes no mundo do trabalho	EXC	8 (21.62 %)	BOM	15 (40.54 %)	REG	12 (32.43 %)	RUI	2 (5.41%)	PES 0 (0.00%)
9. Função social no tocante ao ensino superior	EXC	12 (32.43 %)	BOM	15 (40.54 %)	REG	10 (27.03 %)	RUI	0 (0.00%)	PES 0 (0.00%)
10. Projeto Político Pedagógico Institucional	EXC	11 (29.73 %)	BOM	16 (43.24 %)	REG	10 (27.03 %)	RUI	0 (0.00%)	PES 0 (0.00%)
11. Plano de Desenvolvimento Institucional	EXC	13 (35.14 %)	BOM	15 (40.54 %)	REG	7 (18.92 %)	RUI	2 (5.41%)	PES 0 (0.00%)
12. Convênios de cooperação com órgãos públicos, empresas privadas e organização da sociedade civil	EXC	3 (8.11%)	BOM	17 (45.95 %)	REG	12 (32.43 %)	RUI	4 (10.81 %)	PES 1 (2.70%)
13. Sistema de comunicação interna (site na Internet, sistema acadêmico, quadros de	EXC	9 (24.32 %)	BOM	17 (45.95 %)	REG	11 (29.73 %)	RUI	0 (0.00%)	PES 0 (0.00%)

aviso, etc.)										
14. Sistema de comunicação externa (site na Internet, jornais, revistas, etc.)	EXC	6 (16.22 %)	BOM	23 (62.16 %)	REG	8 (21.62 %)	RUI	0 (0.00%)	PES	0 (0.00%)

Política de capacitação:

15. Para técnicos administrativos	EXC	4 (10.81 %)	BOM	18 (48.65 %)	REG	13 (35.14 %)	RUI	2 (5.41%)	PES	0 (0.00%)
16. Para professores	EXC	5 (13.51 %)	BOM	21 (56.76 %)	REG	10 (27.03 %)	RUI	1 (2.70%)	PES	0 (0.00%)
17. Administração de recursos financeiros (orçamento anual)	EXC	9 (24.32 %)	BOM	14 (37.84 %)	REG	10 (27.03 %)	RUI	4 (10.81 %)	PES	0 (0.00%)
18. Estratégias de gestão com vistas a obtenção de recursos necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas	EXC	8 (21.62 %)	BOM	12 (32.43 %)	REG	10 (27.03 %)	RUI	7 (18.92 %)	PES	0 (0.00%)
19. Serviços de segurança	EXC	12 (32.43 %)	BOM	11 (29.73 %)	REG	6 (16.22 %)	RUI	2 (5.41%)	PES	6 (16.22 %)

29. Legenda:

30. [EXC] Excelente - [BOM] Bom - [REG] Regular - [RUI] Ruim - [PES] Péssimo - [SIM] Sim - [NAO] Não - [NEX] Não existe - [NRE] Não realizando estágio - [FRE] Frequentemente - [QIO] Apenas quando a instituição oferece - [ESP] Esporadicamente - [RAR] Raramente - [NUN] Nunca -

31. AVALIAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA GESTÃO PERFIL: PROFESSOR

Itens	Conceitos	
1. Sente-se ouvido e compreendido	SIM 52 (70.27%)	NAO 22 (29.73%)
2. Exerce influência nas decisões	SIM 43 (58.11%)	NAO 31 (41.89%)
3. Tem um bom relacionamento com as pessoas	SIM 73 (98.65%)	NAO 1 (1.35%)
4. Confia nas pessoas que trabalham com você	SIM 68 (91.89%)	NAO 6 (8.11%)
5. As pessoas confiam em você	SIM 71 (95.95%)	NAO 3 (4.05%)
6. Sabe ouvir	SIM 73 (98.65%)	NAO 1 (1.35%)
7. Está satisfeito com seu desempenho	SIM 63 (85.14%)	NAO 11 (14.86%)
8. Está satisfeito com o desempenho do setor onde está vinculado	SIM 48 (64.86%)	NAO 26 (35.14%)
9. Existe disputa de liderança	SIM 35 (47.30%)	NAO 39 (52.70%)
10. O ambiente é descontraído e alegre	SIM 57 (77.03%)	NAO 17 (22.97%)
11. Os resultados positivos são comemorados em equipe	SIM 50 (67.57%)	NAO 24 (32.43%)
12. As pessoas se preocupam com o clima emocional de equipe	SIM 44 (59.46%)	NAO 30 (40.54%)
13. A comunicação entre as pessoas é precisa e completa	SIM 35 (47.30%)	NAO 39 (52.70%)
14. Os mal entendidos e conflitos são tratados abertamente	SIM 42 (56.76%)	NAO 32 (43.24%)
15. A equipe se reúne periodicamente para avaliar o seu desempenho e repensar suas ações e tomar decisões	SIM 48 (64.86%)	NAO 26 (35.14%)
16. As pessoas conhecem claramente o papel que devem desempenhar	SIM 50 (67.57%)	NAO 24 (32.43%)
17. As pessoas colaboram uma com as outras	SIM 58 (78.38%)	NAO 16 (21.62%)
18. Existe preocupação com a capacitação e o desenvolvimento profissional da equipe	SIM 52 (70.27%)	NAO 22 (29.73%)

32. AVALIAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA GESTÃO PERFIL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Itens	Conceitos	
1. Sente-se ouvido e compreendido	SIM 30 (81.08%)	NAO 7 (18.92%)
2. Exerce influência nas decisões	SIM 21 (56.76%)	NAO 16 (43.24%)
3. Tem um bom relacionamento com as pessoas	SIM 37 (100.00%)	NAO 0 (0.00%)
4. Confia nas pessoas que trabalham com você	SIM 35 (94.59%)	NAO 2 (5.41%)
5. As pessoas confiam em você	SIM 35 (94.59%)	NAO 2 (5.41%)
6. Sabe ouvir	SIM 37 (100.00%)	NAO 0 (0.00%)

7. Está satisfeito com seu desempenho	SIM	36 (97.30%)	NAO	1 (2.70%)
8. Está satisfeito com o desempenho do setor onde está vinculado	SIM	28 (75.68%)	NAO	9 (24.32%)
9. Existe disputa de liderança	SIM	13 (35.14%)	NAO	24 (64.86%)
10. O ambiente é descontraído e alegre	SIM	30 (81.08%)	NAO	7 (18.92%)
11. Os resultados positivos são comemorados em equipe	SIM	31 (83.78%)	NAO	6 (16.22%)
12. As pessoas se preocupam com o clima emocional de equipe	SIM	32 (86.49%)	NAO	5 (13.51%)
13. A comunicação entre as pessoas é precisa e completa	SIM	25 (67.57%)	NAO	12 (32.43%)
14. Os mal entendidos e conflitos são tratados abertamente	SIM	30 (81.08%)	NAO	7 (18.92%)
15. A equipe se reúne periodicamente para avaliar o seu desempenho e repensar suas ações e tomar decisões	SIM	17 (45.95%)	NAO	20 (54.05%)
16. As pessoas conhecem claramente o papel que devem desempenhar	SIM	30 (81.08%)	NAO	7 (18.92%)
17. As pessoas colaboram uma com as outras	SIM	32 (86.49%)	NAO	5 (13.51%)
18. Existe preocupação com a capacitação e o desenvolvimento profissional da equipe	SIM	25 (67.57%)	NAO	12 (32.43%)

33. **Legenda:**

34. [EXC] Excelente - [BOM] Bom - [REG] Regular - [RUI] Ruim - [PES] Péssimo - [SIM] Sim - [NAO] Não - [NEX] Não existe - [NRE] Não realizando estágio - [FRE] Frequentemente - [QIO] Apenas quando a instituição oferece - [ESP] Esporadicamente - [RAR] Raramente - [NUN] Nunca -

34.1. Cópia de ofício de convocação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Ofício Circular nº 18/CPA/IFPE

Recife, 10 de outubro de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor
Glaucio Reinaldo Ferreira de Oliveira
Representante Titular Docente
Presidente da CPA/IFPE
IFPE – *Campus* Pesqueira

Assunto: **Reunião Extraordinária**

Prezado Senhor,

De ordem do Sr. Presidente, convocamos V.S^a., para 7ª reunião extraordinária, a ser realizada no dia 19/10/2011 (quarta-feira), às 09h, na Sala F-15 (térreo) do *Campus* Recife, para tratarmos dos seguintes assuntos:

- Apreciação e aprovação da Ata da reunião do dia 19/09/2011;
- Apreciação e aprovação da Ata da reunião do dia 26/09/2011;
- Apreciação e aprovação da Ata da reunião do dia 05/10/2011;
- Revisão do Instrumento de Avaliação (Continuação);
- Outros assuntos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Miriam Lima'.

Miriam Lima
Membro-Secretária da CPA
Mat. 1110516

34.2. Instrumento de Divulgação

PARA AVALIAÇÃO
DOS CURSOS
SUPERIORES

28 de novembro a
03 de dezembro
de 2011

VALORIZE SEU CURSO PARTICIPANDO!



COMISSÃO
PRÓPRIA DE
AVALIAÇÃO
CPA – IFPE

e-Acontece



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PERNAMBUCO

Newsletter do Instituto Federal de Pernambuco - Ano 8 - Nº 87 - Novembro de 2014



EXTENSÃO

Nesta terça-feira (22), às 8h, no campus Ipojuca, aconteceu a aula inaugural do curso de extensão "Instalador Eletricista Industrial" promovido em parceria com a Petrobras, que visa capacitar trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima. O evento contou com a participação do Diretor Geral Enio Camilo, do Diretor Presidente da Refinaria Abreu e Lima, Marcelino Guedes, de trabalhadores e representantes dos diversos consórcios que fazem parte do projeto.

Avaliação

Estudantes, docentes e técnico-administrativos ligados aos cursos superiores vão avaliar a qualidade de seus cursos, entre os próximos dias 28 e 3. O questionário será disponibilizado no site do IFPE.

Consciência Negra

O campus Vitória realiza uma série de atividades na próxima sexta-feira (25) em referência ao Dia da Nacional de Zumbi e da Consciência Negra comemorado no último domingo, 20 de novembro. Haverá apresentação do vídeo "O Povo Brasileiro", baseado na obra do antropólogo Darcy Ribeiro, além de debates com professores de História do campus e apresentações culturais. O evento terá início às 9h, no auditório.

Inscrições

Estão abertas até dia 2 de dezembro as inscrições para a Seleção dos cursos técnicos do campus Barreiros. São ofertadas 350 vagas, distribuídas entre os cursos de Agropecuária, Agroindústria, Agricultura, Zootecnia, Hospedagem e Qualificação Profissional na Área de Informática, na modalidade Ensino de Jovens e Adultos (PRDEJA). As inscrições custam R\$15 e podem ser feitas no campus ou através do site barreiros.ifpe.edu.br.

Mulheres Mil

O campus Pesqueira celebra, nesta sexta-feira (25), a aula inaugural das turmas dos cursos de Cuidadores de Idosos, Corte e Costura e Gestão de Produção. A aula acontece no auditório do campus, a partir das 9h30.

Pronatec

A matrícula do Pronatec acontecerá de 28 de novembro a 2 de dezembro nas instituições que ministram os cursos - o IFPE, Senai e Sebrae. Os interessados devem levar CPF, Carteira de Identidade, duas fotos 3X4, comprovante de residência e documento comprobatório de que faz parte do público-alvo do Programa Nacional do Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego.



Consciência Negra 2

O campus Recife vai promover uma palestra com o professor Ronny Diógenes, com o tema do Preconceito Racial. O evento acontece nesta sexta-feira (25), às 14h, na sala 44 do bloco E. O objetivo é refletir a respeito das questões étnico-raciais, tendo em vista o grande débito que há em termos de respeito às diferenças.

Copa

Nesta quarta-feira, será realizada, no auditório do campus Recife, a Primeira Mesa Redonda do IFPE campus Recife na Copa, entre 14h e 16h. Serão discutidas as oportunidades para as áreas de Turismo, Marketing e Sustentabilidade em Pernambuco em virtude da realização, no Brasil, da Copa Mundial de 2014.



Fórum

O campus Barreiros realiza nesta quinta-feira (24) o XIII Fórum de Turismo e Hotelaria. Com o tema "O Turismo e suas diversidades: um tour sem fronteiras", o evento vai começar às 13h30, no Auditório Central do campus, e contará com palestras, oficinas e apresentações culturais.

MEMBROS DA COMISSÃO

Glauc Renato Ferreira de Oliveira Representante Titular Docente IFPE – Campus Pesqueira	Rosemari Oliveira Fontes Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Políjica
Milton Pereira Lima Representante Titular do Corpo Técnico-Administrativo Secretaria da CAP/IFPE IFPE – Campus Recife	Thomaz de Souza Neto Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Políjica
Roberto Alves de Andrade Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Recife	Francisca Maria Silva Miranda Representante Titular do Corpo Técnico-Administrativo IFPE – Campus Vitória de Santo Antão
Cristiano de Santana Pereira Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Recife	Kátia da Silva Lima Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Vitória de Santo Antão
Fernando Henrique Antunes de Araújo Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Recife	Rés Grilane dos Santos Monteiro Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Vitória de Santo Antão
Joselide Bezerra Gaspar Representante Titular Pedagogia IFPE – Melhoria	Rés Grilane dos Santos Monteiro Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Vitória de Santo Antão
Tarciza Tábdo de Melo Leite Representante Titular do Corpo Técnico-Administrativo IFPE – Campus Pesquisa	Juaci Torres Galindo Representante Titular do Corpo Técnico-Administrativo IFPE – Campus Belo Jardim
Ednelia Gomes de Andrade Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Pesquisa	Frederico Cunha Andrade Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Belo Jardim
Antônio Fernando Melo Representante Titular do Corpo Técnico-Administrativo IFPE – Campus Barreiros	Jose Cláudio Barbosa Silva Zebary Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Belo Jardim
Paulo André Albuquerque Marques Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Barreiros	Maria das Graças Melo da Costa Representante Titular do Corpo Técnico-Administrativo IFPE – CAD
Rafael Silva Representante Titular do Corpo Docente IFPE – Campus Barreiros	Maria de Rêtha Neves Caral Representante Titular do Corpo Docente IFPE – CAD
Kely Cristina dos Santos Representante Titular do Corpo Técnico-Administrativo IFPE – Campus Políjica	Andréa Melo da Costa Rodrigues Representante Titular do Corpo Docente IFPE – CAD

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO CPA – IFPE

28 de novembro a
03 de dezembro
de 2011

VALORIZE SEU CURSO PARTICIPANDO!



O QUE É A CPA?

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004 estabeleceu, em seu Art. 11 e 12, a formação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em cada instituição de ensino superior. Composta por representantes de todos os segmentos docentes, discentes administrativos da comunidade do IFPE, a CPA é responsável pela coordenação dos processos internos de autoavaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP/MEC. A CPA atua com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes da instituição, garantindo a participação de todos envolvidos no processo de avaliação. Ao final do Processo de autoavaliação, a CPA prestará contas de suas atividades aos órgãos colegiados superiores, apresentando relatórios, pareceres e, caso necessário recomendações.

ATRIBUIÇÕES DA CPA

A auto avaliação deve ser um processo cíclico, de reflexão e auto-consciência institucional. Criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição. Um processo em que quem participa conquista direitos.

O QUE É AUTOAVALIAÇÃO?

Planejar as estratégias de avaliação considerando as características do IFPE, a partir de seu modelo institucional, sua missão e realidade, bem como as experiências anteriores de avaliação institucional realizadas;

Buscar resultados que visem a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional pela análise consciente das qualidades, problemas e desafios para o presente e futuro;

Convidar todos os membros da comunidade educativa – professores, estudantes, técnicos – administrativos a se envolver nos processos avaliativos para a Integração, articulação e participação;

Oferecer os dados que o MEC considera determinantes para a fiscalização das Instituições de Ensino Superior, através dos dados apresentados nos relatórios;

Datas para aplicação do Instrumento avaliativo por CAMPUS.

CAMPUS	DATA
Barreiros	29/11/2011
Belo Jardim	30/11/2011
EaD	28/nov a 03/dez/2011
Ipojuca	29/11/2011
Pesqueira	29/11/2011
Recife	28/nov a 03/dez/2011
Vitória de Santo Antão	30/11/2011

34.3. Cópia de Portaria de composição da CPA

De 5/2/2011 - Kaudon



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Portaria nº 401/2011-GR

Ementa: Designa Comissão.

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, em conformidade com a Lei nº 11.892, publicada no DOU de 30/12/2008, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 481/2010-GR e parágrafo 1º do artigo 12 do Decreto nº 6.986, de 20/10/2009, e conforme o Memo nº 078/2011-PRODEN, com despachos exarados.

RESOLVE:

Designar servidores e discentes, abaixo relacionados, para comporem a **Comissão Permanente de Avaliação – CPA** desta Instituição Federal de Ensino.

2. Ressaltar que, de acordo com o regimento da referida Comissão, a presidência será exercida por um docente, sendo escolhido pelos membros da Comissão.

NOME	FUNÇÃO	SIAPÉ	CARGO	CAMPUS/REITORIA
Josenilde Bezerra Gaspar	Titular	1805007	Pedagoga	Reitoria
Sônia da Silva Cabral	Suplente	1819842	Pedagoga	Reitoria
Roberto Álvares de Andrade	Titular	275695	Docente	Recife
Sérgio José Pessoa da Silva Barreto	Suplente	1202530	Docente	Recife
Cristiano de Santana Pereira	Titular	1668734	Docente	Recife
Rômulo César Carvalho de Araújo	Suplente	275696	Docente	Recife
Mirjan Pereira Lima	Titular	1110516	Administrativo	Recife
Gerline Maciel Almeida da Costa	Suplente	675818	Administrativo	Recife
Edméia Gomes de Andrade	Titular	-	Estudante	Recife
Joacy Gomes Ferreira	Suplente	-	Estudante	Recife
Glauco Reinaldo Ferreira de Oliveira	Titular	1205903	Docente	Pesqueira
Airlan Arnaldo Nascimento	Suplente	1582413	Docente	Pesqueira
Tarciza Tibúcio de Melo Leite	Titular	1523308	Administrativo	Pesqueira
Francisco Siqueira Galindo Viana	Suplente	1022772	Administrativo	Pesqueira
Fernando Henrique Antunes de Araújo	Titular	-	Estudante	Pesqueira
Cicero Jailton Morais Souza	Suplente	-	Estudante	Pesqueira

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 20 de abril de 2011.

Claudia da Silva Santos
CLAUDIA DA SILVA SANTOS
Reitora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Portaria nº 770/2011-GR

Ementa: Inclui Membros na Comissão
CPA/PRODEN.

A REITORA PRO TEMPORE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, em conformidade com a Lei nº 11.892, publicada no DOU de 30/12/2008, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 826, publicada no DOU , 29/06/2011, seção 2, página 9 e parágrafo 1º do artigo 12 do Decreto nº 6.986, de 20/10/2009, e conforme Memo nº 164/2011-PRODEN, com despachos exarados,

RESOLVE:

Incluir servidores e discentes, relacionados em anexo, para comporem a **Comissão Permanente de Avaliação – CPA**, instituída através da Portaria nº 401/2011GR, desta Instituição Federal de Ensino.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 14 de julho de 2011.


CLAUDIA DA SILVA SANTOS
Reitora

ANEXO DA PORTARIA Nº 770/2011 – GR

NOME	FUNÇÃO	SIAPE	CARGO	CAMPUS/REITORIA
ANTÔNIO FERNANDO MELO	Titular	1686303	Administrativo	Barreiros
SÉRGIO ROBERTO ASSIS DOS SANTOS	Suplente	1696466	Administrativo	Barreiros
CLÁUDIA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	Titular	1686303	Docente	Barreiros
PAULO ANDRÉ ALBUQUERQUE MARQUES	Suplente	48637	Docente	Barreiros
RAFAEL SILVA	Titular	-	Discente	Barreiros
GUILHERME JEREMIAS	Suplente	-	Discente	Barreiros
KELY CRISTINA DOS SANTOS	Titular	1678692	Administrativo	Ipojuca
THIAGO MELO DE FREITAS ALVES	Suplente	1554216	Administrativo	Ipojuca
ROSEMERI OLIVEIRA PONTES	Titular	1323113	Docente	Ipojuca
ANDRÉ CÂMARA ALVES DO NASCIMENTO	Suplente	1811190	Docente	Ipojuca
THOMAZ DE SOUZA NINO	Titular	-	Discente	Ipojuca
EVA MACEDO SILVA	Suplente	-	Discente	Ipojuca
FRANCISCA MARIA SILVA MIRANDA	Titular	1112118	Administrativo	Vitória de Santo Antão
ANA PATRÍCIA SANTANA ROSA	Suplente	1357623	Administrativo	Vitória de Santo Antão
KILMA DA SILVA LIMA	Titular	1747479	Docente	Vitória de Santo Antão
CLÁUDIO HENRIQUE ALVES PERDIGÃO	Suplente	1747838	Docente	Vitória de Santo Antão
INÊS GIRLANE DOS SANTOS MONTEIRO	Titular	-	Discente	Vitória de Santo Antão
JOÃO PEDRO FERREIRA	Suplente	-	Discente	Vitória de Santo Antão
JURACI TORRES GALINDO	Titular	1038805	Administrativo	Belo Jardim
ROSA MARIA OLIVEIRA T. VASCONCELOS	Suplente	1748543	Administrativo	Belo Jardim
FREDERICO CUNHA ANDRADE	Titular	1812705	Docente	Belo Jardim
ARLINDO MOZART VIEIRA DO NASCIMENTO	Suplente	1583590	Docente	Belo Jardim
JOSÉ CLÁUDIO BARBOSA SILVA ZEBARSY	Titular	-	Discente	Belo Jardim
IVANAR NUNES DA SILVA PEREIRA	Suplente	-	Discente	Belo Jardim
MARIA DAS GRAÇAS MELO DA COSTA	Titular	1163003	Administrativo	EAD
MARIA FÁTIMA NEVES CABRAL	Titular	1256745	Docente	EAD
TIAGO AFFONSO DE MELO	Suplente	1861077	Docente	EAD
ANDRÉA MELO DA COSTA RODRIGUES	Titular	-	Discente	EAD

34.4. 1ª. Reunião da CPA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFPE

1 Às dez horas do dia seis de maio de dois mil e dez, na Sala dos Conselhos do IFPE *Campus*
2 Recife, sob a apresentação do Professor Pró-Reitor de Ensino Iran José Oliveira da Silva,
3 realizou-se a 1ª Reunião da Comissão Própria de Avaliação - CPA. Estiveram presentes os
4 membros: **Josenilde Bezerra Gaspar**, representante TITULAR da Reitoria, **Roberto Álvares de**
5 **Andrade**, representante TITULAR Docente/*Campus* Recife, **Sérgio José Pessoa da Silva**
6 **Barreto**, representante SUPLENTE Docente/*Campus* Recife, **Cristiano de Santana Pereira**
7 representante TITULAR Docente/*Campus* Recife, **Glauco Reinaldo Ferreira de Oliveira**,
8 representante TITULAR Docente/*Campus* Pesqueira, **Airlan Arnaldo Nascimento**,
9 representante SUPLENTE Docente/*Campus* Pesqueira, **Mirian Pereira Lima**, representante
10 TITULAR Técnico Administrativo/*Campus* Recife, **Tarciza Tibúcio de Melo Leite**, representante
11 TITULAR Técnico Administrativo/*Campus* Pesqueira, **Edméia Gomes de Andrade**,
12 representante TITULAR Discente/*Campus* Recife, **Fernando Henrique Antunes de Araújo**,
13 representante TITULAR Discente/*Campus* Pesqueira. Foi justificada a ausência da Sra. **Gerline**
14 **Maciel Almeida da Costa**, representante SUPLENTE Técnico Administrativo/*Campus* Recife,
15 por encontrar-se de licença para capacitação. E como convidados a senhora Edlamar Santos e a
16 professora Xênia Luna. Havendo *quorum*, o Pró-Reitor de Ensino, cumprimenta a todos e
17 declara aberta a sessão. Em seguida, informa aos senhores membros da CPA, designados
18 através da Portaria nº 401/2011-GR, de 20 de abril de 2011, que sua presença nesta reunião é
19 apenas de trazer apoio a esta CPA, na representatividade da Pró-Reitoria de Ensino – PRODEN,
20 que desde já encontra-se à disposição desta Comissão. Solicita ainda, que os presentes
21 membros se apresentem para uma melhor interação do grupo. Após as apresentações e ainda
22 com a palavra informa que os senhores membros deverão eleger um docente e um técnico-
23 administrativo, para ocuparem a função de Presidente e Secretário, respectivamente, conforme o
24 Regimento Interno da CPA do IFPE, para em seguida dar continuação aos trabalhos. Informa
25 ainda, que está agendado para os dias 16, 17, 18 e 19 de maio, do corrente ano, a visita da
26 Comissão de Avaliação do MEC, neste Instituto. Oportunamente, a Sra. Edlamar informa que
27 esta CPA tem o prazo até março de 2012, para encaminhar o Relatório relativo a 2011, da
28 Avaliação do Ensino Superior, deste Instituto, ao Ministério de Educação – MEC. Após algumas
29 discussões e esclarecimentos foram eleitos, por unanimidade, o Professor **Cristiano de**
30 **Santana Pereira** – Presidente e a Sra. **Mirian Pereira Lima**, - Secretária, desta CPA, durante o
31 biênio 2011-2012. Nesse momento o professor Pró-Reitor de Ensino Iran José Oliveira da Silva,
32 agradece a todos pela presença, passa a palavra ao Presidente eleito e se retira da presente
33 reunião. Em seguida, passa a presidir esta reunião o professor Cristiano de Santana Pereira,
34 que teceu comentários sobre as bases legais da Política de Avaliação do Ensino Superior, ao

Mirian

Iran José Oliveira da Silva *Roberto Álvares de Andrade* *Sérgio José Pessoa da Silva* *Cristiano de Santana Pereira* *Mirian Pereira Lima*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO


ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFPE

35 tempo que sugere aos senhores membros, uma leitura dos documentos base do Sistema
36 Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, para que os mesmos possam apropriar-
37 se das concepções, princípios, diretrizes e etapas do processo de auto-avaliação das instituições
38 de Ensino Superior, como também da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e da Portaria nº
39 2.051, de 09 de julho de 2004. Acrescenta ainda, que os referidos documentos encontram-se no
40 site do MEC. Dando continuidade o senhor Presidente ressalta que diante da visita da Comissão
41 de Avaliação do MEC, prevista para segunda quinzena deste mês, propõe que a próxima
42 reunião desta CPA seja realizada no dia 10 (terça-feira), às 09h, do corrente ano, onde o mesmo
43 fará uma apresentação dos trabalhos realizados pela Comissão anterior, com objetivo de deixar
44 todos os membros desta CPA cientes dos processos desenvolvidos e que poderá convidar os
45 demais membros da Comissão anterior, para esclarecer dúvidas, caso necessário. A proposta
46 do senhor Presidente foi acatada por unanimidade, e desde já, sem necessidade de ofício de
47 convocação, os senhores membros presentes sentem-se cientes. Nada mais a discutir, foi
48 encerrada a reunião da qual eu, Mirian Pereira Lima, Secretária, lavrei a presente Ata que vai
49 assinada por mim, pelo Presidente e por todos os conselheiros presentes.


Cristiano de Santana Pereira
Presidente


Mirian Pereira Lima
Secretária

Josenilde Bezerra Gaspar
Repres. TITULAR Reitoria



Sônia da Silva Cabral
Repres. SUPLENTE Reitoria



Roberto Álvares de Andrade
Repres. TITULAR Docente/Campus Recife